Perfil das Prefeitas no Brasil

MANDATO 2017-2020

Perfil das Prefeitas no Brasil

Perfil das Prefeitas no Brasil

INSTITUTO Alziras

REALIZAÇÃO



APOIADORES INSTITUCIONAIS







PATROCINADORES DA PESQUISA





Perfil das Prefeitas no Brasil

MANDATO 2017-2020

RIO DE JANEIRO
2018

INSTITUTO ALZIRAS

DIREÇÃO
Cíntia Ebner Melchiori
Clara de Sá
Marina Barros
Michelle Ferreti

CONSELHO POLÍTICO
Daniela de Cássia
Luciana Temer
Wania Santanna

CONSELHO FISCAL
Ana Nassar
Esther Dweck
Marcelo Marchesini
Mel Bornstein
Michael Mohallen

ORIENTAÇÃO
Flávia Biroli
Wania Santanna
Wasmália Bivar

AUTORIA
Cíntia Ebner Melchiori
Clara de Sá
Marina Barros
Michelle Ferreti
Roberta Eugênio
Taís R. Borges

CONSULTORIA EM ESTATÍSTICA
Eduardo Rosseti
Débora Santana de Oliveira

DESIGN
Café.art.br

Este relatório está licenciado sob uma licença Creative Commons CC BY-SA 4.0 Internacional. Essa licença permite que outros remixem, adaptem e criem obras derivadas sobre a obra original, inclusive para fins comerciais, contanto que atribuam crédito aos autores corretamente, e que utilizem a mesma licença.

Ver texto da licença em: https://creativecommons.org/licenses/ by-sa/4.0/deed.pt

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Agência Brasileira do ISBN - Bibliotecária Priscila Pena Machado CRB-7/6971

P438 Perfil das prefeitas no Brasil : mandato 2017-2020 [recurso eletrônico] / [org. Instituto Alziras]. — Rio de Janeiro : Instituto Alziras, 2018.
Dados eletrônicos (pdf).

ISBN 978-65-80138-00-5

1. Mulheres na política. 2. Prefeitas - Brasil. 3. Democracia. 4. Representatividade. I. Instituto Alziras. II. Título.

CDD 320.088042

Sumário

AGRADECIMENTOS 06

APRESENTAÇÃO 08

INTRODUÇÃO 10

CAPÍTULO 1
As Prefeitas e os Prefeitos nas Eleições Municipais de 2016
16

CAPÍTULO 2
Trajetória e Capital Político das Prefeitas Brasileiras
43

CAPÍTULO 3
Barreiras de Acesso e Permanência na Política
75

CAPÍTULO 4
Políticas Públicas e Prioridades de Governo das Prefeitas no Brasil
104

CONCLUSÃO 125

NOTAS METODOLÓGICAS 133

AGRADECIMENTOS

Somos gratas a cada uma das pessoas que contribuíram para que esse estudo se tornasse possível. Em primeiro lugar, agradecemos a confiança e a generosidade das Prefeitas brasileiras que dedicaram parte de seu tempo para responder o questionário dessa pesquisa, entendendo a importância de que essa história fosse revelada a partir da somatória de olhares de suas próprias protagonistas.

Agradecemos também a cada um de nossos parceiros e patrocinadores: a Confederação Nacional de Municípios (CNM), a Associação Brasileira de Municípios (ABM), a Frente Nacional de Prefeitos (FNP), o Instituto Clima e Sociedade (iCS) e a MRS Logística S.A.

Na Confederação Nacional de Municípios (CNM), foi absolutamente imprescindível a liderança de Dalva Christofoletti e Tânia Ziulkoski, que ousaram trazer o tema das mulheres para o centro do debate municipalista. Cabe um agradecimento especial à Prefeita Daniela de Cássia, do município de Monteiro Lobato - SP, cujo engajamento e compromisso político foram fundamentais para esse trabalho. Destacamos também o empenho de uma equipe de mulheres dedicadas com quem tivemos a oportunidade de trabalhar e aprender nesse percurso: Denise Messias, Giane Boselli, Thais Mendes e Carla Estefanía.

Na Associação Brasileira de Municípios (ABM), agradecemos a dedicação de seu então Presidente Eduardo Tadeu Pereira, que prontamente acreditou nesse projeto e contribuiu de maneira decisiva para sua realização.

Na Frente Nacional de Prefeitos (FNP), somos imensamente gratas à Prefeita Paula Mascarenhas, do município de Pelotas - RS, entusiasta e grande parceira dessa iniciativa desde o princípio, bem como à Prefeita Cinthia Ribeiro, do município de Palmas - TO, a Gilberto Perre e a Aline Martins pelo engajamento para conferir maior visibilidade ao trabalho realizado pelas mulheres à frente do poder executivo municipal.

No Instituto Clima e Sociedade (iCS), agradecemos a Ana Toni e Alice Amorim pelas contribuições valiosas à pesquisa, bem como a Gustavo Pinheiro e Walter Figueiredo pela confiança e apoio ao trabalho do Instituto Alziras.

Na MRS Logística S.A., somos gratas à parceria e dedicação de Gustavo Bambini, Rosa Cassar e Veronica Mageste que estiveram conosco desde os primeiros passos desse projeto, quando ele ainda era apenas uma ideia.

Registramos também nossa gratidão ao escritório de advocacia Mattos Filho, em especial a Bianca dos Santos Waks, que tem nos

prestado um cuidadoso e qualificado suporte jurídico no âmbito do programa de advocacia pro-bono.

Agradecemos também o empenho de tantas lideranças e articuladores regionais que possibilitaram maior alcance da pesquisa em seus estados tais como a Prefeita Juliana Almeida, Prefeita Selma Bastos, Prefeita Sisi Blind, Prefeita Márcia Tedesco, Prefeito Tota Guedes, Prefeito Nélio Aguiar, Vice-Prefeita Bete Baleiro, Tânia Portugal, Rosilene Costa, Fernanda Sixtel Barreto, Rodrigo Abel, Meire Andrade Martins, Gildásio Angelo da Silva, Janice Merigo, Deputada Carla Stefanine, Sebastiana Azevedo, Fátima Cidades, Fabiana Santos, Alice Alves dos Santos Figueira, Flavia Cristina dos Santos Figueira, Cristina Costa, Aparecida Moura, Ivonete Motta, Marisa Rodrigues da Silva, Ana Carla Abrão Costa, José Frederico Lyra Neto, Ieda Castro, Felipe Oriá, José Rodrigues, Dilma Ives Lira Cleto, Carolina Evangelista, Manoela Miklos, Marina Lima, Danilo Bertazzi e Cristofer Amorim.

Destacamos ainda nosso profundo agradecimento e respeito pelas orientadoras desta pesquisa, a cientista política e pesquisadora Profª Drª Flávia Biroli, a historiadora e pesquisadora de relações de gênero e relações raciais Wania Santanna e a economista e ex-Presidente do IBGE, Wasmália Bivar. As observações cuidadosas e questionamentos instigantes ao longo de nosso trabalho foram fundamentais para aprimoramento do desenho metodológico e para a análise dos dados obtidos.

Agradecemos também a Ana Nassar, Esther Dweck, Marcelo Marchesini, Mel Bornstein e Michael Mohallen, membros do nosso Conselho Fiscal, e a Luciana Temer, integrante de nosso Conselho Político juntamente com Daniela de Cássia e Wania Santanna, que têm nos orientado e apoiado na concretização dos projetos que promovem a missão de nossa organização.

Nosso agradecimento especial às companheiras de caminhada Ana Laura Becker, Bruna Castanheira, Carminha Meirelles, Jhessica Reia, Vanessa Oliveira, Tatiana Moura, Janine Mello, Carolina Haber e Janice Dias que generosamente fizeram a revisão do questionário e de trechos do relatório.

Por fim, dedicamos essa pesquisa a Alzira Soriano e, ao citá-la, rendemos nossas homenagens a tantas gerações que ousaram lutar por direitos e construir outros paradigmas a respeito do lugar das mulheres na sociedade, produzindo e afirmando novos sentidos para a ideia de democracia.

APRESENTAÇÃO

Prefeita Daniela de Cássia, Luciana Temer e Wania Santanna

CONSELHEIRAS POLÍTICAS
DO INSTITUTO ALZIRAS

O Brasil foi o primeiro país latino-americano a eleger uma mulher para comandar uma prefeitura: Alzira Soriano, na cidade de Lages, no interior do Rio Grande do Norte em 1928. Passados 90 anos dessa conquista histórica, as mulheres ainda permanecem insuficientemente representadas em todos os níveis de governo, apesar de serem a maior parte do eleitorado.

A pesquisa Perfil das Prefeitas no Brasil 2017-2020, realizada pelo Instituto Alziras, confere valor e visibilidade ao trabalho realizado por tantas mulheres que superaram barreiras significativas para ocupar espaços de poder na política municipal, fazendo avançar o debate em torno de seus direitos políticos, sem discriminação de nenhum tipo, em igualdade de condições e com as mesmas oportunidades que os homens.

Esse estudo inaugural busca colocar luzes sobre o caminho percorrido por essas mulheres líderes nos governos locais, enfocando suas prioridades de gestão, dificuldades enfrentadas, trajetórias políticas e aspirações futuras.

São muitos os desafios a serem vencidos no mundo público, tais como: o assédio e a violência política, a sub-representação racial, a estrutura desigual do sistema político partidário, o acesso limitado a recursos financeiros para campanha e a divisão desigual do trabalho doméstico nos lares. Os resultados obtidos demonstram que a caminhada é longa e que precisamos estar juntas para superar práticas discriminatórias e excludentes.

Assim, nós, Conselheiras Políticas do Instituto Alziras, temos a satisfação de apresentar essa publicação que contribuirá para aprofundar o debate nacional sobre a garantia da participação política plena e efetiva das mulheres, bem como a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública, como preconizam os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidas pela Organização das Nações Unidas.

Boa leitura!

APRESENTAÇÃO

Flávia Biroli

PROFESSORA DO INSTITUTO
DE CIÊNCIA POLÍTICA DA UNB

No Brasil, o tema da sub-representação das mulheres na política entrou no debate público com a transição para a democracia, ainda nos anos 1980. Naquele momento, a política era largamente masculina, mas isso era pouco visível como um problema fora dos círculos de organizações de mulheres e feministas. Hoje, embora as mulheres continuem em larga desvantagem na política, a sub-representação aparece como problema no debate público.

Nesse período, acumularam-se os estudos sobre esse problema, mas poucos analisaram a política municipal, elo fundamental nas carreiras – e nas dificuldades enfrentadas pelas mulheres.

Diferentes filtros têm sido apontados como obstáculos para a participação feminina. Embora as mulheres sejam pouco mais da metade do eleitorado, participem ativamente de movimentos sociais e organizações da sociedade civil e tenham, hoje, maior acesso à educação formal do que os homens, os partidos políticos investem menos em suas candidaturas do que nas dos homens abrem menos espaço para elas na propaganda partidária e nas ações de campanha e, com poucas exceções, não adotam medidas para reduzir preconceitos e violências contra elas.

Ao mesmo tempo, elas encontram dificuldades para conciliar a vida política com as expectativas ainda existentes quanto ao papel das mulheres na sociedade. É algo que pode ser mais fácil na política local, mas é, mesmo nesse caso, uma questão que as atinge, sobretudo quando se trata das mulheres negras e das mais pobres. A divisão sexual do trabalho lhes retira tempo e recursos e tem uma dimensão moral relacionada a estereótipos de gênero negativos. O debate internacional também tem lançado luzes sobre o assédio e outros tipos de violência simbólica e física de que as mulheres são alvo quando "ousam" participar da vida pública.

Conhecemos mais sobre essas dinâmicas nos âmbitos federais e estaduais do que nos municípios. É fundamental, no entanto, compreender as experiências das mulheres na política municipal. Ela é a base da construção de parte significativa das carreiras políticas.

A pesquisa inédita do Instituto Alziras sobre o perfil das prefeitas no Brasil (2017-2020) colabora, também, para reconhecer os esforços das mulheres que atuam na política municipal nesse contexto de desequilíbrios. Quem são essas mulheres? Como elas apresentam sua trajetória, suas dificuldades e as medidas necessárias para que possam atuar em igualdade de condições com os homens? Esse livro traz informações indispensáveis para a compreensão das condições em que atuam as mulheres políticas. Permite, assim, traçar estratégias para superar as condições desiguais, a discriminação e o preconceito.

Não há democracia sem igualdade de gênero e respeito à diversidade. As mulheres, mas também os homens que atuam na política brasileira têm responsabilidade importante na construção de um país em que esses valores estejam presentes no cotidiano e nas nossas instituições.

Intro
dução

A representação das mulheres na política institucional tem sido motivo de crescente debate global nas últimas três décadas, em razão da baixa presença feminina tanto em democracias consolidadas quanto em democracias recentes[1]. A inexistência de uma condição paritária das mulheres em cargos institucionais e eletivos impõe uma série de problemas ao sistema democrático, pois exclui a perspectiva das mulheres nas decisões, o que leva à baixa representação de seus interesses, prioridades e experiências de vida[2]. Diferentes estudos já demonstraram que a presença de mulheres - assim como de outros grupos identitários - nos processos decisórios que envolvam a elaboração e implementação de políticas públicas, pode gerar resultados positivos pela inclusão e incorporação de perspectivas múltiplas, o que beneficia a todos.

A relação entre a representação das mulheres nos processos de decisão e as políticas públicas motivou um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que reconhece a igualdade de gênero como uma condição para a construção de um mundo pacífico, próspero e sustentável e estabelece como meta a "garantia da participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública". Anteriormente aos ODS, a Plataforma de Ação de Beijing de 1995[3] também pactuou junto aos países signatários o compromisso com a inclusão de mulheres na política e a transversalização da temática de gênero em diferentes instâncias políticas.

Os governos, por sua vez, vêm buscando responder a esse cenário de baixa representação das mulheres com diferentes estratégias, apresentando resultados com consistência e prioridades variadas[4].

No Brasil, a Lei Federal 9.100 de 1995 reservou 20% das vagas das listas partidárias nas eleições municipais de 1996 às mulheres, número que foi posteriormente alterado para no mínimo 30% de candidaturas de cada sexo e, a partir de 1997, passou a ser incorporado também nos pleitos legislativos estaduais e federais. Recentemente, mais um avanço importante foi conquistado a partir da ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) número 5617, quando o STF decidiu que pelo menos 30% dos recursos para campanha do Fundo Partidário e do Fundo Especial Eleitoral deveriam ser destinados às mulheres, uma vez que a lei exige, no mínimo, 30% de candidaturas femininas e, portanto, os recursos devem ser distribuídos de forma proporcional.

1 Sacchet, T., 2013. Democracia pela Metade: candidaturas e desempenho eleitoral das mulheres. Cadernos ADENAUER, 2(2), pp.85-109. Disponível em http://www.kas.de/wf/doc/10388-1442-5-30.pdf

2 Young, I., 2006. Representação política, identidade e minorias. Lua Nova, 67, pp.139-190. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/ln/n67/a06n67.pdf

3 Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2014/02/declaracao_pequim.pdf Acesso em 23 de outubro de 2018.

4 Krook, Mona Lena.,2009. Quotas for Women in Politics: Gender and Candidate Selection Reform Worldwide. New York: Oxford University Press, 304 pp.

Em face dessas mudanças, o último pleito eleitoral no Brasil (2018) apresentou resultados um pouco mais animadores. Na Câmara dos Deputados, houve um aumento de 50% na quantidade de parlamentares eleitas, passando para 77 cadeiras ocupadas por mulheres, uma representação ainda baixa, de 15%, mas muito superior aos 10% de 2014.

Embora os rankings internacionais não tenham sido atualizados com os últimos resultados eleitorais[5], uma estimativa utilizando os novos dados demonstra que o Brasil permanece entre os dez piores resultados quando comparado a outros países da região da América Latina e Caribe, onde a média da presença feminina no parlamento é de 30%[6]. Já no ranking global de participação de mulheres no parlamento, elaborado pela União Interparlamentar em 2018, o país ocupa a 156ª posição entre 193 países com previsão de subir para a 135ª posição[7].

A sub-representação feminina no nível subnacional também se repete nos países da região: a América Latina apresenta um crescimento da participação das mulheres menor e mais lento no nível das prefeituras do que em outras instâncias. Segundo levantamento da CEPAL, a região tinha, em 2017, uma média de 14,6% de mulheres nas Prefeituras.

Apesar de unânime nos rankings internacionais, o quadro de baixa representação das mulheres na política brasileira apresenta suas idiossincrasias e a compreensão dessas variações instigou a realização dessa pesquisa.

5 Até o dia 22 de outubro de 2018 os rankings consultados não haviam sido atualizados com os resultados das últimas eleições.

6 Dados do Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe, da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Disponível em https://oig.cepal.org/pt/indicadores/poder-legislativo-porcentagem-mulheres-no-orgao-legislativo-nacional-camara-baixa-ou

7 O ranking da União Interparlamentar ainda não foi atualizado com os dados da última eleição, mas é possível estimar que o aumento para 15% de presença de mulheres no parlamento faria o país subir cerca de 20 posições alcançando a 135ª posição no ranking.

Por que prefeitas?

As variações do quadro de sub-representação feminina na política podem sofrer influência tanto do tipo de sistema eleitoral ao qual é submetida uma candidatura feminina - proporcional ou o majoritário[8] - como também pela posição hierárquica dos municípios no campo político, estabelecido a partir do tamanho e região, UF e o porte do partido[9]. Neste sentido, buscar a compreensão do perfil daquelas que chegaram ao posto mais alto do executivo municipal permitiu a criação de um mosaico sobre a participação das mulheres nas prefeituras do Brasil[10] para iluminar aspectos outrora desconhecidos.

Também contribuiu para o recorte da pesquisa o fato de que as eleições municipais de 2016 no Brasil apresentaram uma redução no número de Prefeitas eleitas em comparação com as eleições de 2012, perfazendo uma queda de quase 3%. Embora este resultado possa ser interpretado como uma flutuação natural do processo democrático ou mesmo uma oscilação sem significância, esse resultado foi encarado pelo Instituto Alziras como um sinal de alerta.

8 Young, I., 2006. Representação política, identidade e minorias. Lua Nova, 67, pp.139-190.

9 Novellino, M.S. F., Toledo, M.L.G.,2018. As mulheres no campo político: uma análise das candidaturas femininas às prefeituras brasileiras (2000-2016) em Inc.Soc., Brasília, DF, v.11 n.2, p.67-79, jan./jun. 2018.

10 Matos, M. & Ramalho, I., 2010. Mais mulheres no poder: contribuição à Formação Política das Mulheres. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres.

Ainda no âmbito das cidades, onde a política é mais concreta e tangível para a população, as mulheres ocupam menos de 14% do total de cadeiras das Câmaras Municipais, um quarto dos municípios brasileiros não elegeu sequer uma mulher como vereadora e mais da metade das capitais brasileiras apresentaram novamente uma queda no número de mulheres eleitas vereadoras entre os anos de 2012 e 2016.

Tendo esse cenário como pano de fundo e levando em consideração que a inserção das mulheres na política local é um campo ainda pouco estudado no Brasil , as Prefeitas se configuraram como o objeto central deste estudo.

A reflexão empreendida pelo Instituto Alziras sobre as mulheres que se elegeram Prefeitas também se sustenta no fato da política local ser a porta de entrada para muitas pessoas na esfera pública, com o diferencial de que, para as mulheres, esse espaço permite uma maior proximidade e conciliação da vida política com a vida familiar e doméstica. Se a relação da participação das mulheres na política com a noção de domesticidade lhes impõe restrições na vida pública vinculadas às responsabilidades socialmente atribuídas a elas na esfera privada[11], o entendimento dessa dinâmica nos municípios mostrou-se prioritário. Um outro aspecto de interesse foi compreender as dinâmicas de chegada dessas mulheres nesses espaços, investigando sua vida associativa e a presença de familiares na política. Por fim, ao aprofundar a gestão pública local, o estudo também levou em consideração que é justamente no âmbito municipal que os impactos das políticas públicas se refletem mais diretamente na vida da população.

Por fim, é importante fazer referência aos dois estudos que serviram como inspiração para esta pesquisa. O primeiro deles foi realizado em 2014 pelo Centro de Estudos e Pesquisas da Administração Municipal (CEPAM) da Fundação Prefeito Faria Lima e revelou o perfil dos Prefeitos e Prefeitas eleitos no Estado de São Paulo para o mandato de 2013 - 2016[12] com enfoque em seus planos de governo, compromissos, dificuldades iniciais e metas, prioridades de gestão e ferramentas de transparência e informação, ainda que sem recorte específico de gênero. A segunda pesquisa intitulada "Participação feminina na construção da democracia: um levantamento do resultado das eleições municipais (1992 a 2000), estaduais e federais (1994 a 2002)[13]" foi publicada em 2003 pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) e trouxe não só um panorama mais geral da inserção das mulheres nas diferentes esferas de poder como também um enfoque acerca da gestão das Prefeitas[14].

Ao buscar responder à pergunta "Quem são as Prefeitas do Brasil?", o Instituto Alziras visa conhecer a realidade das Prefeitas para interferir de forma mais efetiva no sentido de cumprir sua missão de contribuir para o aumento da **representação feminina na política** por meio do fortalecimento de mandatos e de candidaturas de mulheres no Brasil.

11 Biroli, F. , 2018. Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil. 1. ed.- São Paulo: Boitempo.

12 Disponível em https://issuu.com/cepam/docs/prefeitos_paulistas_16. Acesso em 22 de outubro de 2018.

13 Disponível em http://www.ibam.org.br/media/arquivos/estudos/condfeminina.pdf. Acesso em 22 de outubro de 2018.

14 Disponível em http://www.ibam.org.br/media/arquivos/estudos/3ago15_democracia_e_genero_implementacao_politicas_publicas_para_mulheres.pdf. Acesso em 22 de outubro de 2018.

Metodologia

A pesquisa "Perfil das Prefeitas do Brasil 2017-2020" tem como objetivo primordial remontar o mosaico formado pelas mulheres que estão exercendo o mandato de Prefeitas entre o período de 2017 a 2020, por meio de uma ausculta atenciosa da perspectiva das próprias Prefeitas acerca de suas trajetórias políticas e ambições, os desafios políticos enfrentados, suas prioridades de gestão e políticas públicas, e suas percepções sobre desigualdade entre homens e mulheres no espaço político. De modo geral, o estudo busca revelar, tanto quanto possível, a perspectiva das protagonistas dessa história sobre sua experiência e formas de compreender e enfrentar seus desafios cotidianos.

Para isso, optou-se pela realização de uma pesquisa descritiva por levantamento amostral, usando um questionário composto por 46 perguntas fechadas e 16 perguntas abertas e dividido nas seguintes seções: (i) perfil sociodemográfico, (ii) divisão do trabalho doméstico, (iii) vida associativa, (iv) partidos políticos, (v) disputas e vitórias eleitorais, (vi) cargos não eletivos ou de confiança exercidos, (vii) familiares na política, (viii) motivação para entrada na política, (ix) discriminação, violência e assédio na política, (x) compromissos de campanha, gestão e políticas públicas, (xi) presença de organismos para mulheres, (xii) observação de acordos internacionais.

O questionário foi aplicado entre os dias 5 de maio e 18 de julho de 2018, presencialmente ou remotamente. O período de coleta foi ampliado em relação ao planejamento inicial para que a quantidade de respondentes atendesse ao plano amostral desenhado para a pesquisa.

Um total de 314 Prefeitas responderam ao questionário, gerando 298 respostas válidas que foram tratadas estatisticamente, permitindo a extrapolação dos seus resultados para o Brasil todo e para as Grandes Regiões. Além dos dados obtidos na pesquisa, também foram utilizados dados do Tribunal Superior Eleitoral, do último censo do IBGE e do Tesouro Nacional. Ao final, a publicação traz um apêndice contendo alguns aspectos metodológicos da pesquisa.

Estrutura da publicação

Esta publicação está dividida em quatro capítulos principais e um capítulo final a título de conclusão. O Capítulo 1 apresenta um panorama comparativo entre as Prefeitas e os Prefeitos eleitos nas eleições municipais de 2016, tendo como base os dados secundários do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Para ampliar a análise, foram avalia-

dos dados relacionados à filiação partidária, recursos de campanha e informações da Secretaria do Tesouro Nacional sobre orçamento municipal das Prefeituras governadas por esses políticos. A principal pergunta a ser respondida neste capítulo diz respeito às semelhanças e diferenças entre as mulheres e os homens eleitos em 2016 para governar os municípios brasileiros.

O segundo capítulo explora a base de dados primários obtida na pesquisa, enfocando alguns de seus aspectos mais voltados à trajetória e capital político das Prefeitas. Para isso, analisa as respostas sobre disputas e vitórias eleitorais das Prefeitas, a ocupação de cargos de confiança e sua vida associativa, procurando delinear os contornos da formação do capital político próprio dessas mulheres. Em seguida, são analisados os dados sobre a existência de familiares eleitos para cargos públicos, entendendo que este é um elemento comum entre homens e mulheres na política brasileira. Este capítulo busca responder à seguinte pergunta: qual a trajetória política das Prefeitas e como se deu a composição de seu capital político?

O capítulo 3 procura explorar algumas das dificuldades de acesso e permanência na política percebidas pelas Prefeitas brasileiras. Ele se inicia por uma breve análise a respeito da composição das famílias das Prefeitas brasileiras e discute, a partir disso, como se dá a divisão do trabalho doméstico em seus lares. Investiga também algumas das principais dificuldades percebidas na carreira política e atribuídas ao fato de serem mulheres e relaciona essas barreiras ao seu desejo de concorrer futuramente a outras eleições. Por fim, apresenta um panorama a respeito das percepções das Prefeitas brasileiras sobre um tema que vem sendo mais debatido de forma crescente: a violência política contra as mulheres.

O quarto capítulo busca revelar as prioridades de gestão e os compromissos assumidos durante a campanha eleitoral pelas Prefeitas brasileiras, com destaque para o desenvolvimento sustentável e as ações e políticas específicas para mulheres, sempre que possível a partir de recortes regionais ou por porte de municípios. Por fim, é apresentada uma síntese das principais conclusões da pesquisa.

Por meio deste trabalho inaugural, o Instituto Alziras espera contribuir para a ampliação da visibilidade de mandatos femininos e para a reflexão sobre os desafios da entrada e permanência das mulheres na política institucional. Além disso, seus achados constituirão insumo estratégico a orientar as futuras ações e projetos a serem desenvolvidos pelo Instituto e poderão ser úteis a diversas organizações que atuam em defesa da igualdade entre mulheres e homens no Brasil.

Boa leitura!

As Prefeitas e os Prefeitos nas Eleições Municipais 2016

CAPÍTULO 1

As eleições municipais no Brasil no ano de 2016 trouxeram uma novidade preocupante,

já que o número de Prefeitas eleitas caiu em comparação com as eleições anteriores. Foram 640 Prefeitas eleitas em primeiro e segundo turnos, 3% a menos que nas eleições de 2012. Do total de 5.568 municípios brasileiros, 68% não tiveram nem mesmo candidaturas de mulheres ao cargo de chefe do poder executivo local.

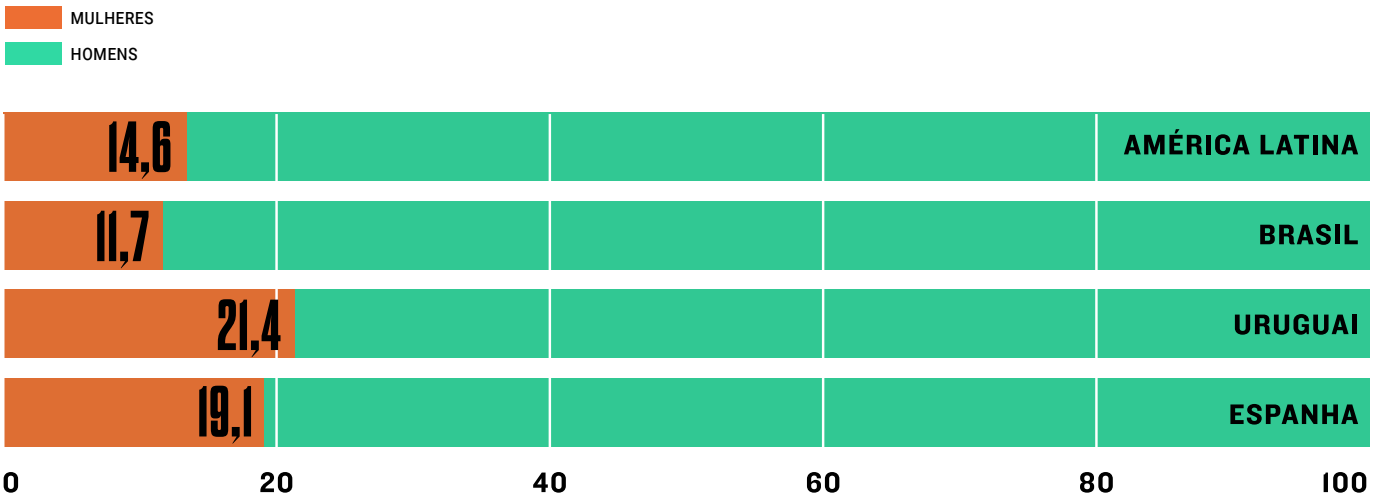
Atualmente, com 11,7% de mulheres à frente das prefeituras[15], o Brasil segue abaixo da média de 14,6% de Prefeitas nos países da América Latina, Caribe e Península Ibérica, de acordo com indicador calculado pelo Observatório de Igualdade de Gênero da CEPAL[16]. Enquanto isso, na Espanha e no Uruguai, o percentual de mulheres que ocupam o cargo de chefia do poder local é de 19,1% e 21,4%, respectivamente.

O percentual de Prefeitas no Brasil mostra-se destoante quando comparado com a participação feminina no eleitorado brasileiro (53%)[17], no número de filiados a partidos políticos (44%)[18], no número de entrantes no ensino superior (57%)[19] e na ocupação de vagas formais no mercado de trabalho no país (44%)[20]. Isso demonstra a necessidade de aprofundar a análise das razões da sub-representação feminina na política de um modo geral, e no poder executivo municipal especificamente, bem como suas implicações políticas e sociais.

GRÁFICO 1.1

Mulheres à frente da prefeitura

% DE MULHERES PREFEITAS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE PREFEITURAS



FONTE Observatório de Igualdade de Gênero da CEPAL, dados de 2017.

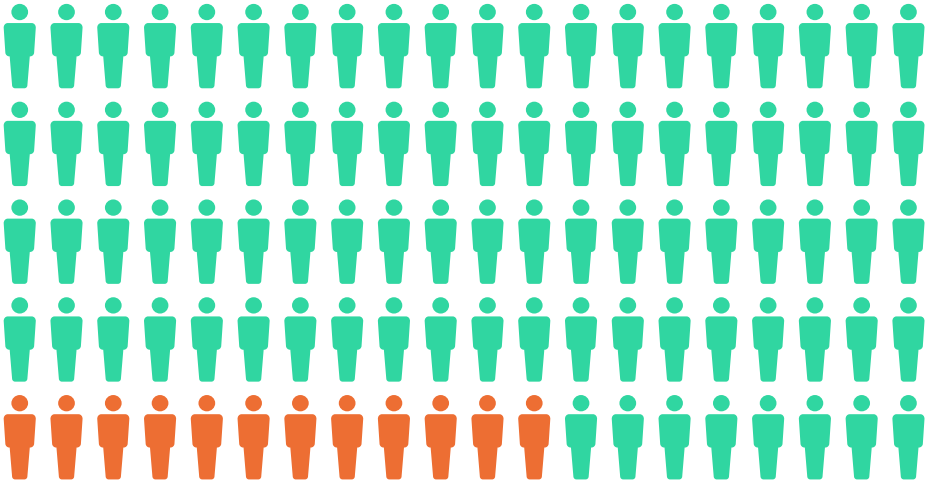
15 Como resultado do aumento de Prefeitas decorrente de eleições suplementares e Vice-Prefeitas que assumiram em decorrência da desincompatibilização de Prefeitos eleitos, o Brasil tem hoje 649 Prefeitas. Em 2012, foram eleitas 659.
16 Disponível em: <https://oig.cepal.org/pt/indicadores/poder-local-porcentagem-prefeitas-eleitas>. Consulta realizada em agosto de 2018.
17 Tribunal Superior Eleitoral, eleitorado em 2018.
18 Tribunal Superior Eleitoral.
19 Censo da Educação Superior de 2016, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).
20 Relação Anual de Informações Sociais (Rais) 2016, Ministério do Trabalho.

Este primeiro capítulo tem como objetivo explorar as semelhanças e diferenças entre as mulheres e os homens eleitos para chefiar as prefeituras brasileiras durante o mandato de 2017 a 2020. Para além do número de eleitos, o capítulo pretende comparar Prefeitas e Prefeitos do ponto de vista do perfil sociodemográfico, regional, político-partidário e econômico.

A principal fonte de dados utilizada neste capítulo é a base do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), atualizada até julho de 2018 para incluir as eleições suplementares ocorridas e com resultados disponibilizados até essa data.[21] Complementarmente, foram consultados os dados da base da Secretaria do Tesouro Nacional sobre orçamento municipal, bem como utilizados dados coletados na pesquisa realizada pelo Instituto Alziras.

5.568

TOTAL DE MUNICÍPIOS



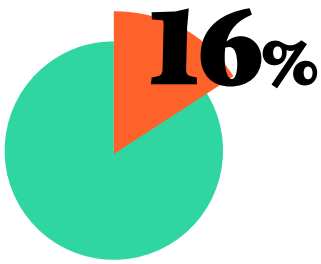
11,7%

DE MULHERES NO COMANDO DAS PREFEITURAS

21 Para um detalhamento sobre as bases utilizadas e tratamentos realizados, consultar as Notas Metodológicas.

Mulheres e Homens no comando das prefeituras do país

De acordo com os dados TSE, o Brasil conta, atualmente, com 649 Prefeitas e 4.919 Prefeitos em exercício, ou seja, para cada 7,5 homens, há apenas uma mulher no comando de uma prefeitura no Brasil. A região Nordeste é aquela com o maior percentual de Prefeitas (16%) e com o maior número absoluto: 288 Prefeitas, diante de 1.505 Prefeitos. As regiões Sul e Sudeste são aquelas com a menor proporção de Prefeitas em exercício, somente 7% e 9%, respectivamente, embora o Sudeste tenha o segundo maior número absoluto de Prefeitas: 145. As regiões Norte e Centro-Oeste apresentam 15% e 13% de municípios chefiados por mulheres, respectivamente (GRÁFICO 1.2).



NORDESTE

REGIÃO COM MAIOR PERCENTUAL DE PREFEITAS

PARA CADA MULHER NO COMANDO, HÁ

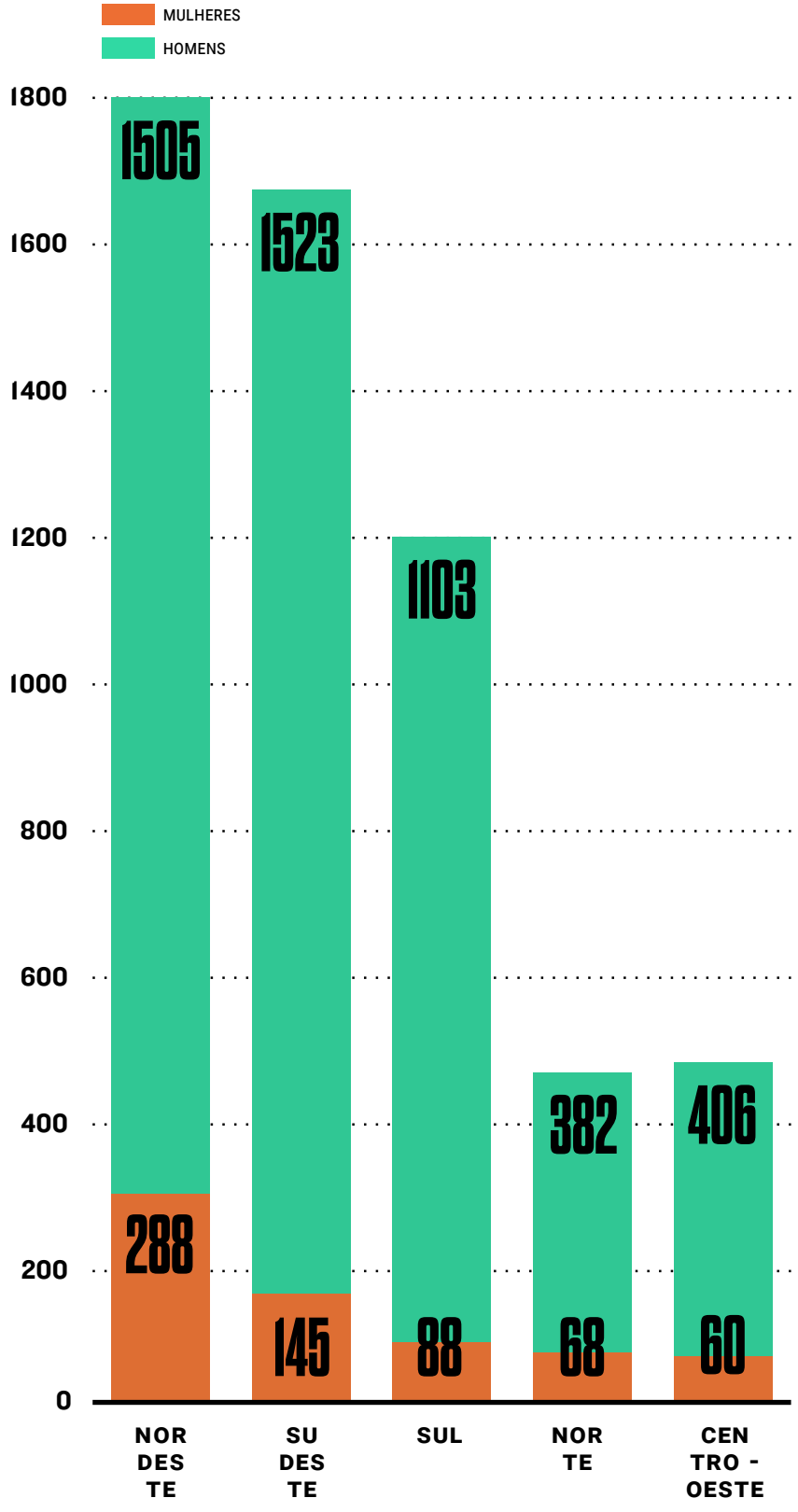
7,5

HOMENS NA LIDERANÇA DE PREFEITURAS NO BRASIL

GRÁFICO 1.2

Prefeitas e Prefeitos por região do Brasil

TOTAL DE MUNICÍPIOS GOVERNADOS POR HOMENS E MULHERES EM CADA REGIÃO

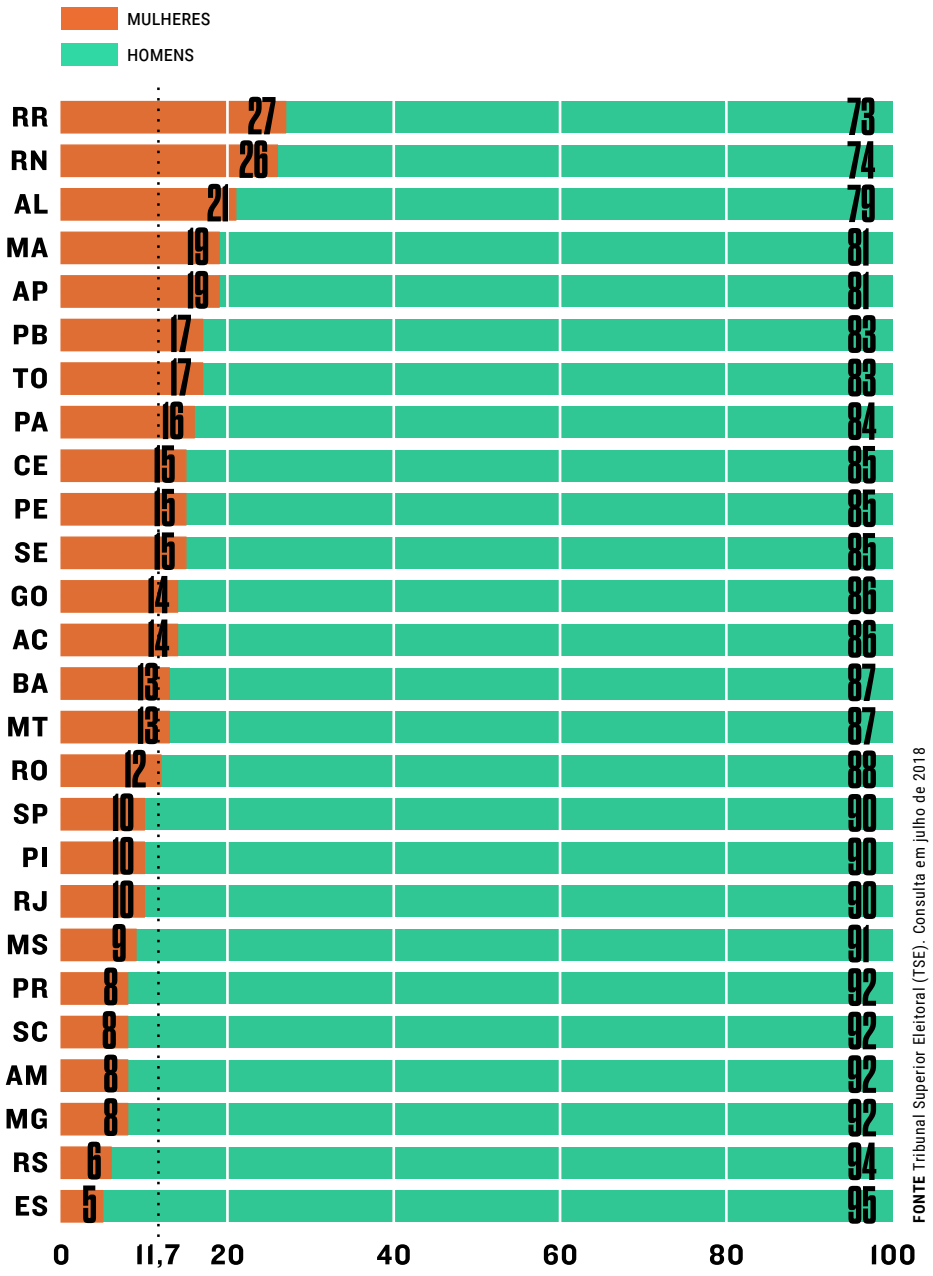


FONTE Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Consulta em julho de 2018.

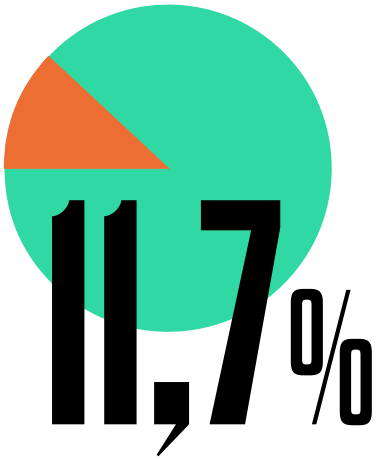
GRÁFICO 1.3

Prefeitas e Prefeitos por estado (UF)

% EM RELAÇÃO AO TOTAL



FONTE Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Consulta em julho de 2018



MÉDIA NACIONAL DE PREFEITAS NO BRASIL



ESPÍRITO SANTO

PIOR ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DE MULHERES

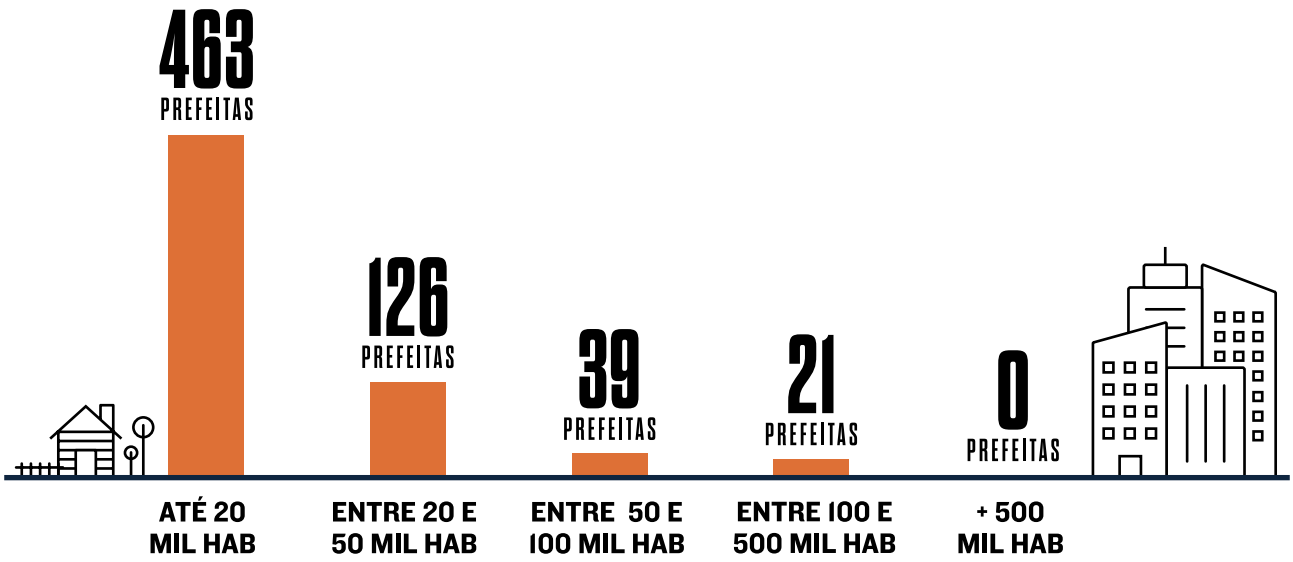
11

ESTADOS APRESENTAM PERCENTUAL DE PREFEITAS ABAIXO DA MÉDIA NACIONAL

Em um recorte por unidade federativa (GRÁFICO 1.3), o Espírito Santo é o estado com pior índice de participação de mulheres na chefia do poder executivo local, com apenas 5,1% de mulheres, em um total de 78 municípios. O estado é seguido pelo Rio Grande do Sul e por Minas Gerais, com 6,2% e 7,6% de Prefeitas respectivamente. Juntos, 11 estados apresentam percentual de Prefeitas abaixo da média nacional de 11,7%, incluindo todos os da Região Sudeste. Já os estados com maior parcela de mulheres Prefeitas são Roraima e Rio Grande do Norte, com 26,7% e 26,3%, respectivamente. No entanto, Roraima é o estado da federação com menor número de municípios no total: somente 15, sendo quatro comandados por mulheres.

GRÁFICO 1.4

Prefeitas por municípios

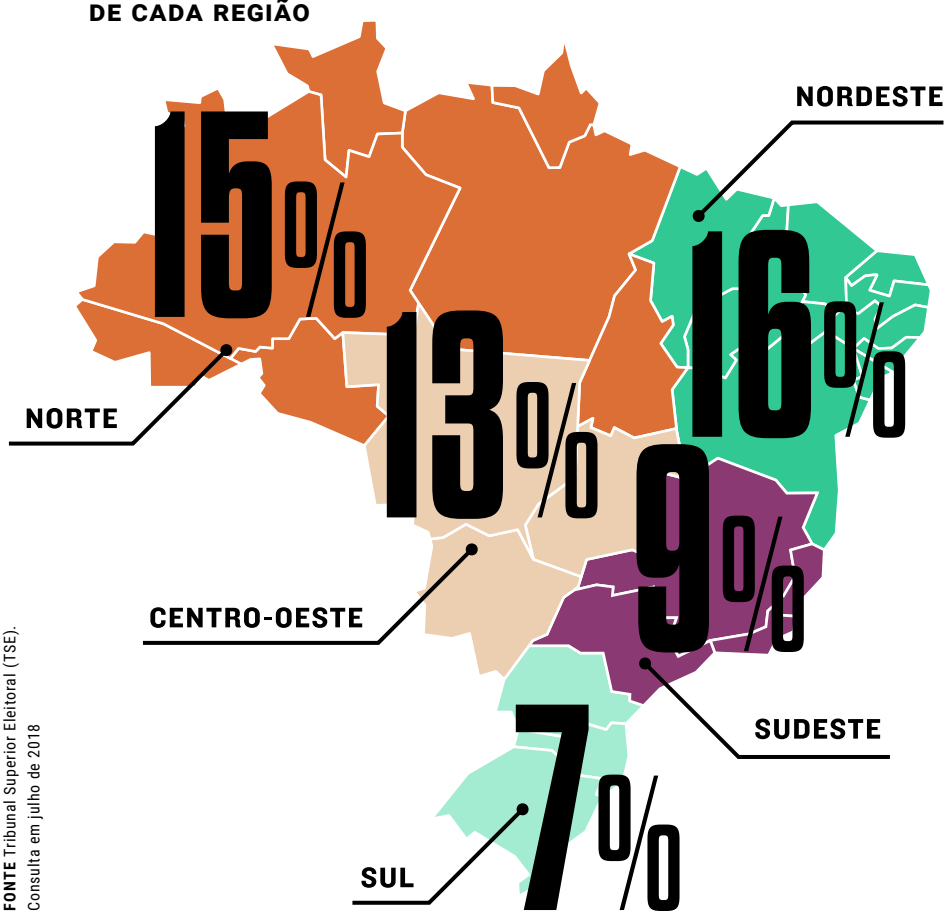


FONTE Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Consulta em julho de 2018.

MAPA 1.1

Prefeitas no Brasil (Mandato 2017-2020)

% DE PREFEITAS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE MUNICÍPIOS DE CADA REGIÃO



FONTE Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Consulta em julho de 2018

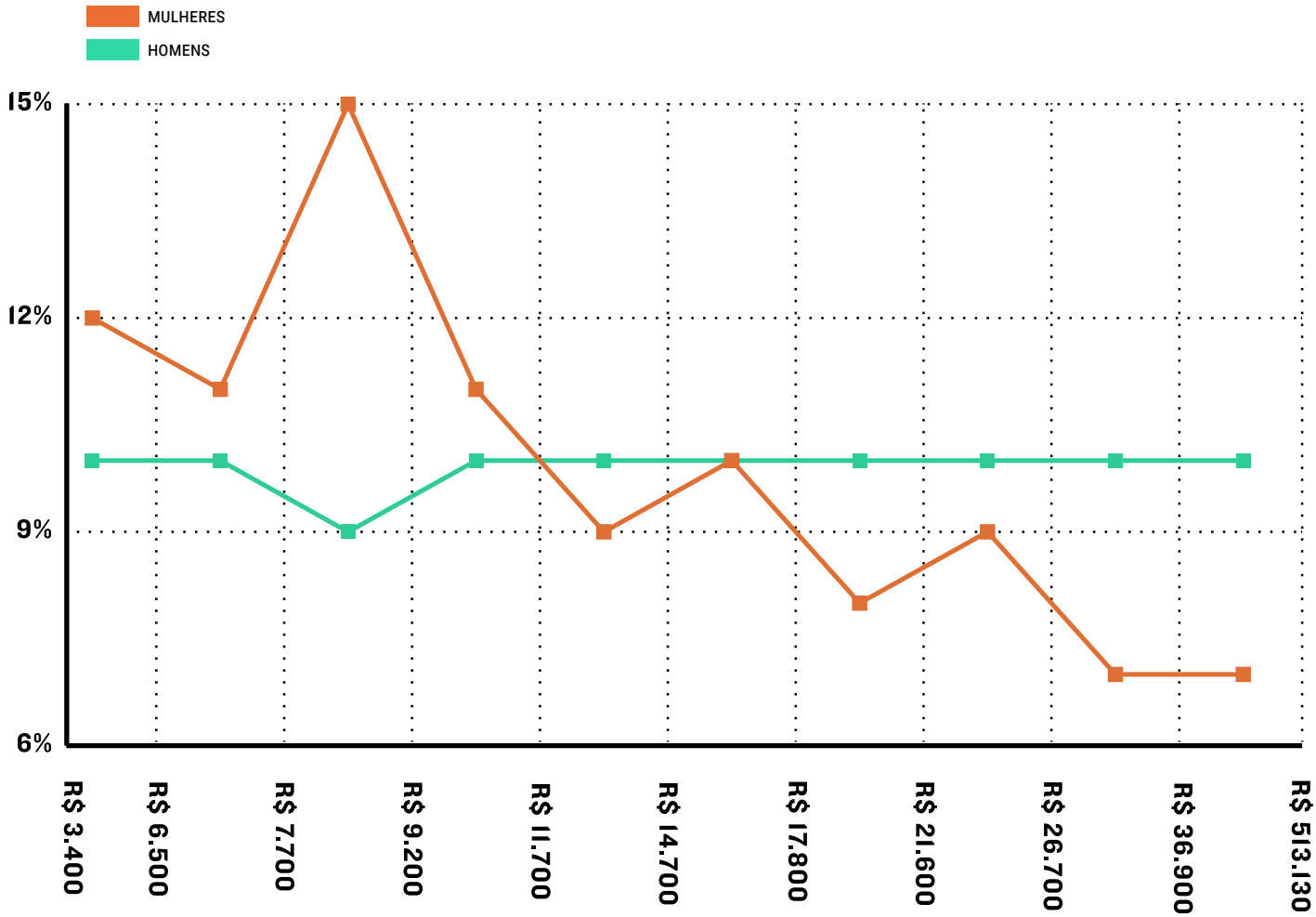
Ao mesmo tempo em que governam apenas 11,7% dos municípios brasileiros, **as Prefeitas têm sob sua jurisdição somente 7% da população do país**. Do total de Prefeitas em exercício, 91% delas foram eleitas em municípios com até 50 mil habitantes, dos quais 71% em municípios com até 20 mil habitantes.

Apenas uma capital brasileira é governada por uma mulher eleita diretamente ao cargo de Prefeita, Boa Vista (RR). Durante o período de desincompatibilização de Prefeitos para concorrerem às eleições de 2018, Palmas (TO) e Rio Branco (AC) também passaram a contar com Prefeitas mulheres, já que as Vice-Prefeitas assumiram a gestão. Dos 309 municípios brasileiros acima de 100 mil habitantes, somente 21 são governados por mulheres, sendo os maiores, Rio Branco (AC), com quase 384 mil habitantes, e Caruaru (PE), com 356 mil habitantes.

GRÁFICO 1.5

Prefeitas e Prefeitos por PIB *per capita* do município

% EM RELAÇÃO AO TOTAL DO PRÓPRIO SEXO POR DECIL DE PREFEITAS E PREFEITOS, EM RELAÇÃO AO PIB PER CAPITA MUNICIPAL EM 2015



FONTE Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Consulta em julho de 2018

A análise da distribuição das Prefeitas e Prefeitos eleitos em 2016 entre as faixas de PIB *per capita* dos municípios revela que há uma maior concentração relativa de Prefeitas nos municípios mais pobres. Enquanto 49,9% das Prefeitas eleitas governam as prefeituras localizadas no grupo dos 40% de municípios com menor PIB *per capita*, apenas 38,7% dos Prefeitos encontram-se nesta faixa (GRÁFICO 1.5). A curva se inverte a partir do quinto decil, com mais homens que mulheres concentrados nos decis de maior PIB *per capita*. Essa relação também se estabelece quando é analisada a receita tributária *per capita*.

MÉDIA DE PIB PER CAPITA DOS MUNICÍPIOS:

R$ 17,8 mil
GOVERNADOS POR PREFEITAS

R$ 19,7 mil
GOVERNADOS POR PREFEITOS

Em 2017, 45,8% das Prefeitas, diante de 37,5% dos Prefeitos, encontravam-se no grupo dos 40% de municípios com receita tributária *per capita* mais baixa (GRÁFICO 1.6). Novamente, a curva se inverte, com maior concentração proporcional de mulheres nos três primeiros decis e maior concentração de homens a partir do quarto decil, resultando em uma receita tributária per capita média de R$ 199 nos municípios governados pelas Prefeitas e de R$ 245 naqueles governados por Prefeitos.

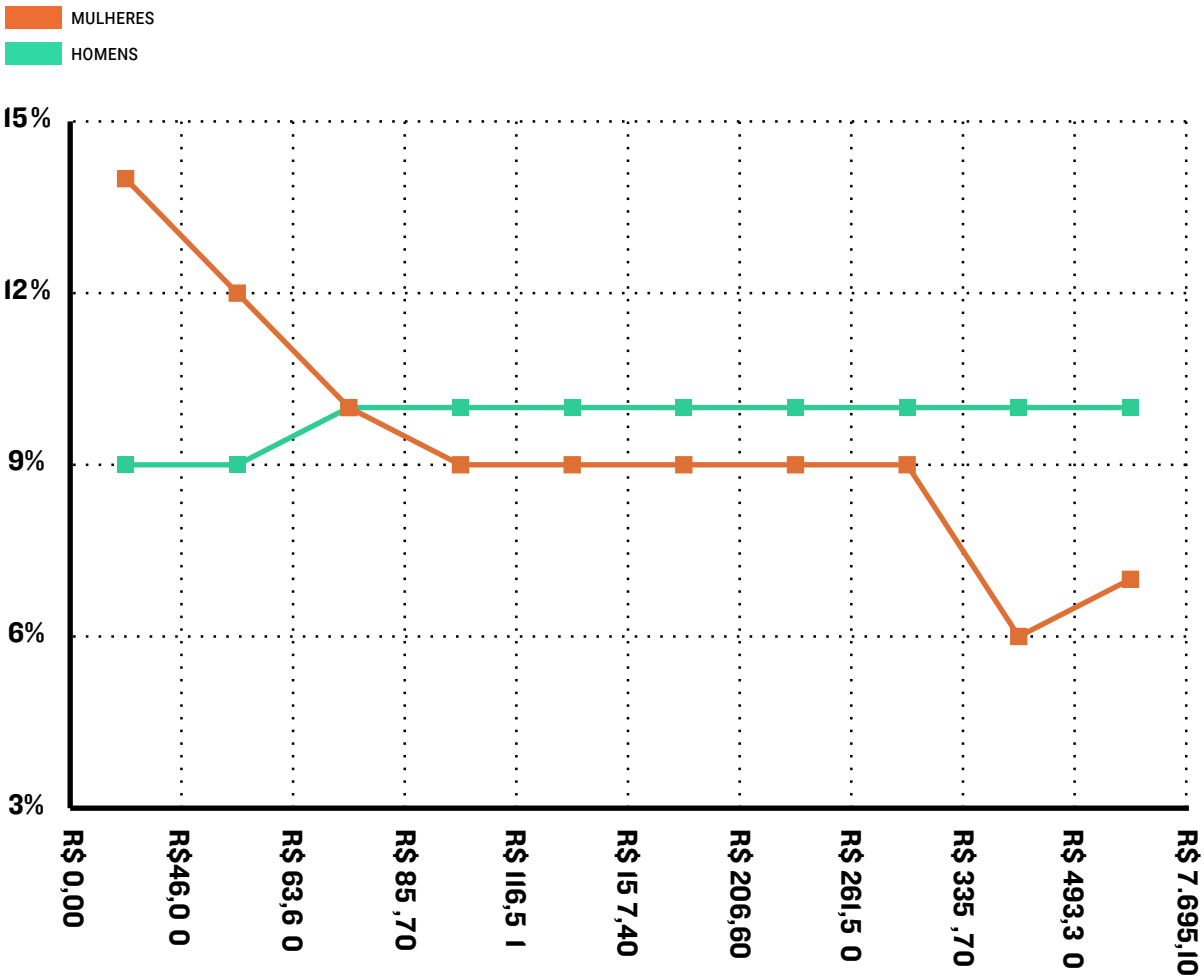
A análise da inclinação das curvas do PIB *per capita* e da receita tributária per capita sugere que, ao menos para o período analisado, pode haver uma correlação entre nível de riqueza / pobreza dos municípios e a eleição de mulheres para o cargo de Prefeita, enquanto que, para a vitória eleitoral de candidatos homens ao mesmo cargo, a baixa oscilação da curva sugere que esse fator não é determinante. Tais indicações corroboram com pesquisas sobre o tema[22], que apontam para uma predominância de mulheres em municípios mais pobres e menos desenvolvidos, embora ainda mereçam um aprofundamento na formulação e confirmação dos fatores que determinam esse fenômeno.

22 MIGUEL, Luis Felipe; QUEIROZ, Cristina Monteiro de. Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 363-385, maio/set. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v14n2/a03v14n2.pd>. Acesso em: 11 fev. 2011. doi: 10.1590/S0104-026X2006000200003. NOVELINO, Maria Salet Ferreira; TOLEDO, María Luiza Guerra de. As mulheres no campo político: uma análise das candidaturas femininas às prefeituras brasileiras (2000-2016). Revista Inclusão Social, Inc.Soc., Brasília, DF, v.11 n.2, p.67-79, jan./jun. 2018.

GRÁFICO 1.6

Prefeitas e Prefeitos por receita tributária *per capita* do município

% EM RELAÇÃO AO TOTAL DO PRÓPRIO SEXO POR DECIL DE PREFEITAS E PREFEITOS, EM RELAÇÃO À RECEITA TRIBUTÁRIA PER CAPITA MUNICIPAL EM 2017



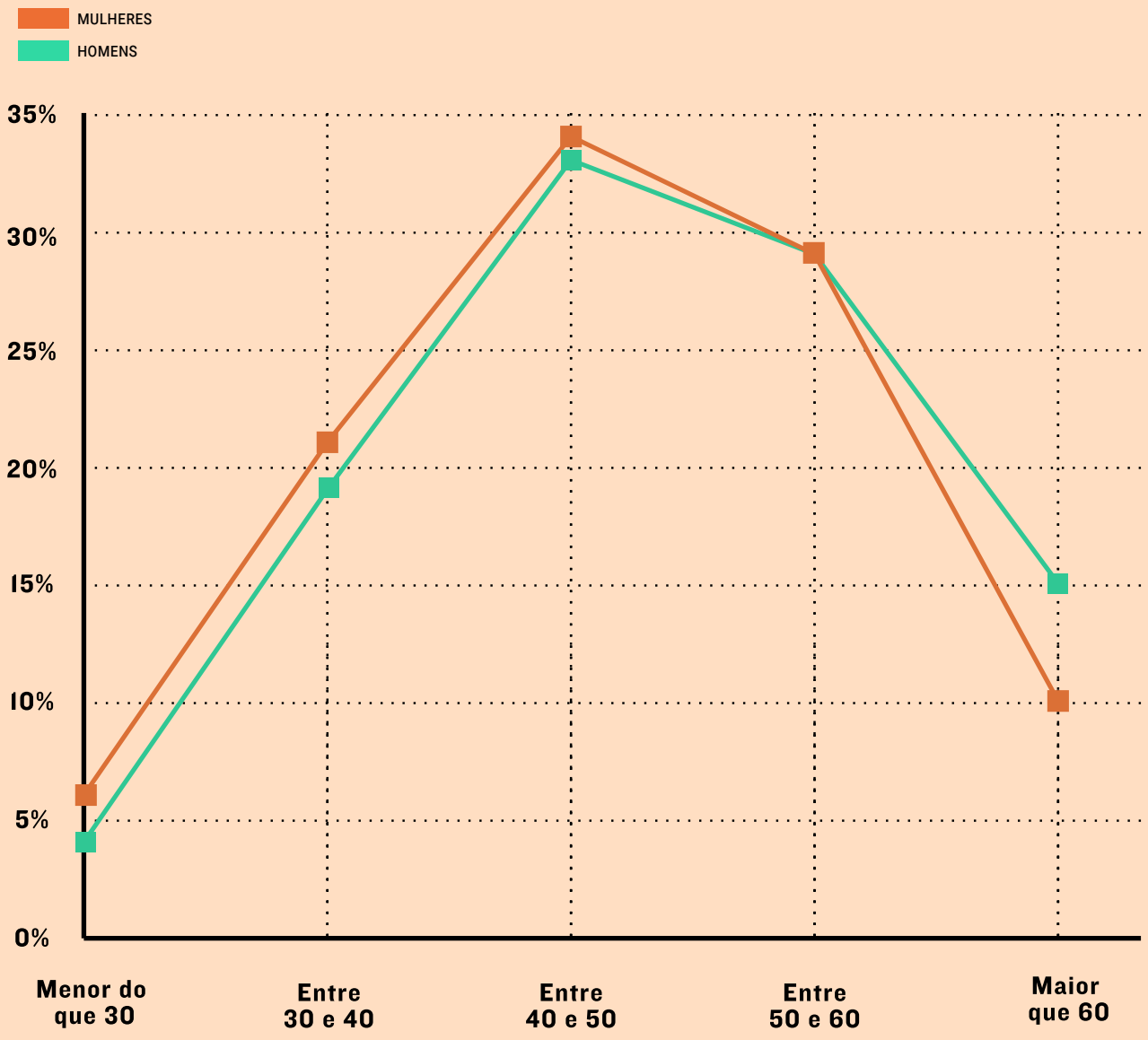
FONTE Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Consulta em julho de 2018

Perfil etário, racial, escolaridade e estado civil de Prefeitas e Prefeitos

GRÁFICO 1.7

Prefeitas e Prefeitos por grupo de idade na eleição

% EM RELAÇÃO AO TOTAL DO PRÓPRIO SEXO



FONTE Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Consulta em julho de 2018

A média de idade das Prefeitas do Brasil é de 47 anos e a dos Prefeitos é de 49 anos, com 63% de mulheres e 62% dos homens concentrados na faixa dos 40 a 60 anos de idade. Os governantes mais jovens de ambos os sexos têm 21 anos. Proporcionalmente, as Prefeitas têm maior concentração nas faixas etárias mais jovens em comparação com os homens.

47

IDADE MÉDIA DAS PREFEITAS BRASILEIRAS

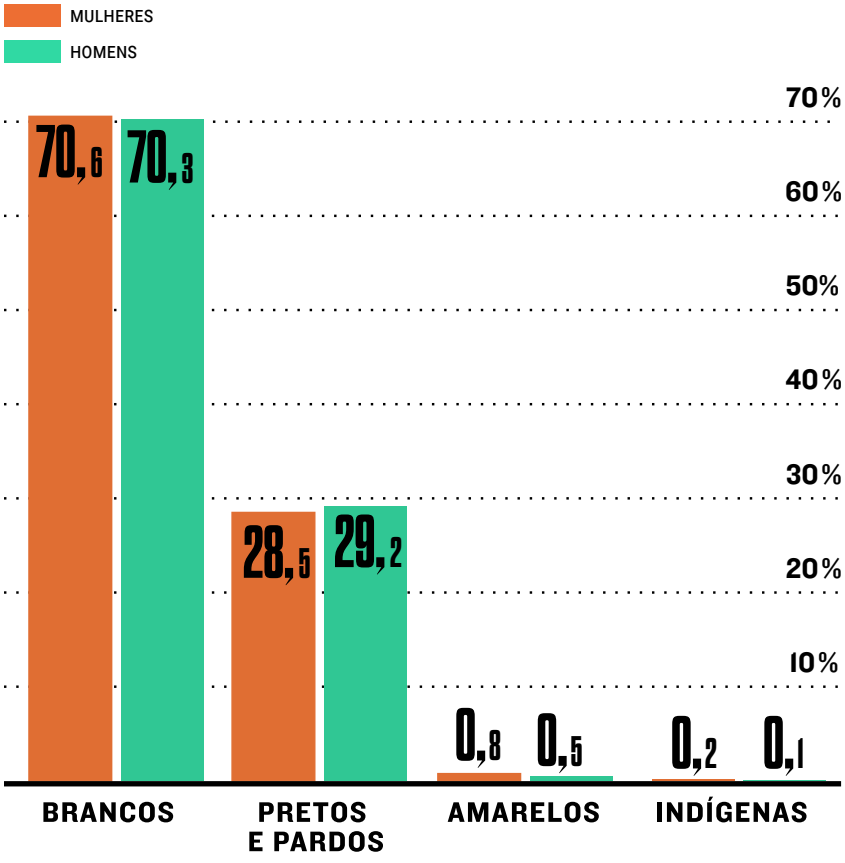
49

IDADE MÉDIA DOS PREFEITOS BRASILEIROS

GRÁFICO 1.8

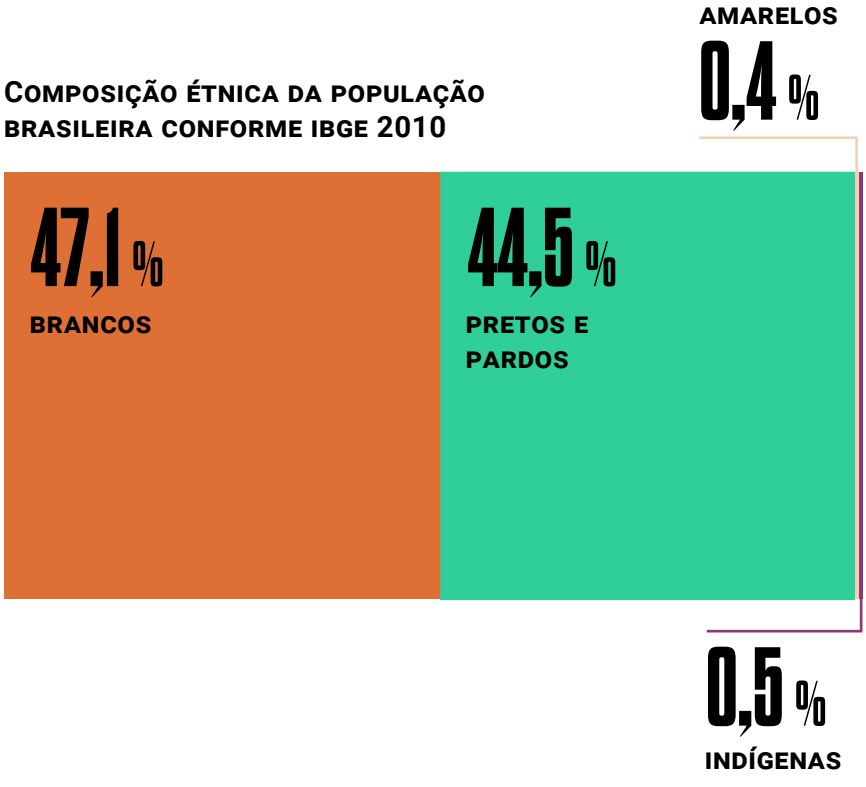
Prefeitas e Prefeitos por cor/raça

% EM RELAÇÃO AO TOTAL DO PRÓPRIO SEXO



FONTE Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Consulta em julho de 2018

COMPOSIÇÃO ÉTNICA DA POPULAÇÃO BRASILEIRA CONFORME IBGE 2010



A desigualdade racial no país prevalece também nos espaços de poder, com efeitos observados nas eleições para as prefeituras. De acordo com os dados declarados no TSE, os pretos e pardos[23] são apenas 29,1% dos governantes municipais, ante 70,3% de brancos. Os amarelos e os indígenas representam 0,5% e 0,1% dos Prefeitos e Prefeitas, respectivamente.

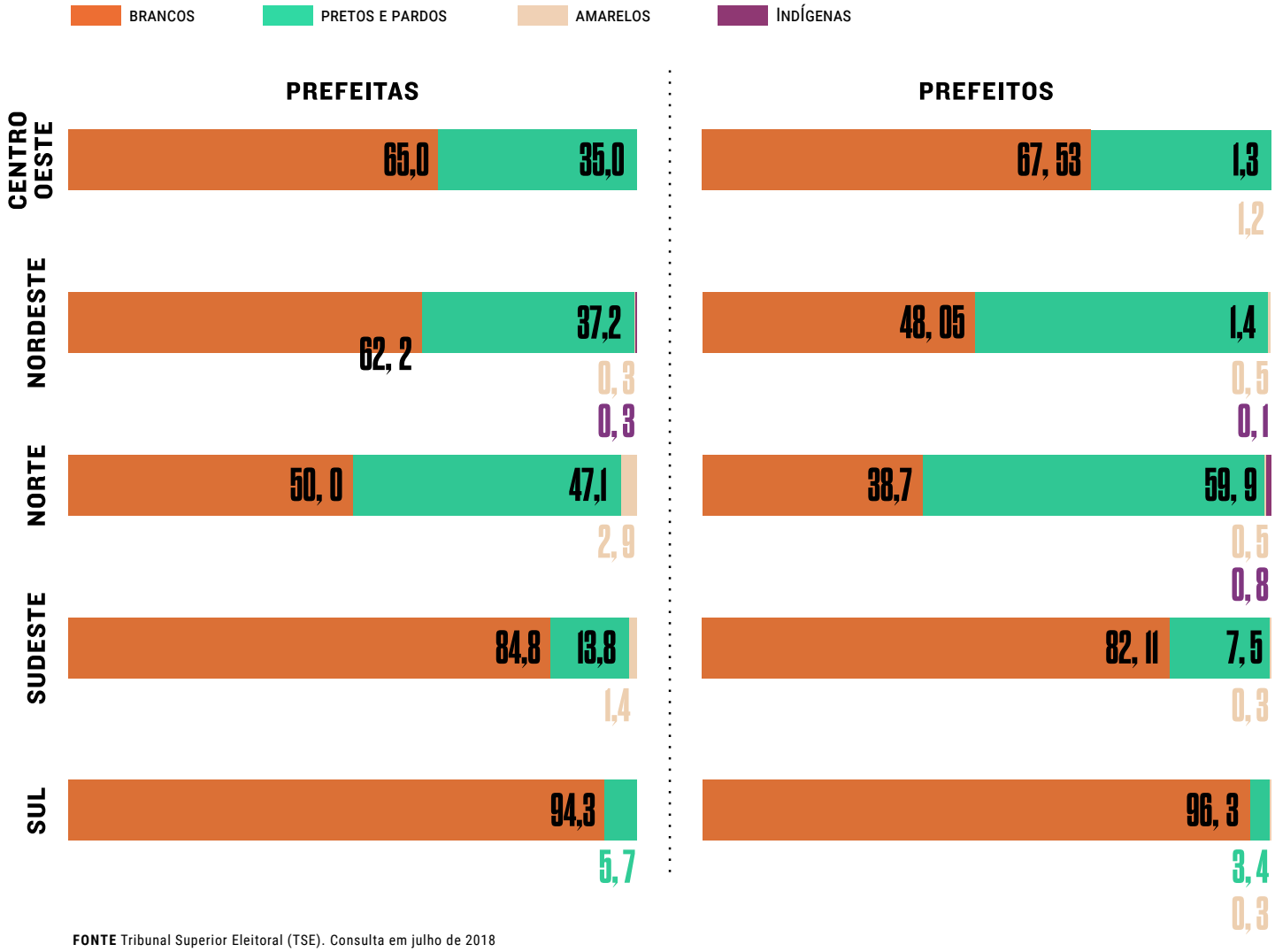
Quando olhamos separadamente homens e mulheres eleitos para chefiar as prefeituras, o abismo racial se mantém em ambos os sexos (GRÁFICO 1.8). Cabe citar que a população brasileira, segundo o último censo realizado pelo IBGE no ano 2010, é composta por 47,1% de brancos, 44,52% pretos e pardos, 0,43% de amarelos e 0,47% de indígenas.

23 Em termos de classificação racial, uma vez adotada a categoria de cor/raça do IBGE, foi feita a opção por apresentar as categorias "pretas e pardas" somadas sem designá-las como "negras", já que a categoria "parda" não designa apenas ascendência de pretos e brancos, mas também inclui a miscigenação de brancos e indígenas e brancos e asiáticos. No entanto, é fundamental destacar que há um amplo debate entre os pesquisadores sobre utilizar a categoria analítica "negra" como a somatória das estatísticas relativas às variáveis do IBGE "pretos" e "pardos" no quesito raça/cor (ou seja, não brancos, não indígenas e não amarelos). Para informações mais aprofundadas, ver: Saboia & Petrucceli, 2013: "Características Étnico-Raciais da População: classificações e identidades" (https://servicodados.ibge.gov.br/Download/Download.ashx?http=1&u=biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63405.pdf). O Estatuto da Igualdade Racial, Lei 12.288 de 20/07/2010 também estabelece como população negra "o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)", disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm.

GRÁFICO 1.9

Prefeitas e prefeitos por cor/raça e por região

% EM RELAÇÃO AO TOTAL DO PRÓPRIO SEXO



FONTE Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Consulta em julho de 2018

Do ponto de vista regional, no entanto, é possível observar diferenças significativas. Tanto para as Prefeitas como para os Prefeitos, o Sul e o Sudeste são as regiões com menor representação de pretos e pardos (GRÁFICO 1.9). No caso das mulheres, o percentual de Prefeitas pretas e pardas não ultrapassa o de brancas em nenhuma região, sendo que, nas regiões Norte e Nordeste, onde o percentual é maior, as Prefeitas pretas e pardas são 47% e 37% do total de cada região, respectivamente. Considerando-se os homens, nas regiões Norte e Nordeste, o percentual de Prefeitos pretos e pardos supera o percentual de Prefeitos brancos, com 60% e 51%, respectivamente, ante 39% e 48% de brancos.



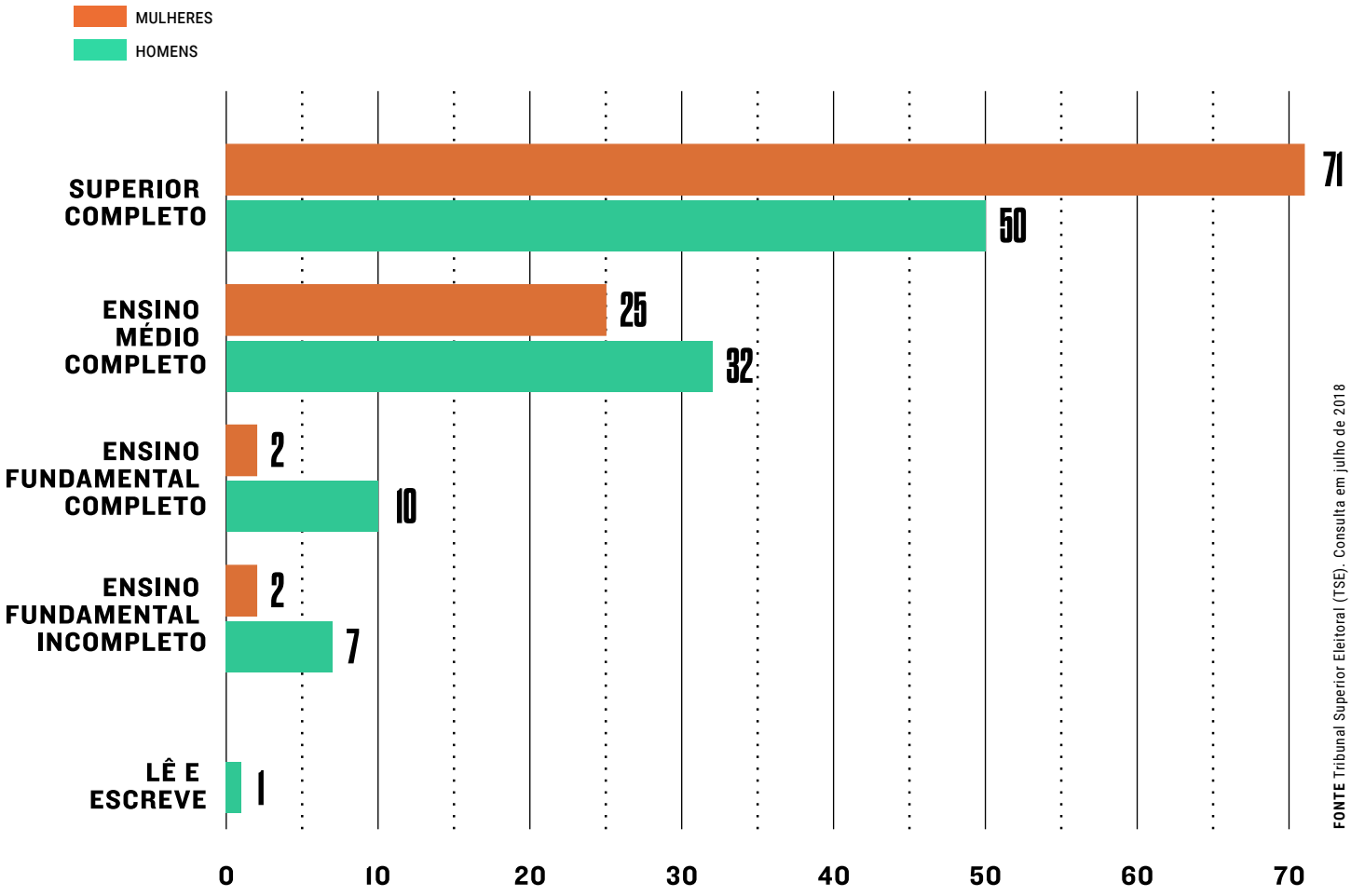
REGIÕES COM MAIOR REPRESENTAÇÃO DE PRETOS E PARDOS NAS PREFEITURAS

Quando o assunto é escolaridade, é possível observar uma expressiva diferença entre as Prefeitas e os Prefeitos. Enquanto 71% das mulheres possuem ensino superior completo, isso é válido para somente 50% dos homens (GRÁFICO 1.10). O percentual de mulheres Prefeitas com ensino superior contrasta com o percentual geral da população brasileira do sexo feminino com esse nível de escolaridade, que é de apenas 12%, segundo o Censo Demográfico do IBGE de 2010, enquanto que, para os homens, é de 9,9%. Perguntadas na pesquisa realizada pelo Instituto Alziras, 42% das Prefeitas responderam, inclusive, que possuem pós-graduação.

GRÁFICO 1.10

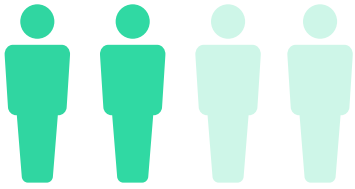
Prefeitas e Prefeitos por escolaridade

% EM RELAÇÃO AO TOTAL DO PRÓPRIO SEXO



FONTE Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Consulta em julho de 2018

71%
DAS PREFEITAS COM ENSINO SUPERIOR COMPLETO



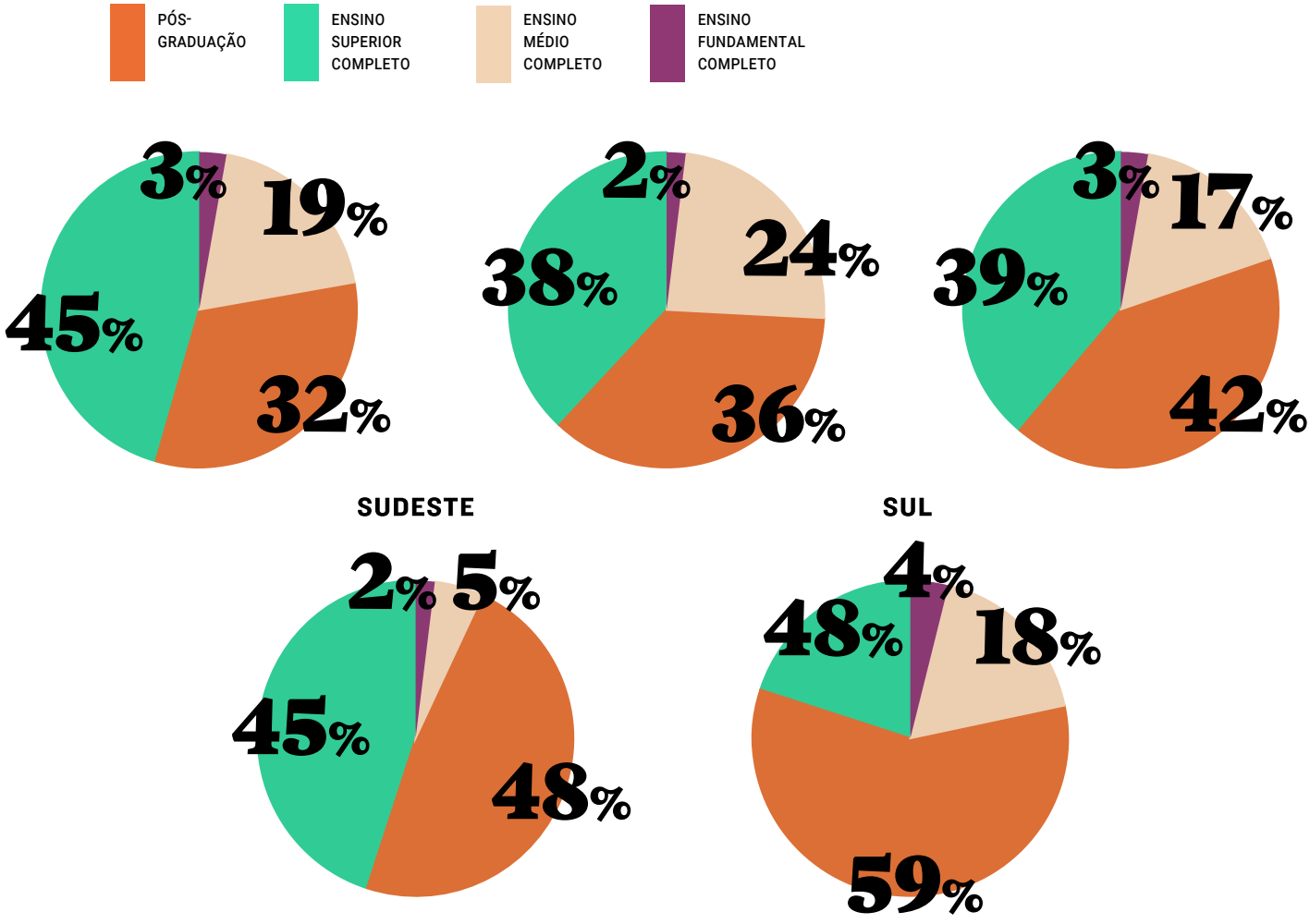
1/2 DOS PREFEITOS POSSUI ENSINO SUPERIOR

42%
DAS PREFEITAS COM PÓS-GRADUAÇÃO

GRÁFICO 1.11

Prefeitas por escolaridade e por região

% EM RELAÇÃO AO TOTAL DO PRÓPRIO SEXO



FONTE Instituto Alziras, 2018. **PERGUNTA 7** Qual o nível de escolaridade mais alto que a senhora completou?

Considerando os dados coletados pelo Instituto Alziras, é possível observar que a alta escolaridade das Prefeitas se mantém em todas as regiões, com destaque para a região Sul e Sudeste do país, onde 59% e 48% delas, respectivamente, possuem Pós-graduação (GRÁFICO 1.11).

A ocupação das Prefeitas e Prefeitos eleitos declarada no TSE, incluindo a ocupação no mandato anterior de cargos políticos, como os de Prefeita(o) ou Vereador(a), também demonstra diferenças importantes entre mulheres e homens. Considerando-se a presença proporcional de cada sexo, observa-se que há mais homens nas ocupações de empresário, de produtor agropecuário e de comerciante, enquanto que as mulheres são proporcionalmente mais presentes nas ocupações de servidora pública, de professora, de enfermeira e de dona de casa (GRÁFICO 1.12).

Conforme problematizam Novellino e Toledo (2018)[24], esta diferença parece indicar uma reprodução, no grupo de Prefeitas e Prefeitos, de padrões de acesso desiguais e tradicionais ao mercado de trabalho, em que as mulheres ocupam posições de menor prestígio e remuneração,

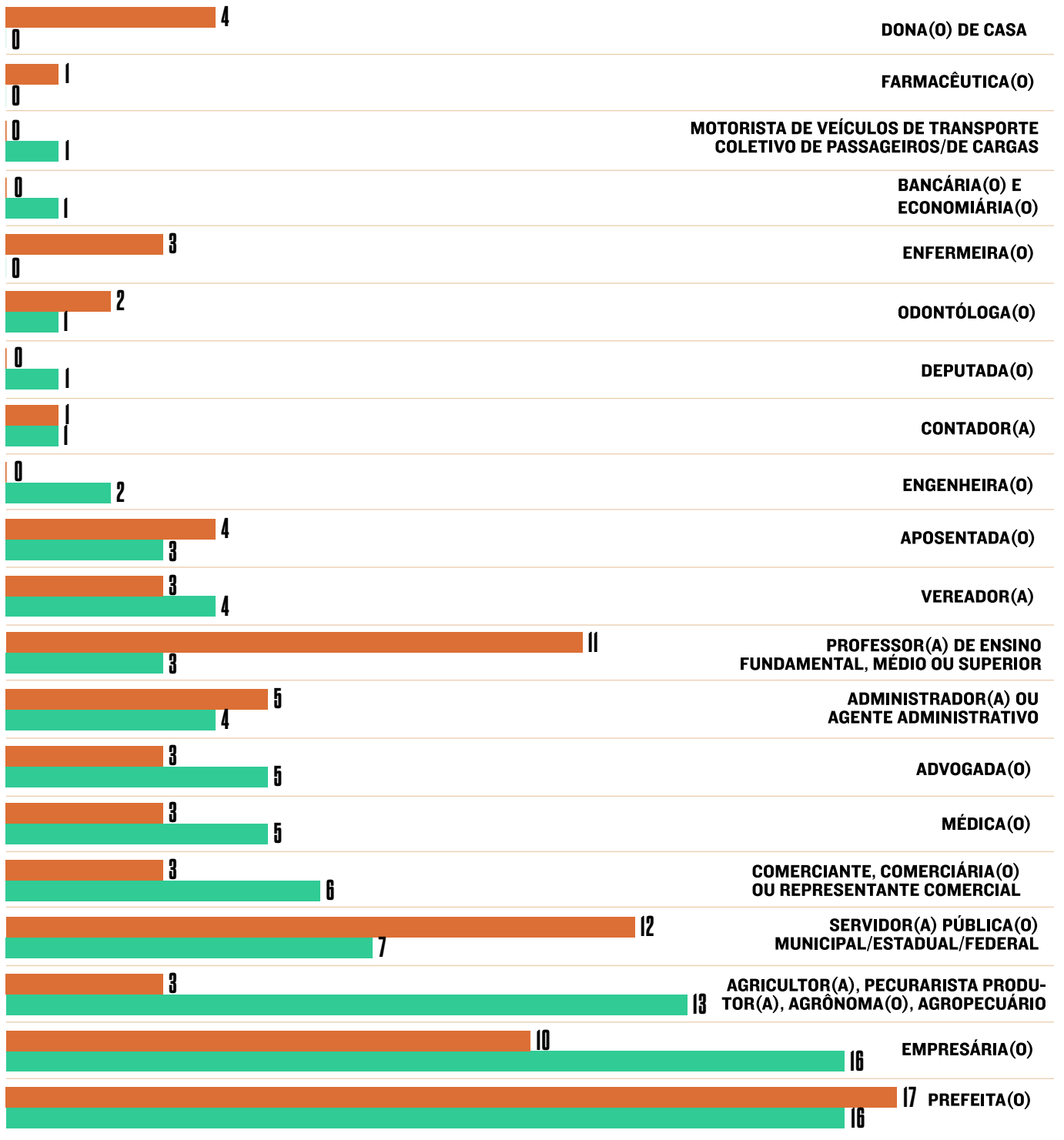
24 NOVELINO, Maria Salet Ferreira; TOLEDO, María Luiza Guerra de. As mulheres no campo político: uma análise das candidaturas femininas às prefeituras brasileiras (2000-2016). Revista Inclusão Social, Inc.Soc., Brasília, DF, v.11 n.2, p.67-79, jan./jun. 2018.

o que pode explicar, em parte, a dificuldade de acesso das mulheres a cargos políticos. Já na ocupação de cargo político anterior, como os de Prefeita(o) e Vereador(a), a proporção de homens e mulheres é bastante semelhante, o que evidencia que a ocupação prévia de cargo político favorece a eleição em mandatos futuros, pela acumulação de capital político.

GRÁFICO 1.12

Prefeitas e Prefeitos por ocupação

% EM RELAÇÃO AO TOTAL DO PRÓPRIO SEXO



FONTE Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Consulta em julho de 2018

Do ponto de vista do estado civil, há mais Prefeitos casados do que Prefeitas, 75% ante 67%, assim como há proporcionalmente mais Prefeitas solteiras (20% ante 15% dos homens) e viúvas (4% ante 1% dos Prefeitos) (GRÁFICO 1.13). As implicações dessas diferenças serão discutidas mais a fundo no capítulo 3, que analisa a composição da unidade familiar das Prefeitas brasileiras, relacionada às dificuldades enfrentadas pelas mulheres na política.

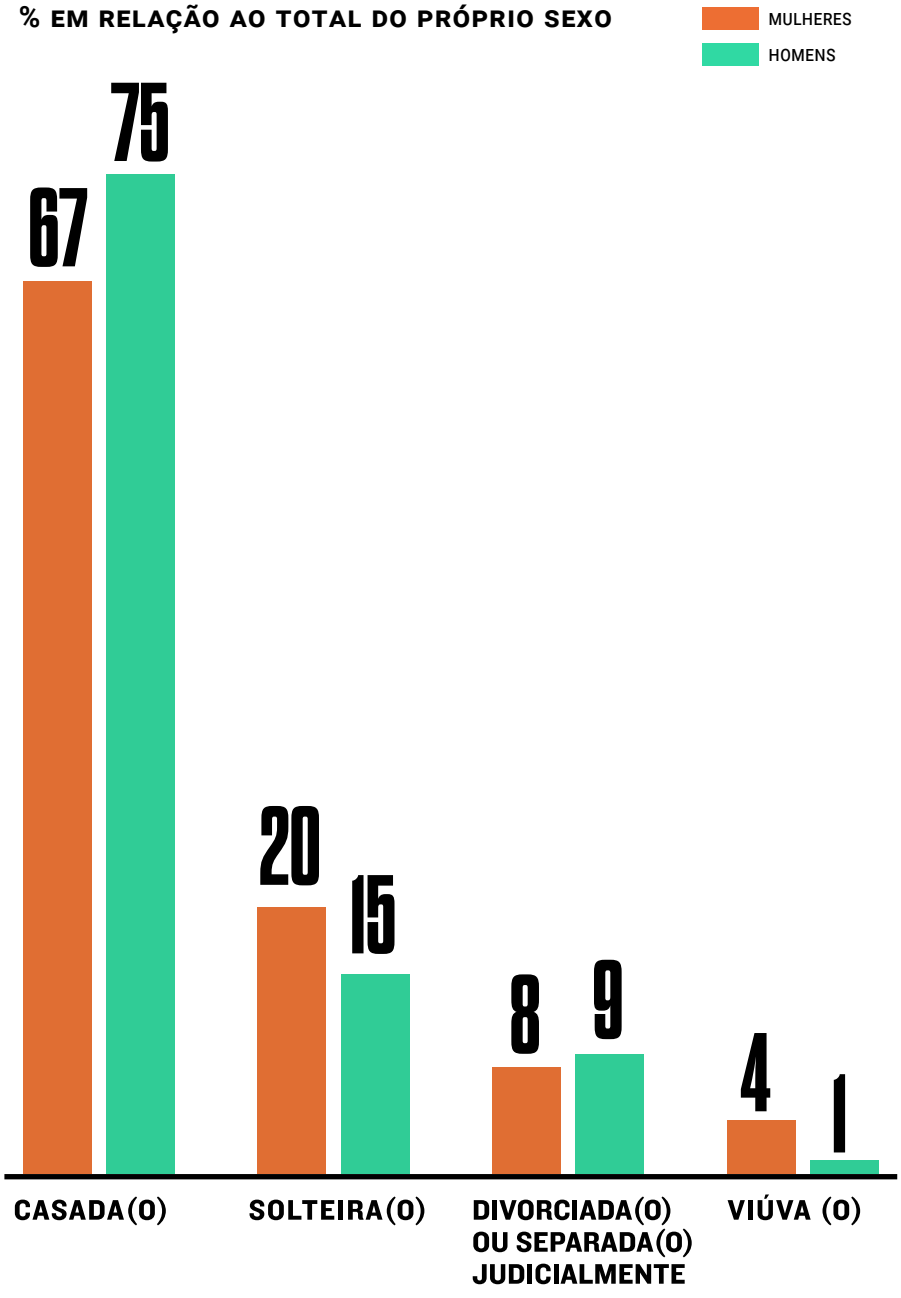
Por fim, perguntadas na pesquisa realizada pelo Instituto Alziras se possuem culto ou religião, 76% das Prefeitas se declararam católicas e 16% evangélicas. Outras religiões ou Prefeitas que declararam não ter religião somam 8%. Não foi possível comparar homens e mulheres nesse quesito pela indisponibilidade de dados sobre a religião dos Prefeitos.

Para o mandato compreendido entre o período de 2017 a 2020, um total de 32, entre 35 partidos políticos brasileiros, abrangem o conjunto de Prefeitas e Prefeitos eleitos (TABELA 1.1).

GRÁFICO 1.13

Prefeitas e Prefeitos por estado civil

% EM RELAÇÃO AO TOTAL DO PRÓPRIO SEXO



FONTE Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Consulta em julho de 2018

76% DAS PREFEITAS SÃO CATÓLICAS

16% DAS PREFEITAS SÃO EVANGÉLICAS

As Prefeitas e os Prefeitos nos partidos políticos e na campanha eleitoral

TABELA 1.1

Prefeitas e Prefeitos por partidos políticos

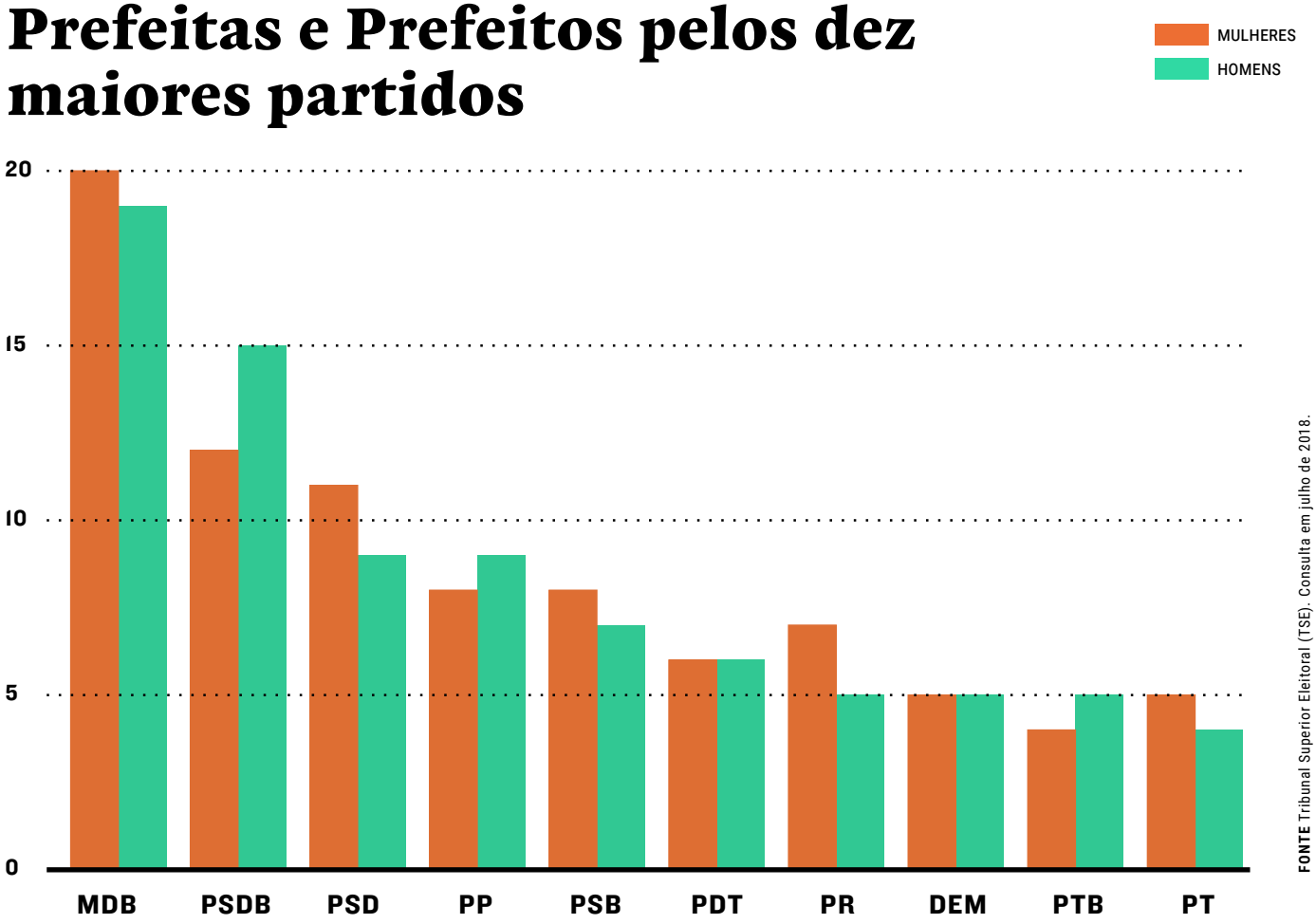
NÚMERO DE ELEITAS E ELEITOS

PARTIDO	PREFEITAS	PREFEITOS	TOTAL
PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (MDB)	130	919	1.049
PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA (PSDB)	80	720	800
PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD)	70	466	536
PARTIDO PROGRESSISTA (PP)	55	451	506
PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB)	49	361	410
PARTIDO DA REPÚBLICA (PR)	48	253	301
PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA (PDT)	38	304	342
DEMOCRATAS (DEM)	33	237	270
PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT)	31	220	251
PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB)	29	237	266
PARTIDO VERDE (PV)	14	89	103
PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO (PRB)	11	92	103
PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PCDOB)	10	72	82
PARTIDO POPULAR SOCIALISTA (PPS)	9	116	125
PARTIDO REPUBLICANO DA ORDEM SOCIAL (PROS)	7	43	50
SOLIDARIEDADE (SOLIDARIEDADE)	7	56	63
PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN)	6	24	30
PARTIDO SOCIAL LIBERAL (PSL)	4	25	29
PARTIDO SOCIAL CRISTÃO (PSC)	4	82	86
PARTIDO TRABALHISTA CRISTÃO (PTC)	3	13	16
PARTIDO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL (PMN)	3	26	29
PARTIDO DA MULHER BRASILEIRA (PMB)	2	2	4
PARTIDO TRABALHISTA DO BRASIL (PTDOB)	2	10	12
PARTIDO REPUBLICANO PROGRESSISTA (PRP)	2	16	18
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA CRISTÃO (PSDC)	1	7	8
PARTIDO HUMANISTA DA SOLIDARIEDADE (PHS)	1	38	39
PATRIOTA (PATRI)	0	1	1
PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE (PSOL)	0	2	2
PARTIDO PÁTRIA LIVRE (PPL)	0	5	5
REDE SUSTENTABILIDADE (REDE)	0	7	7
PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO (PRTB)	0	9	9
PARTIDO ECOLÓGICO NACIONAL (PEN)	0	12	12
TOTAL	**649**	**4.915**	**5.564**

FONTE Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Consulta em julho de 2018.
OBSERVAÇÃO Quatro Prefeitos não puderam ter seus partidos identificados com base nos dados do TSE.

GRÁFICO 1.14

Prefeitas e Prefeitos pelos dez maiores partidos



FONTE Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Consulta em julho de 2018.

No entanto, dez partidos concentram 87% das Prefeitas e 85% dos Prefeitos brasileiros, abrangendo um total de 4.727 chefes do poder executivo municipal. São eles: Partido do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Partido Social Democrático (PSD), Partido Progressista (PP), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido da República (PR), Democratas (DEM), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Partido dos Trabalhadores (PT), sendo os primeiros, o MDB, com 20% do total das Prefeitas brasileiras e o PSDB com 12% (GRÁFICO 1.14).

10 PARTIDOS

CONCENTRAM

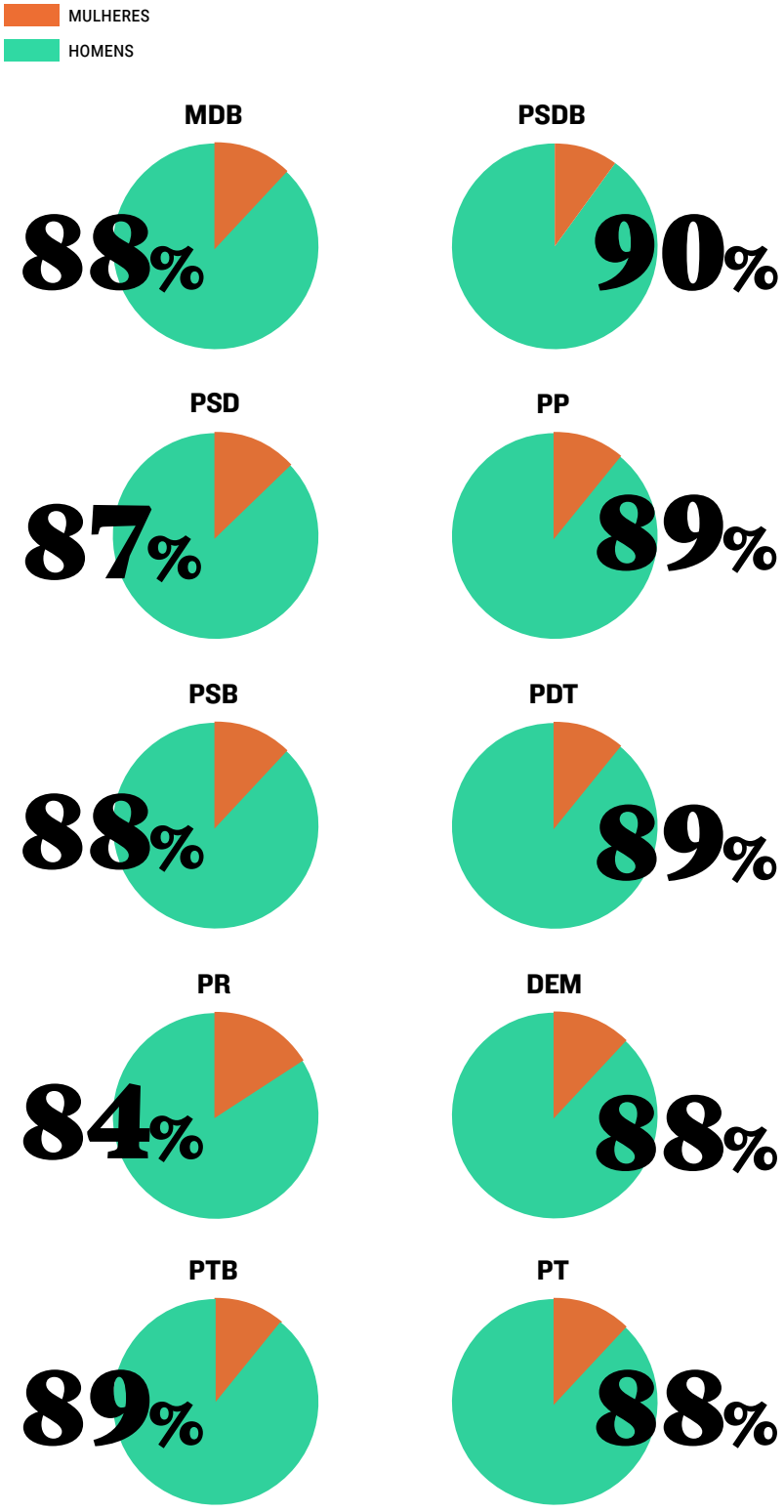
87% DAS PREFEITAS DO PAÍS

85% DOS PREFEITOS DO PAÍS

GRÁFICO 1.15

Prefeitas e Prefeitos pelos dez maiores partidos

% EM RELAÇÃO AO TOTAL DO PARTIDO



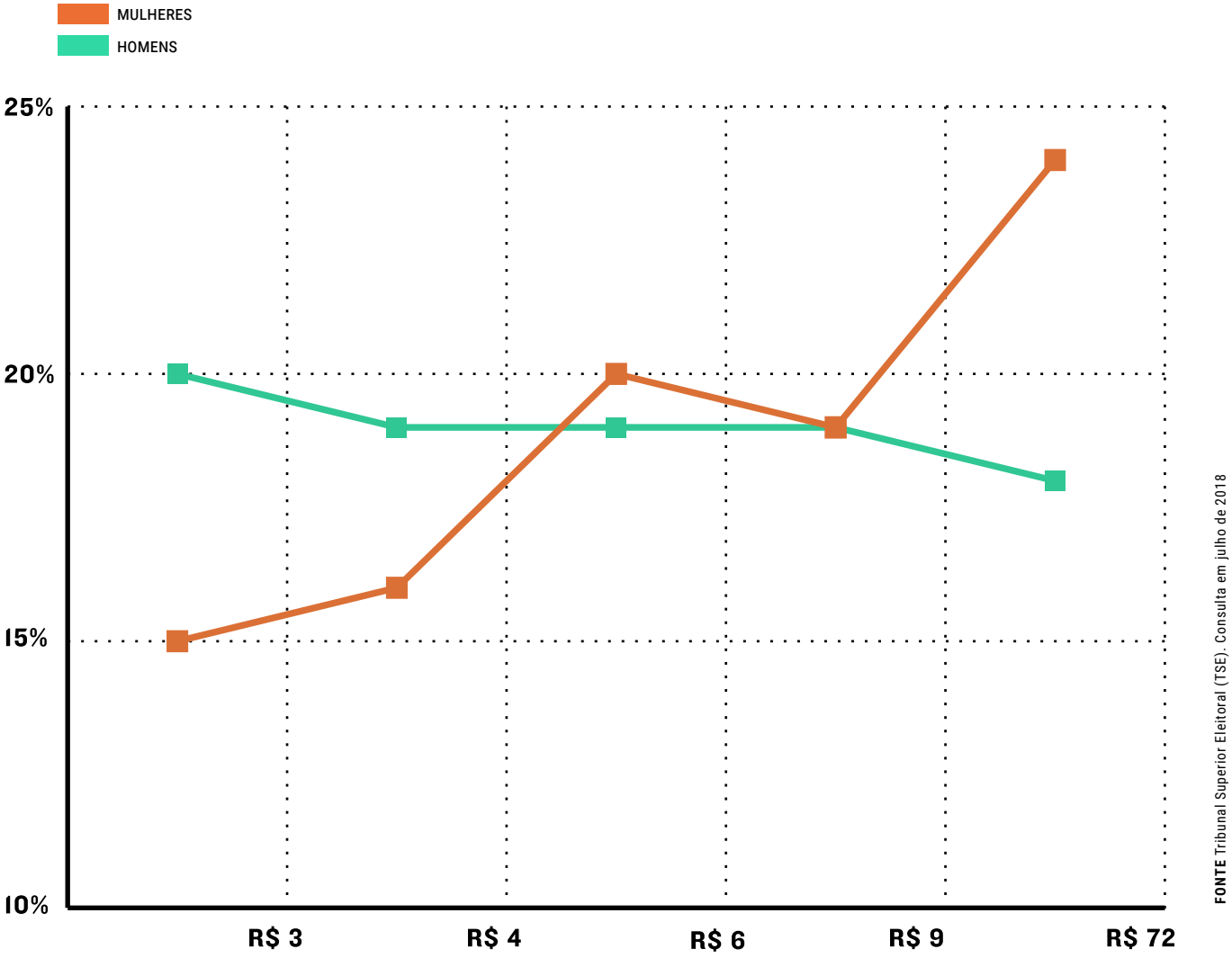
FONTE Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Consulta em julho de 2018

Comparativamente ao total de Prefeitas e Prefeitos dentro de cada partido, entretanto, todos apresentam percentual bastante semelhante de mulheres, de forma que a participação relativa das Prefeitas nos dez maiores partidos políticos está concentrada no intervalo entre 10% e 16% (GRÁFICO 1.15). Assim, considerando-se apenas a análise das eleitas e dos eleitos, e não de candidatos, os dados sugerem que a posição no espectro ideológico ou a adoção de uma linha programática dita progressista não tem refletido necessariamente em uma postura igualitária dentro das estruturas partidárias, com predominância de homens eleitos para o cargo de Prefeito, em todos os partidos políticos.

GRÁFICO 1.16

Prefeitas e Prefeitos por arrecadação de campanha *per capita*

% EM RELAÇÃO AO TOTAL DO PRÓPRIO SEXO POR QUINTIL DE PREFEITAS E PREFEITOS, EM RELAÇÃO À ARRECADAÇÃO DE CAMPANHA PER CAPITA NAS ELEIÇÕES DE 2016.



FONTE Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Consulta em julho de 2018

Em termos de arrecadação de campanha *per capita*, as mulheres eleitas apresentaram uma média mais elevada que os homens, R$ 7,10 para as Prefeitas, ante R$ 6,15 para os Prefeitos. A análise comparada da arrecadação de campanha *per capita* entre homens e mulheres, por quintil de Prefeitas e Prefeitos, permite observar que 39% dos Prefeitos estão concentrados nos dois quintis mais baixos de arrecadação *per capita* (até R$ 4 *per capita*), diante de 31% das Prefeitas. A curva se inverte, com menos Prefeitos nos dois quintis mais altos de arrecadação *per capita* (37%), ante 47% de mulheres (GRÁFICO 1.16).

A inclinação das curvas de homens e mulheres por arrecadação de campanha *per capita* parece sugerir que as candidatas mulheres eleitas Prefeitas foram dependentes de uma arrecadação de campanha mais elevada do que os candidatos homens eleitos Prefeitos, para os quais a disponibilidade de re-

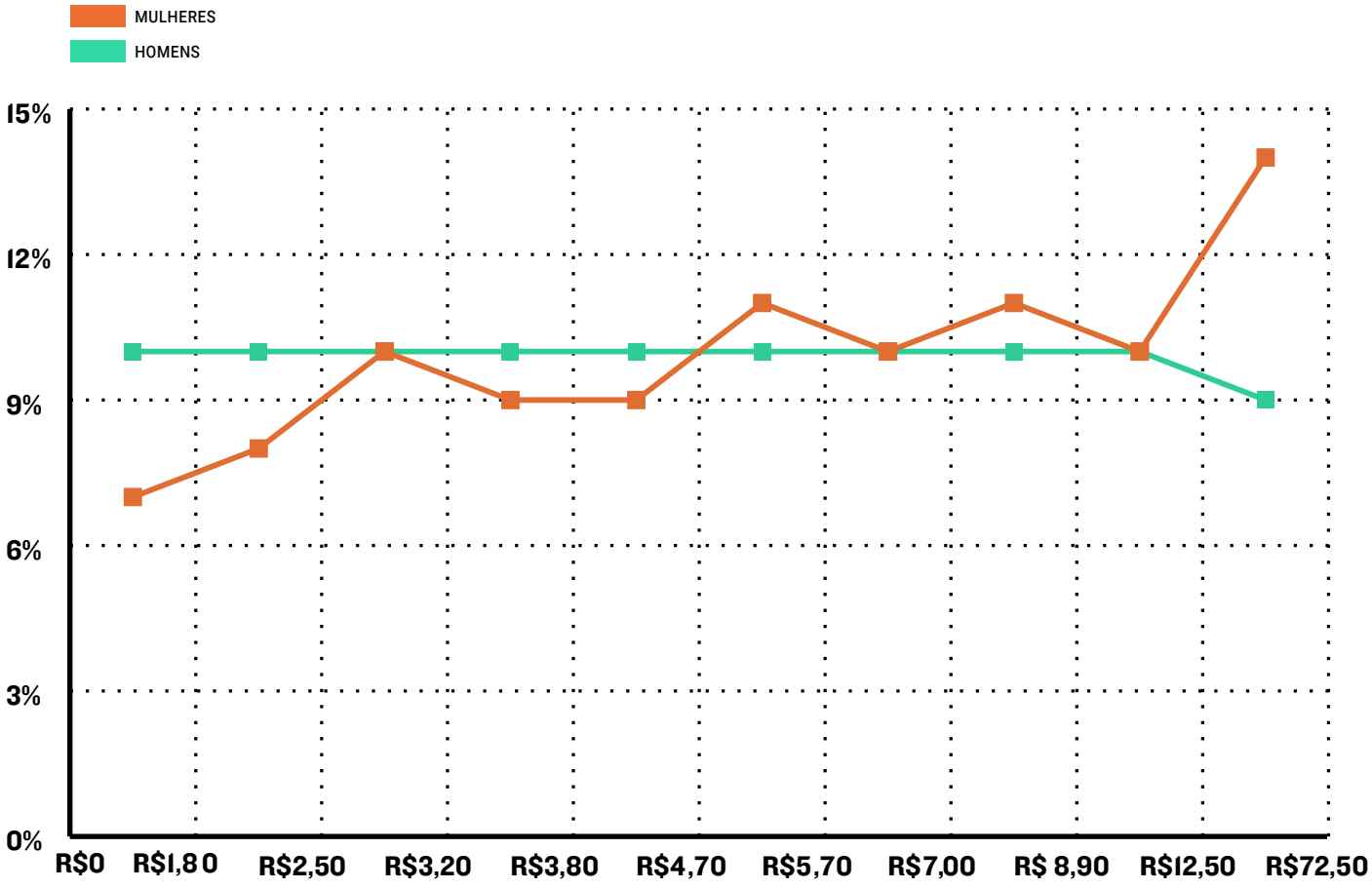
cursos de campanha parece ter menos peso comparativamente. Entretanto, é preciso levar em consideração o fato das Prefeitas estarem concentradas em municípios de menor porte populacional, não se beneficiando de possíveis ganhos de escala nos gastos com campanha eleitoral que os homens eventualmente conseguem obter em municípios maiores, além de diferenças de custos de campanha em diferentes regiões do Brasil.

Essa conclusão é reforçada pela análise dos gastos de campanha *per capita* (GRÁFICO 1.17) onde, novamente, nota-se uma maior proporção de mulheres nos decis mais altos de gasto de campanha *per capita* comparativamente, enquanto que a curva dos homens permanece estável, sem grandes oscilações.

GRÁFICO 1.17

Prefeitas e Prefeitos por gastos de campanha *per capita*

% EM RELAÇÃO AO TOTAL DO PRÓPRIO SEXO POR DECIL DE PREFEITAS E PREFEITOS, EM RELAÇÃO AOS GASTOS DE CAMPANHA PER CAPITA NAS ELEIÇÕES DE 2016



FONTE Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Consulta em julho de 2018

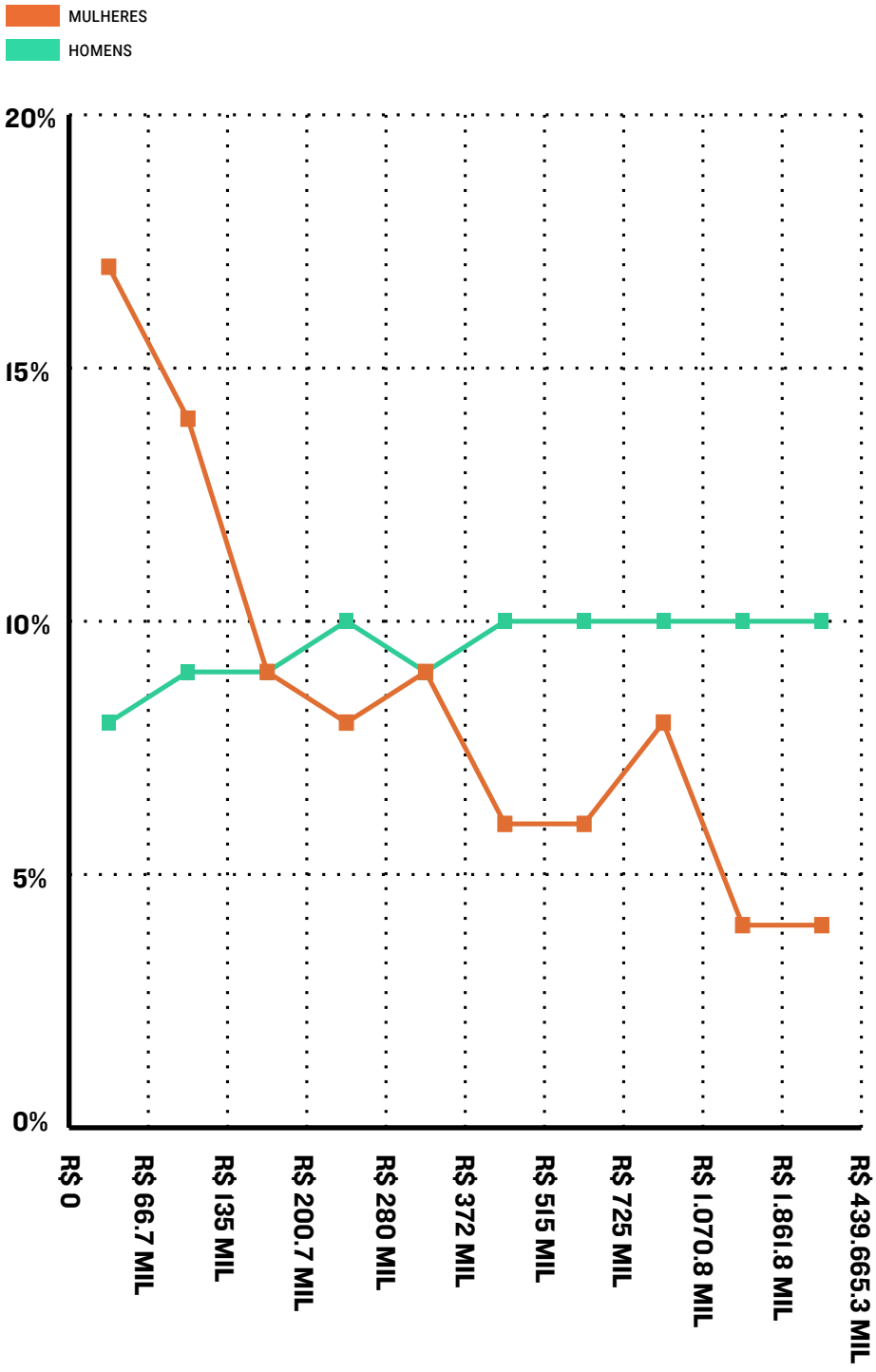
Este efeito, se corroborado por análises mais robustas de causalidade entre as variáveis que levem em conta o porte populacional dos municípios, sugere que a superação da desigualdade de gênero na ocupação de cargos majoritários no poder executivo municipal, sobretudo nos municípios de médio e grande porte, exige um investimento proporcionalmente maior nas candidaturas femininas para se efetivar. É possível que as mulheres precisem se empenhar mais em termos de comunicação e campanha para se mostrarem preparadas, esforço não igualmente necessário entre os homens.

Apesar de maior dependência de recursos para se elegerem, as Prefeitas possuem, em média, patrimônio 55% inferior aos Prefeitos. Enquanto as Prefeitas apresentam patrimônio médio de cerca de R$ 580 mil, os Prefeitos possuem um patrimônio médio de cerca de R$ 1,3 milhão. A relação entre mulheres e patrimônio é inversamente proporcional (GRÁFICO 1.18), com mais mulheres nos decis mais baixos de patrimônio e menos mulheres nos decis mais altos, o que sugere que as mulheres podem ser menos dependentes de patrimônio pessoal próprio para se eleger, ao passo que, para os homens, a distribuição é mais homogênea.

GRÁFICO 1.18

Prefeitas e Prefeitos por patrimônio declarado

% EM RELAÇÃO AO TOTAL DO PRÓPRIO SEXO POR DECIL DE PREFEITAS E PREFEITOS, EM RELAÇÃO AO PATRIMÔNIO DECLARADO NAS ELEIÇÕES DE 2016

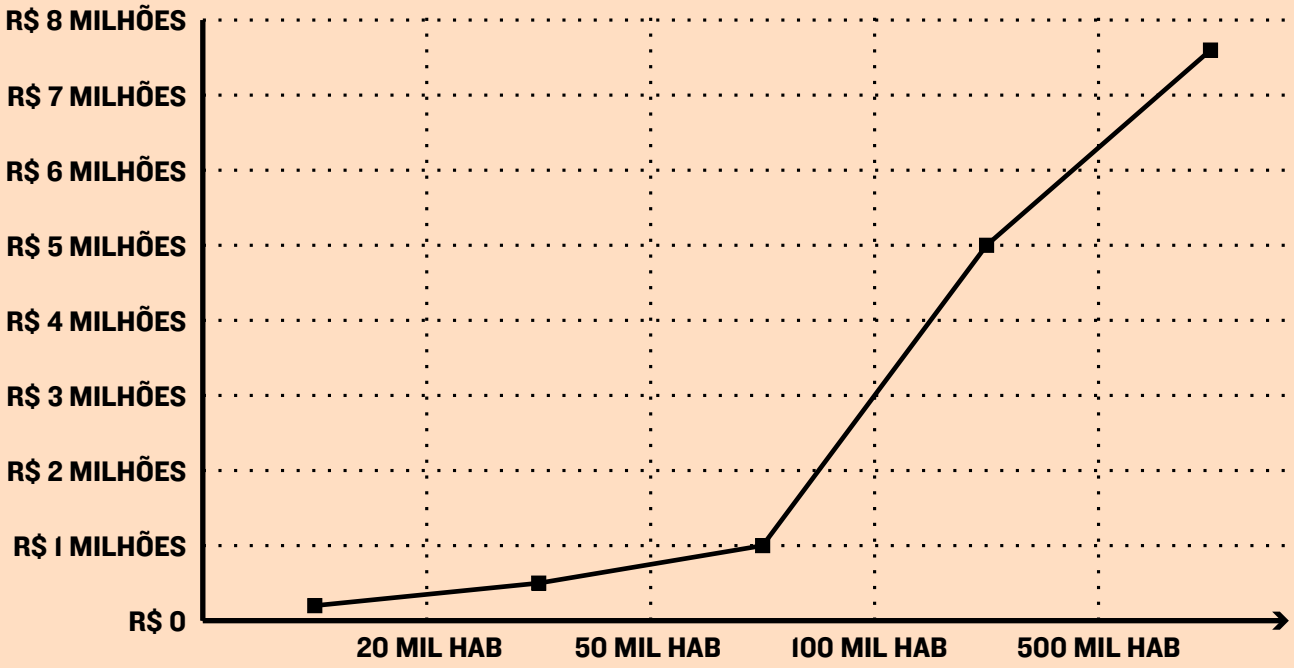


FONTE Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Consulta em julho de 2018

GRÁFICO 1.19

Prefeitas e Prefeitos por patrimônio médio declarado e porte populacional de municípios

MÉDIA DE PATRIMÔNIO DECLARADO PELO CONJUNTO DE PREFEITAS E PREFEITAS, EM MILHÕES DE R$, EM CADA FAIXA DE PORTE POPULACIONAL, EM NÚMERO DE HABITANTES (HAB)



FONTE Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Consulta em julho de 2018.

É importante destacar, entretanto, que isso não significa que o patrimônio teve pouca importância para a eleição de mulheres em 2016. A análise do patrimônio médio declarado pelas Prefeitas e Prefeitos por porte de município, por exemplo, sugere haver uma forte relação entre patrimônio e vitória eleitoral em municípios de maior porte populacional (GRÁFICO 1.19). Assim, é preciso ter cautela com os dados, considerando que outros fatores podem estar em jogo para a eleição de mulheres, como o patrimônio em nome de outros familiares (esposo, mãe e pai, entre outros) e mesmo a concentração maior de Prefeitas em municípios de menor porte populacional.

PREFEITAS

EM COMPARAÇÃO PROPORCIONAL AOS PREFEITOS

MAIOR ESCOLARIDADE

ESTÃO EM MUNICÍPIOS MENORES E MAIS POBRES

PATRIMÔNIO INFERIOR

MUNICÍPIOS GOVERNADOS POR MULHERES ABRANGEM

7%

DA POPULAÇÃO TOTAL DO PAÍS

Em conclusão, a análise comparada dos dados do pleito de 2016 sugere que as mulheres lograram maior êxito eleitoral em municípios de pequeno porte e mais pobres, corroborando com outras pesquisas que buscaram testar algumas hipóteses para este fato.

Outro ponto a ser destacado diz respeito à estrutura de competição, na qual as Prefeitas e Prefeitos estão inseridos. Observou-se uma série de adversidades que tiveram que ser superadas como, por exemplo, a baixa participação de Prefeitas em todos os partidos analisados, sugerindo que o apoio partidário às mulheres candidatas é bastante seletivo; as dificuldades impostas pelo perfil ocupacional, vinculado a profissões tradicionalmente ditas femininas e de menor prestígio financeiro e social; a desvantagem em termos de patrimônio pessoal e por fim, como mais um agravante, a necessidade de alcançarem maior arrecadação de campanha em relação aos homens para conseguirem se eleger, a despeito de possuírem escolaridade bastante superior a dos eleitos. Para as mulheres negras, ainda mais sub-representadas que as mulheres brancas, outras camadas de desafios se sobrepõem.

A partir desse panorama, os capítulos posteriores buscam aprofundar a trajetória dessas mulheres vitoriosas, suas motivações e perspectivas, dificuldades e prioridades.

Trajetória e Capital Político das Prefeitas Brasileiras

CAPÍTULO 2

Ao investigar a trajetória das Prefeitas que estão no comando de 11,7% das cidades brasileiras,

este capítulo busca ampliar a compreensão sobre alguns dos inúmeros elementos presentes na construção do capital político dessas mulheres, contribuindo para a desconstrução de preconceitos, bem como para a formulação de dispositivos capazes de romper com o ciclo de subrepresentação das mulheres na política.

A análise dos dados permite um contorno mais nítido das fontes de capital político das Prefeitas, corroborando importantes pesquisas realizadas no âmbito legislativo estadual e federal[24] e no poder executivo no Brasil[25], mas trazendo também elementos inéditos que permitem novas reflexões.

O capítulo está dividido em duas partes. A primeira é dedicada à análise da construção do capital político ao longo da trajetória própria das mulheres Prefeitas, observando seu percurso até a Prefeitura, disputas e vitórias a cargos eletivos, ocupação de cargos públicos não-eletivos ou de confiança e sua vida associativa. A segunda parte, por sua vez, dedica-se à análise do capital político familiar, fator que influencia a vida política tanto de homens como de mulheres na política brasileira.

24 MIGUEL,L.F.; MARQUES, D.; MACHADO, C.; Capital Familiar e Carreira Política no Brasil: Gênero, Partido e Região nas Trajetórias para a Câmara dos Deputados. Revista DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 58, no 3, 2015, pp. 721 a 747.

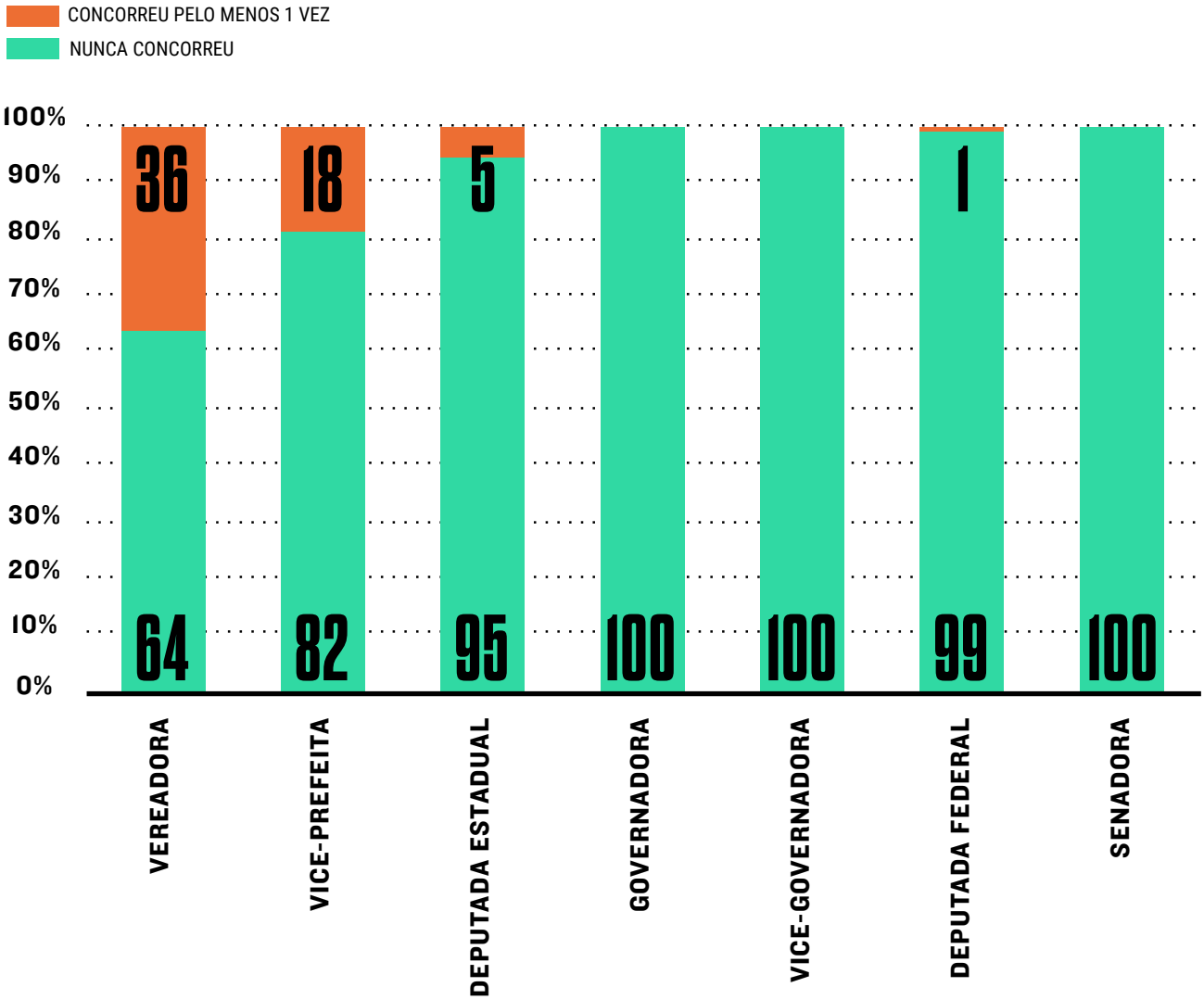
25 PINHO, Andrea Azevedo. Mulheres e carreiras políticas no poder executivo: representação e gênero nas eleições estaduais e municipais brasileiras. 2011. 146 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

Capital político próprio da trajetória das Prefeitas brasileiras

GRÁFICO 2.1

Prefeitas por cargos aos quais já se candidatou

% SOBRE O TOTAL DE PREFEITAS POR CARGO



FONTE Instituto Alziras, 2018.
PERGUNTA 20 A 27 Para quais cargos eletivos a Senhora já concorreu e quantas vezes, independentemente de ter vencido as eleições?
NOTA 3% das Prefeitas foram eleitas como vice-Prefeitas e assumiram a prefeitura por motivos como desincompatibilização ou impedimento legal do Prefeito eleito.

Entendendo como "capital político próprio" aquele que não é transferido de outrem, ou seja, é constituído a partir dos ativos diretamente associados à pessoa, verifica-se que a quantidade de campanhas e mandatos exercidos são de grande relevância à exposição da figura pública, impactando diretamente na sua capacidade de se eleger.

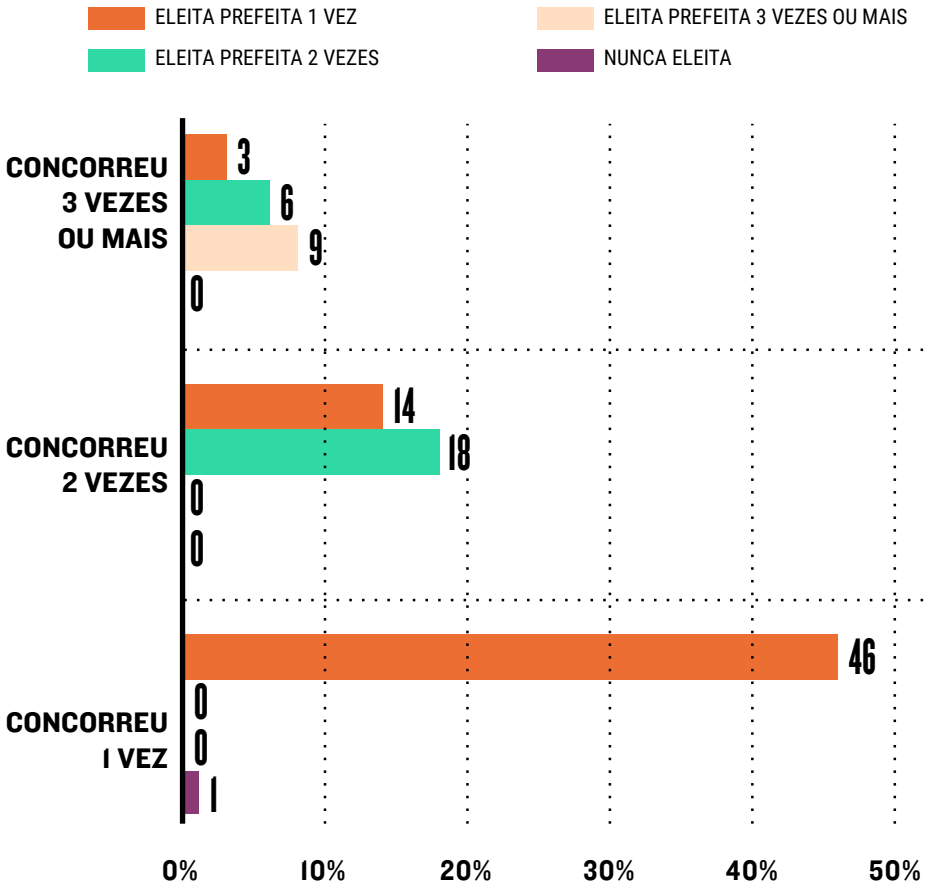
Os primeiros dados sobre o tema demonstram que as disputas e vitórias aos cargos eletivos no nível municipal predominam na trajetória dessas mulheres. Para além do cargo de Prefeita, 36% delas já concorreram ao menos uma vez ao cargo de Vereadora e 18% ao cargo de Vice-Prefeita. Uma parcela baixa pleiteou ao menos uma vez o cargo de Deputada Estadual (5%) ou de Deputada Federal (1%) (GRÁFICO 2.1).

Histórico de disputas ao cargo de Prefeita

GRÁFICO 2.2

Disputas e vitórias nos pleitos à Prefeitura Municipal

% SOBRE O TOTAL DE PREFEITAS



FONTE Instituto Alziras, 2018.
FERGUNTA 20 A 27 Para quais cargos eletivos a Senhora já concorreu e quantas vezes, independentemente de ter vencido as eleições?
NOTA Dentre as Prefeitas que nunca foram eleitas, figuram as vice-Prefeitas que assumiram a prefeitura por motivos como desincompatibilização ou impedimento legal do Prefeito eleito.

46%
CONCORRERAM PELA PRIMEIRA VEZ

Com relação à quantidade de disputas ao cargo de chefe do poder executivo municipal, cerca de metade (46%) das Prefeitas eleitas em 2016 concorreram ao cargo pela primeira vez, enquanto um terço (32%) concorreu pela segunda vez e pouco menos de um quinto (18%) pela terceira vez ou mais.

Dentre as Prefeitas que concorreram pela segunda vez, 18% venceram dois pleitos (a atual e um outro) e 14% apenas a segunda disputa eleitoral (a atual). Por fim, 18% das Prefeitas concorreram três vezes ou mais ao cargo de chefe do executivo municipal, sendo que 3% venceram apenas um dos pleitos, 6% venceram dois pleitos e 9% venceram três ou mais pleitos (GRÁFICO 2.2).

Nota-se, portanto, que ao menos[27] 64% das Prefeitas do Brasil nunca sofreram uma derrota em suas campanhas ao executivo municipal. Apesar desta análise não permitir uma comparação com os dados equivalentes para os Prefeitos homens, chama a atenção também o fato de que a entrada no campo político de 64% das Prefeitas não tenha sido favorecida por um mandato anterior no executivo municipal. Como se sabe, o exercício de um mandato favorece a permanência do agente no campo, dando mais chances de eleição tanto pela visibilidade que o cargo lhe confere quanto pela maior articulação com potenciais financiadores de campanha públicos ou privados[28].

27 Não há informação sobre as vitórias e derrotas daquelas Prefeitas que assinalaram que concorreram a três vezes ou mais e foram eleitas três vezes ou mais para chegar a um percentual mais preciso acerca das Prefeitas que já foram derrotadas em eleições ao executivo municipal.

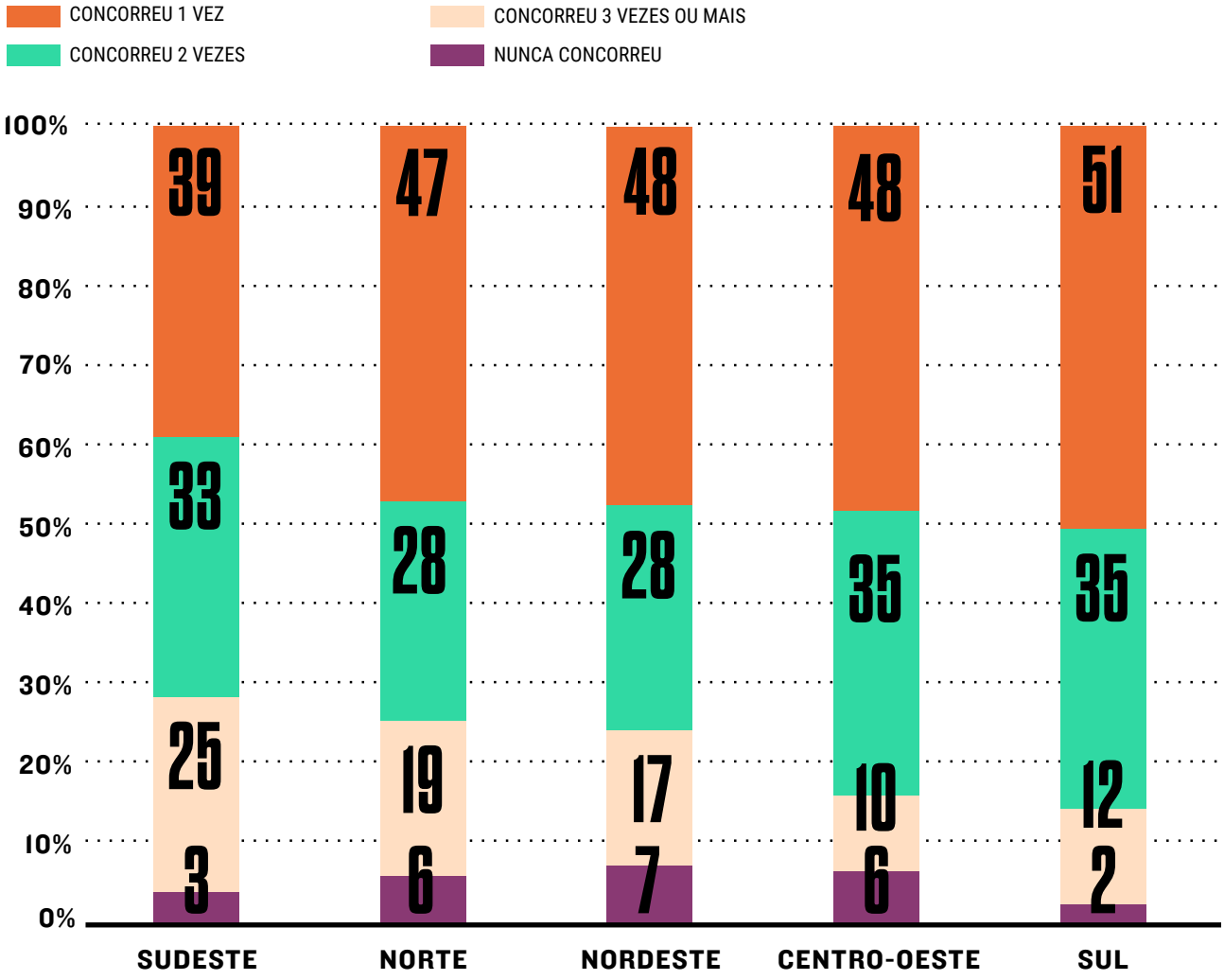
28 PINTO, Céli Regina Jardim; MORITZ, Maria Lucia and SCHULZ, Rosangela M. O desempenho das mulheres nas eleições legislativas de 2010 no Rio Grande do Sul. Rev. Bras. Ciênc. Polít. [online]. 2013, n.10, pp.195-223. ISSN 0103-3352. http://dx.doi.org/10.1590/S0103-33522013000100006.

Em relação ao número de pleitos, é possível observar que 58% das Prefeitas do Sudeste possuem duas ou mais disputas ao cargo, o que pode sugerir uma trajetória mais antiga. Nas demais regiões, o percentual de Prefeitas com duas ou mais disputas é igual ou inferior ao percentual das Prefeitas com apenas uma disputa em sua trajetória (GRÁFICO 2.3).

GRÁFICO 2.3

Prefeitas por região e disputas para o cargo de Prefeita

% SOBRE O TOTAL DE PREFEITAS POR REGIÃO

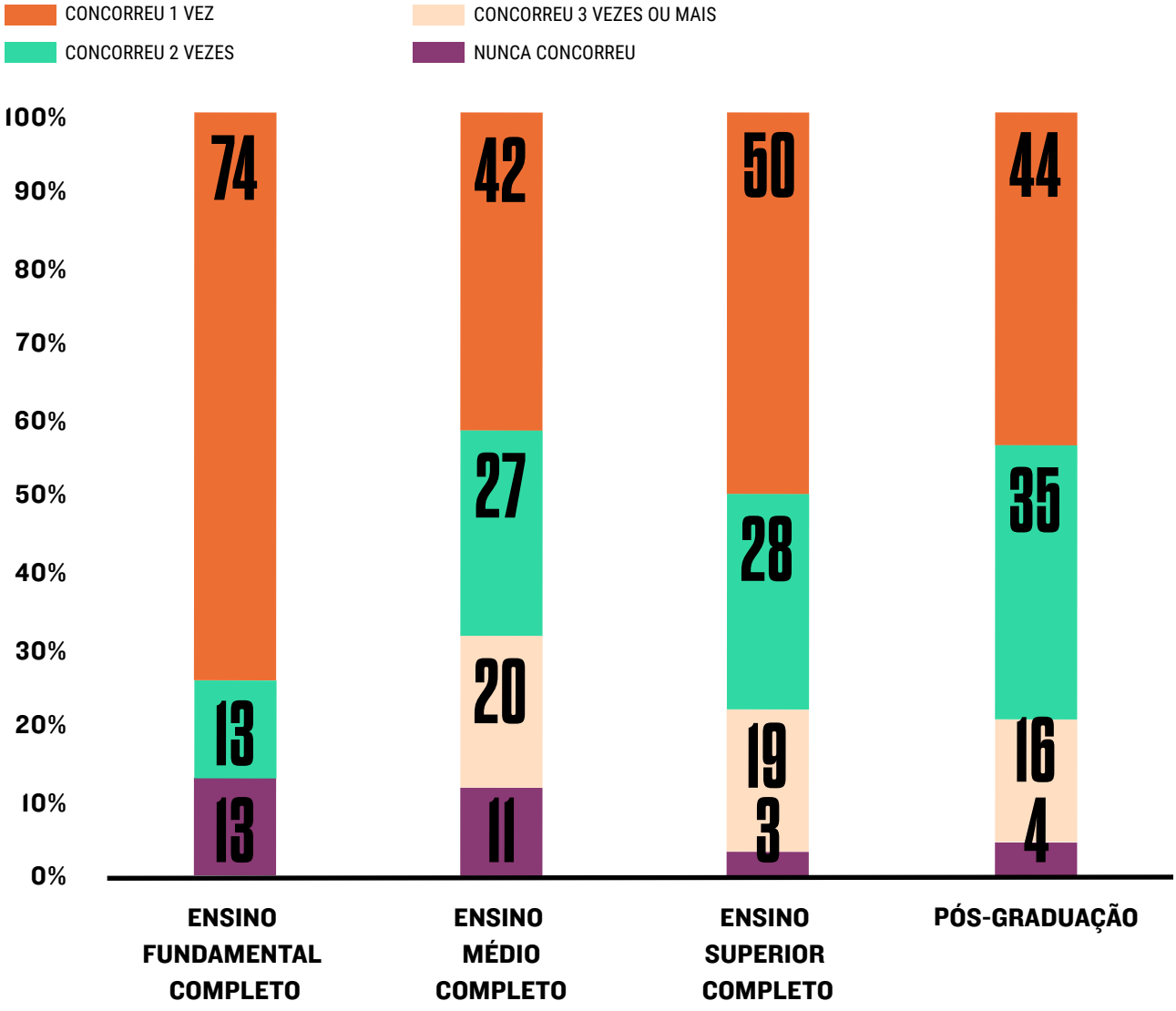


FONTE Instituto Alziras, 2018.
PERGUNTA 21 Para quais cargos eletivos a Senhora já concorreu e quantas vezes, independentemente de ter vencido as eleições? (Prefeita)
NOTA Dentre as Prefeitas que nunca concorreram ao cargo, figuram as vice-Prefeitas que assumiram a prefeitura por motivos como desincompatibilização ou impedimento legal do Prefeito eleito.

GRÁFICO 2.4

Prefeitas por escolaridade e por disputas para o cargo de Prefeita

% SOBRE O TOTAL DE PREFEITAS POR ESCOLARIDADE



FONTE Instituto Alziras, 2018.
PERGUNTA 7 Qual é o nível de escolaridade mais alto que a Senhora completou?
PERGUNTA 21 Para quais cargos eletivos a Senhora já concorreu e quantas vezes, independentemente de ter vencido as eleições? (Prefeita)
NOTA Dentre as Prefeitas que nunca concorreram ao cargo, figuram as vice-Prefeitas que assumiram a prefeitura por motivos como desincompatibilização ou impedimento legal do Prefeito eleito.

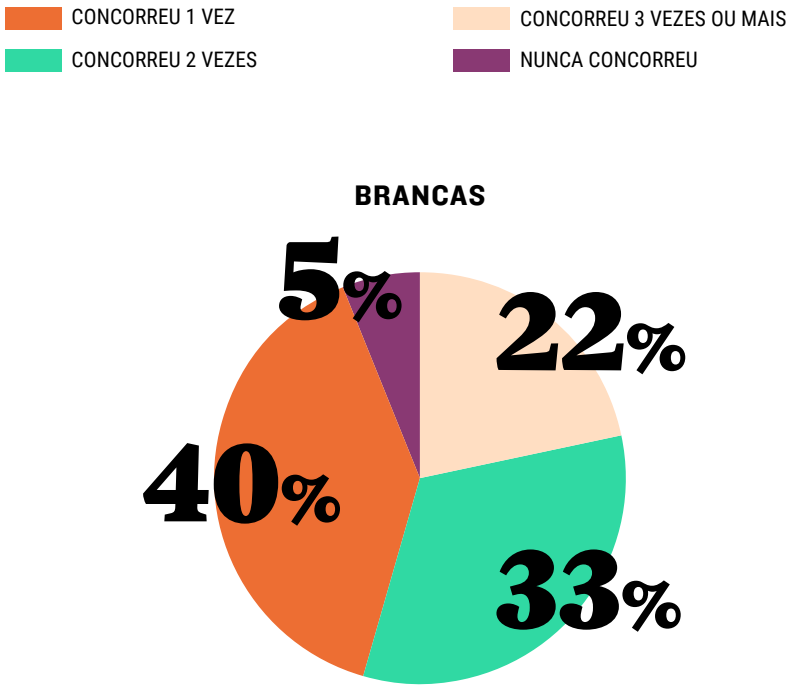
Ao analisar as Prefeitas em relação à sua escolaridade, observa-se que a quantidade de pleitos não sofre alteração significativa em função do nível de escolaridade (GRÁFICO 2.4). Contudo, chama a atenção a concentração de Prefeitas que nunca concorreram ao cargo entre aquelas que possuem ensino fundamental completo (13%) e aquelas que possuem ensino médio completo (11%)[29].

29 Este grupo de Prefeitas que declarou nunca ter concorrido enquadra-se na condição de mulheres eleitas como vice-Prefeitas mas que, no período da realização desta pesquisa, cumpriam mandato como Prefeita devido a desincompatibilização ou impedimento da (o) Prefeita(o) eleita (o).

GRÁFICO 2.5

Prefeitas por grupo racial e disputas para o cargo de Prefeita

% SOBRE O TOTAL DE PREFEITAS POR GRUPO RACIAL



No tocante ao perfil racial, observa-se que as Prefeitas pretas e pardas possuem uma trajetória mais recente nas disputas ao executivo municipal, já que 39% delas concorreram duas vezes ou mais ao cargo enquanto mais da metade (55%) das Prefeitas brancas concorreram duas vezes ou mais ao cargo (GRÁFICO 2.5).

FONTE Fonte: Instituto Alziras, 2018.
PERGUNTA 6 Qual a sua cor/raça?
PERGUNTA 21 Para quais cargos eletivos a Senhora já concorreu e quantas vezes, independentemente de ter vencido as eleições? (Prefeita)
NOTA Somadas, as Prefeitas que se autodeclararam indígenas e amarelas totalizaram apenas 14 mulheres. Essa amostra pequena impossibilitou que fossem realizadas extrapolações estatísticas para o universo de Prefeitas, o que inviabilizou a análise dos dados para esses grupos populacionais no âmbito desta pesquisa.

Histórico de disputas ao cargo de Vereadora

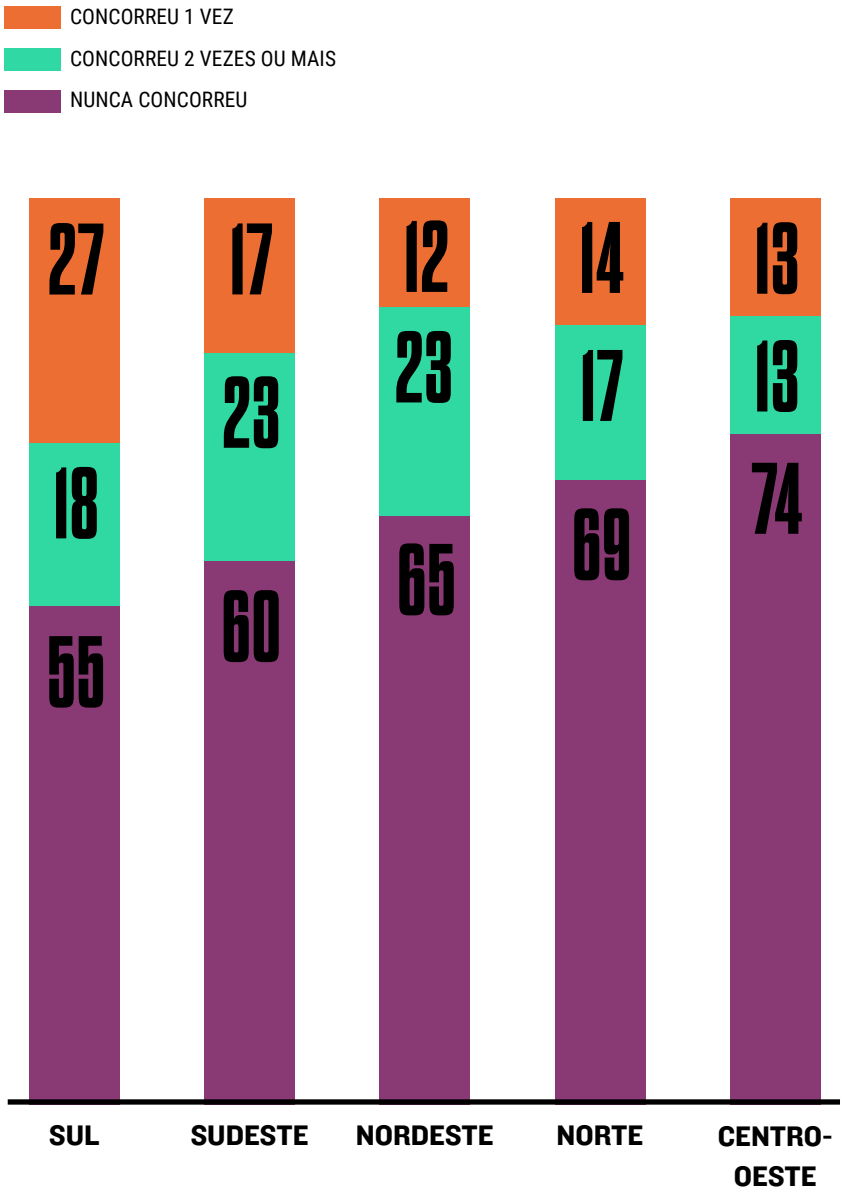
A disputa à vereança, por sua vez, compõe a trajetória de mais de um terço (36%) das Prefeitas eleitas dentre as quais 30% já ocuparam uma cadeira no legislativo municipal, sendo 16% por um mandato e 13% por dois ou mais mandatos (GRÁFICO 2.6).

As Prefeitas da região Sul são as que proporcionalmente mais concorreram ao cargo, perto da metade (45%) já concorreu ao cargo de Vereadora. Em seguida, as Prefeitas do Sudeste (40%), Nordeste (35%) e Norte (31%) e Centro-Oeste (26%).

GRÁFICO 2.6

Prefeitas por região e por disputas ao cargo de Vereadora

% SOBRE O TOTAL DE PREFEITAS EM CADA REGIÃO



36%

DAS PREFEITAS JÁ CONCORRERAM AO CARGO DE VEREADORA

30%

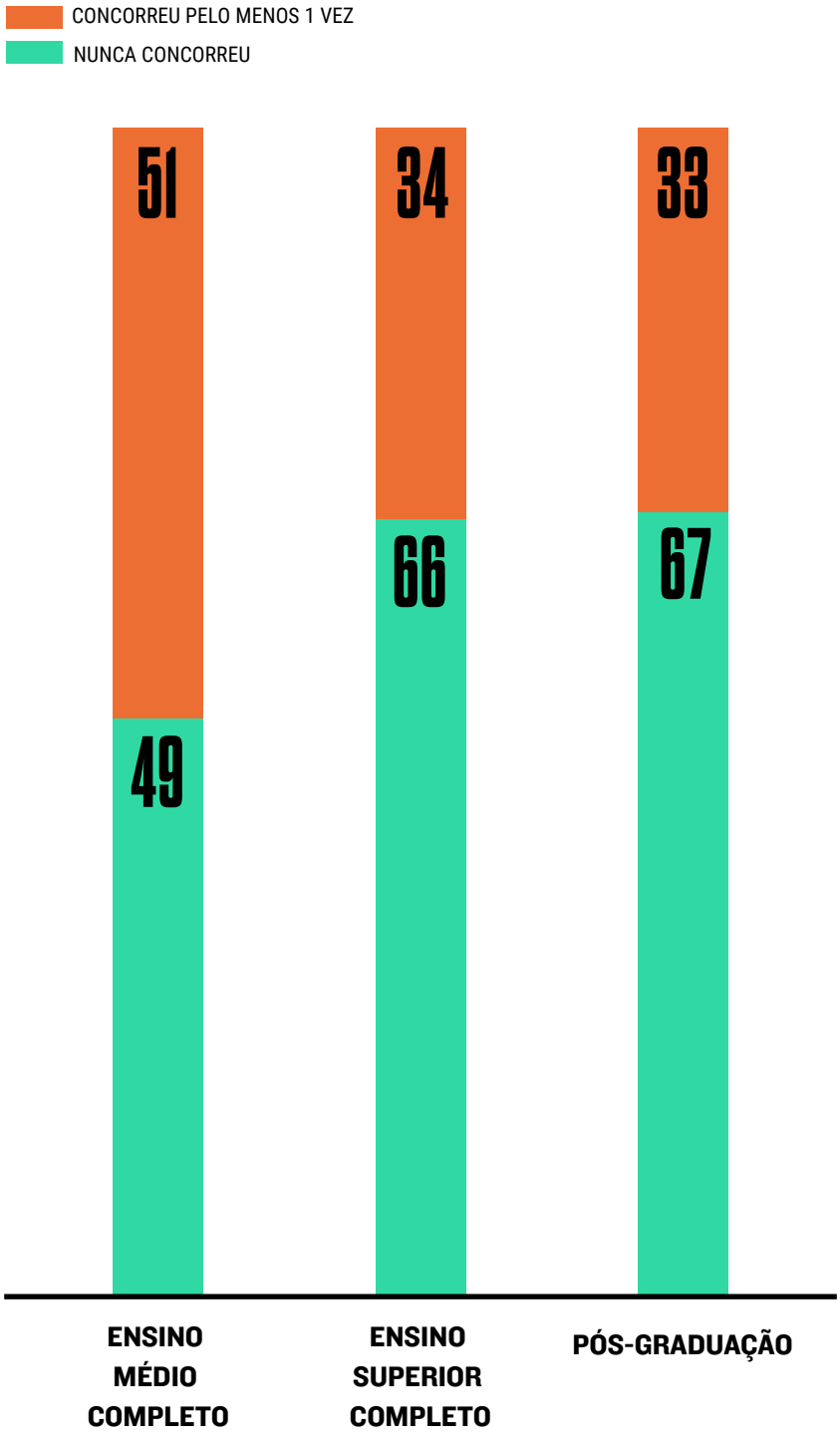
DAS PREFEITAS JÁ OCUPARAM UMA CADEIRA NO LEGISLATIVO MUNICIPAL

FONTE Instituto Alziras, 2018
PERGUNTA 7 Qual é o nível de escolaridade mais alto que a Senhora completou?
PERGUNTA 22 Para quais cargos eletivos a Senhora já concorreu e quantas vezes, independentemente de ter vencido as eleições? (Vereadora).

GRÁFICO 2.7

Prefeitas por escolaridade e por disputas ao cargo de Vereadora

% SOBRE O TOTAL DE PREFEITAS POR ESCOLARIDADE



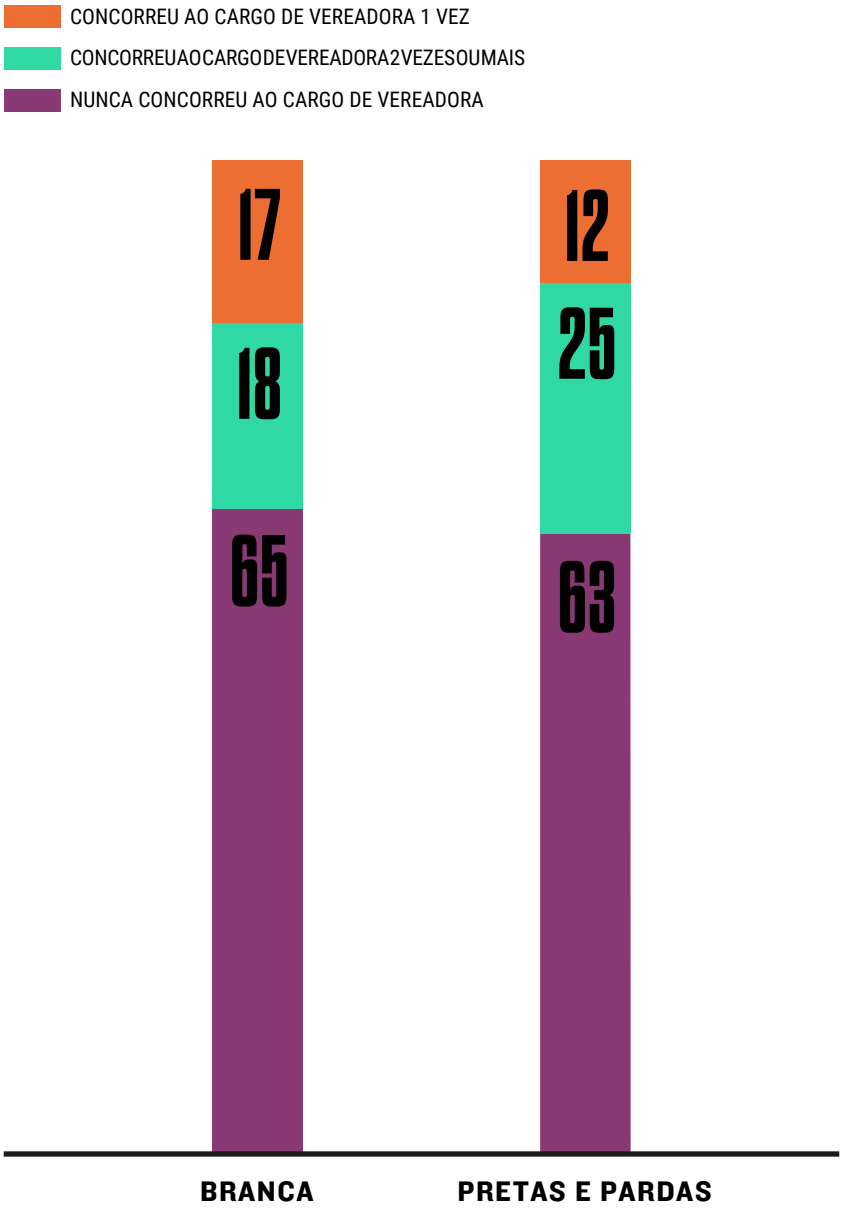
Quanto ao perfil por escolaridade, verifica-se que 51% das Prefeitas com ensino médio concorreram ao menos uma vez ao cargo de vereadora. Já entre as Prefeitas com ensino superior completo, 34% concorreram e 33% das Prefeitas com pós-graduação concorreram ao cargo de vereadora (GRÁFICO 2.7).

FONTE Instituto Alziras, 2018.
PERGUNTA 7 Qual é o nível de escolaridade mais alto que a Senhora completou?
PERGUNTA 20 Para quais cargos eletivos a Senhora já concorreu e quantas vezes, independentemente de ter vencido as eleições? (Vereadora).
NOTA Visando garantir a validade estatística das extrapolações amostrais, retiramos as Prefeitas que possuem apenas o ensino fundamental por se tratar de um grupo bastante restrito.

GRÁFICO 2.8

Proporção de disputas para o cargo de Vereadora por grupo racial

% SOBRE O TOTAL DE PREFEITAS POR COR/RAÇA



FONTE Instituto Alziras, 2018.
PERGUNTA 6 Qual a sua cor/raça?
PERGUNTA 20 Para quais cargos eletivos a Senhora já concorreu e quantas vezes, independentemente de ter vencido as eleições? (Vereadora)
NOTA Somadas, as Prefeitas que se autodeclararam indígenas e amarelas totalizaram apenas 14 mulheres. Essa amostra pequena impossibilitou que fossem realizadas extrapolações estatísticas para o universo de Prefeitas, o que inviabilizou a análise dos dados para esses grupos populacionais no âmbito desta pesquisa.

A trajetória de disputas ao cargo de vereadora entre os grupos raciais demonstra um percentual maior de Prefeitas pretas e pardas que concorreram duas vezes ou mais ao cargo de vereadora (25%) em relação ao percentual de brancas (18%).

Este dado contrasta com a trajetória das Prefeitas pretas e pardas na disputa ao cargo de Prefeita: conforme visto no GRÁFICO 2.5, esse grupo possui percentual menor de pleitos à Prefeitura do que os demais grupos raciais. Uma hipótese a ser explorada é a de que, por ter passado por mais pleitos à vereança até concorrer para a Prefeitura, as mulheres pretas e pardas contam com um acúmulo de capital político próprio que cumpre um papel importante para sua eleição a outros cargos eletivos.

37%

DAS PREFEITAS PRETAS E PARDAS JÁ CONCORRERAM AO CARGO DE

VEREADORA

Perfil das Prefeitas que ocuparam cargos públicos não eletivos ou de confiança

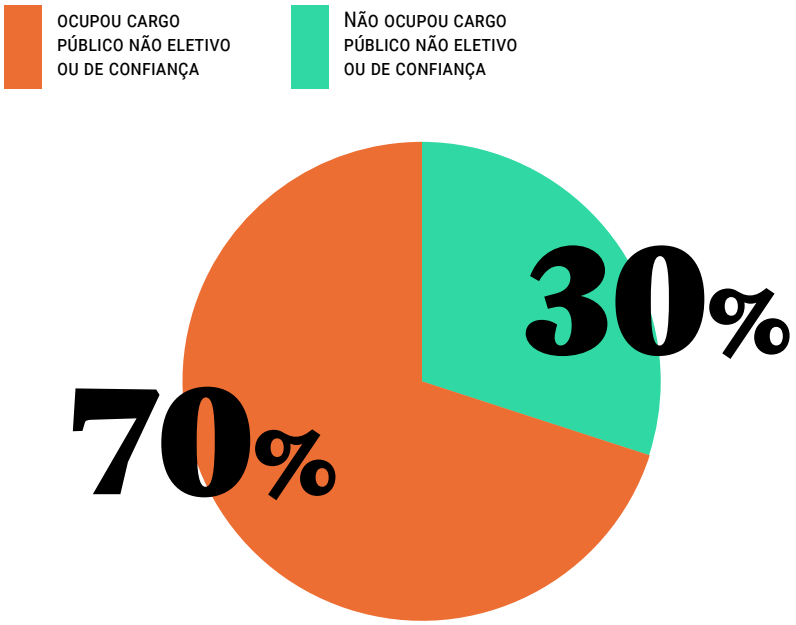
Conforme sugerido em outras pesquisas[30], as causas do êxito relativo das mulheres em disputas municipais exigem a observação das fontes de capital político das vereadoras e Prefeitas eleitas. Diante disso, a pesquisa buscou analisar a ocupação de cargos públicos não eletivos ou de confiança na trajetória das Prefeitas eleitas em 2016, entendendo que isso poderia representar uma fonte importante de acúmulo de capital político[31].

A ocupação de um cargo público não-eletivo ou de confiança se confirma como um elemento de grande relevância na trajetória das Prefeitas do Brasil, já que 70% delas acumulam essa experiência ao longo de sua vida (GRÁFICO 2.9), sendo que 26% delas foram explícitas ao indicar que já foram Secretárias Municipais de alguma pasta.

GRÁFICO 2.9

Percentual de Prefeitas que ocupou cargo público não eletivo ou de confiança

% SOBRE O TOTAL DE PREFEITAS



FONTE Instituto Alziras, 2018.
PERGUNTA 36 A Senhora já ocupou cargos públicos não eletivos, como cargos em Secretarias ou cargos de confiança?

NORDESTE E NORTE

APRESENTAM MAIOR PROPORÇÃO DE PREFEITAS QUE OCUPARAM CARGOS PÚBLICOS NÃO ELETIVOS OU DE CONFIANÇA

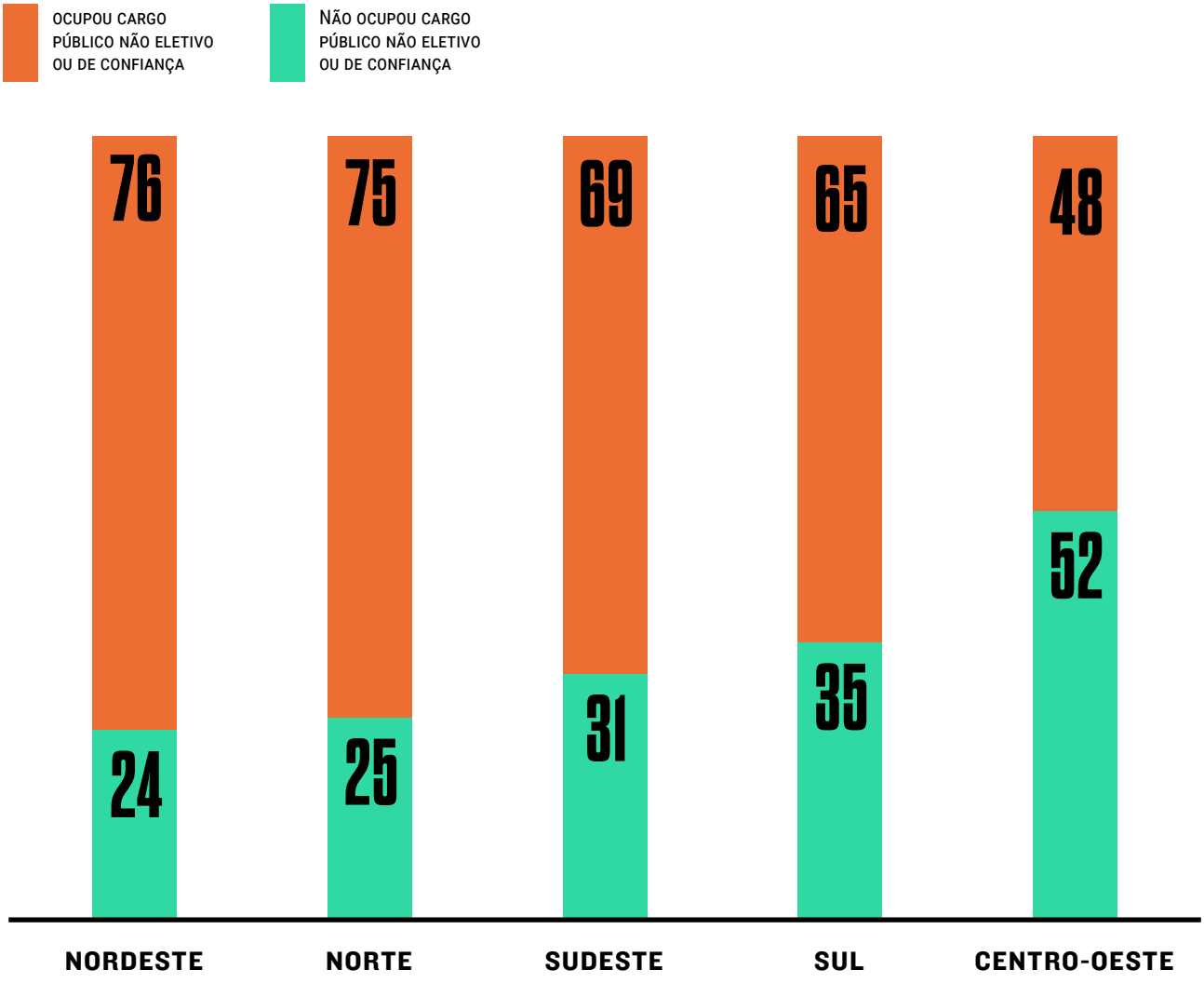
30 MIGUEL, Luis Felipe; QUEIROZ, Cristina Monteiro de. Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 363-385, maio/set. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v14n2/a03v14n2.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2018. doi: 10.1590/S0104-026X2006000200003.

31 NOVELINO, Maria Salet Ferreira; TOLEDO, María Luiza Guerra de. As mulheres no campo político: uma análise das candidaturas femininas às prefeituras brasileiras (2000-2016). Revista Inclusão Social, Inc. Soc., Brasília, DF, v.11 n.2, p.67-79, jan./jun. 2018

GRÁFICO 2.10

Prefeitas por região e por situação de ocupação de cargos públicos não eletivos ou de confiança

% SOBRE TOTAL DE PREFEITAS POR REGIÃO



FONTE Instituto Alziras, 2018.
PERGUNTA 36 A Senhora já ocupou cargos públicos não eletivos, como cargos em Secretarias ou cargos de confiança?

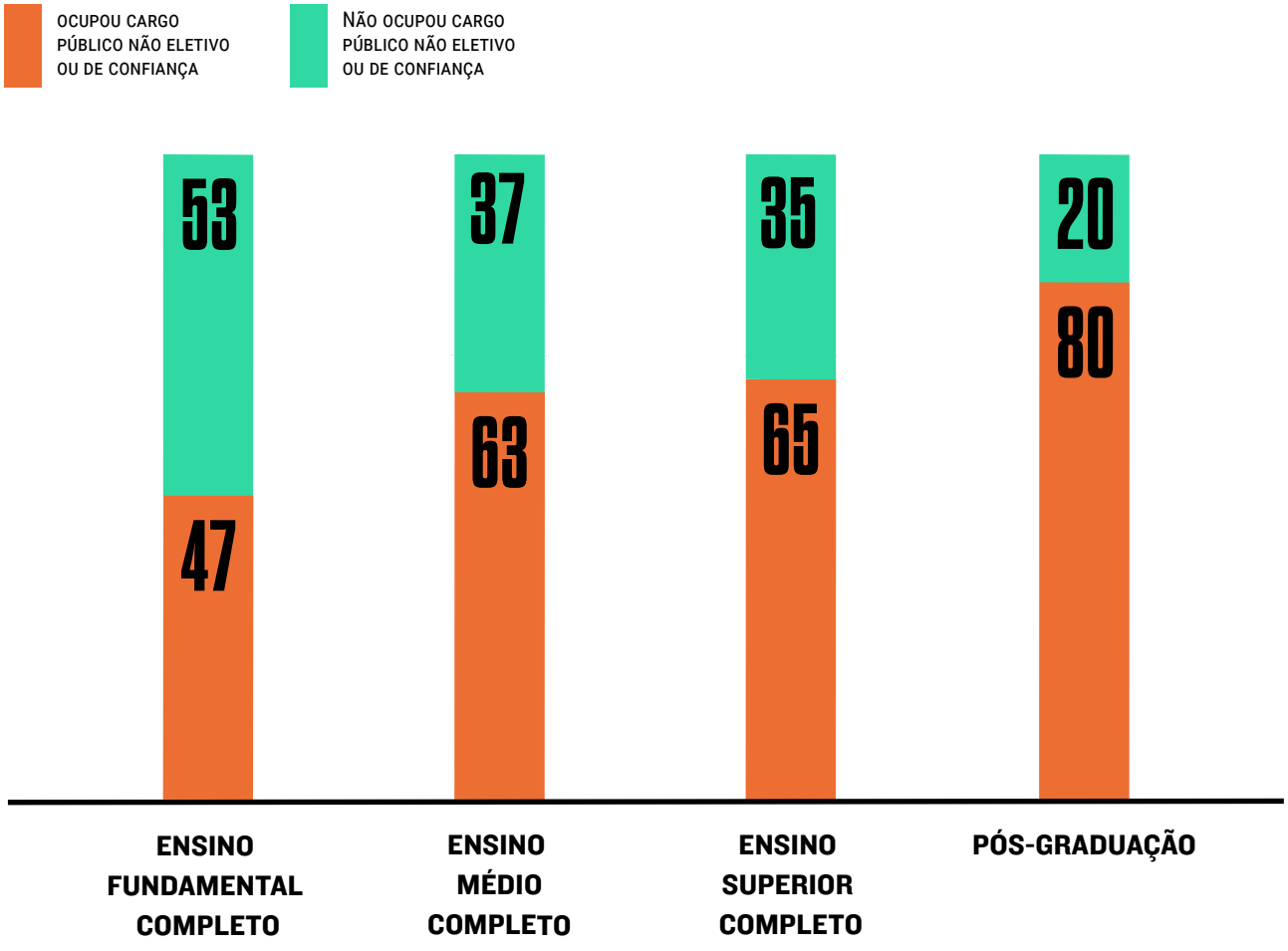
A distribuição regional das Prefeitas também revela diferenças em relação à experiência de ter ocupado cargos públicos não eletivos ou de confiança (GRÁFICO 2.10). É possível constatar que as regiões Nordeste (76%) e Norte (75%) apresentam maior proporção de Prefeitas que ocuparam cargos não eletivos ou de confiança, em comparação com o Centro-Oeste (48%).

O nível de escolaridade, por sua vez, parece influenciar a ocupação de cargos públicos não eletivos ou de confiança por parte das Prefeitas (GRÁFICO 2.11). Entre as Prefeitas com pós-graduação, 80% já ocuparam cargos não eletivos ou de confiança e o percentual de ocupação diminui conforme cai o nível de escolaridade das Prefeitas, passando para 65% entre as que têm ensino superior completo, 63% das Prefeitas com ensino médio e o menor percentual de ocupação de cargos de confiança está entre as que possuem ensino fundamental completo, com 47%.

GRÁFICO 2.11

Prefeitas por nível de escolaridade e por ocupação de cargos públicos não eletivos ou de confiança

% SOBRE O TOTAL DE PREFEITAS EM CADA NÍVEL DE ESCOLARIDADE



FONTE Instituto Alziras, 2018.
PERGUNTA 7 Qual é o nível de escolaridade mais alto que a Senhora completou?
PERGUNTA 36 A Senhora já ocupou cargos públicos não eletivos, como cargos em Secretarias ou cargos de confiança?

Com relação às áreas temáticas dos cargos de confiança ocupados pelas Prefeitas, dentre as 26 áreas mencionadas, destacam-se a assistência social (27%), a educação (20%) e a saúde (18%). A quarta posição na escala, em proporção bem menor, foi a assessoria parlamentar em diferentes esferas de governo (5%), seguida de finanças (3%), assessoria jurídica (2%) e assuntos administrativos (2%). As outras 19 áreas temáticas foram somadas por serem menores ou iguais a 1%.

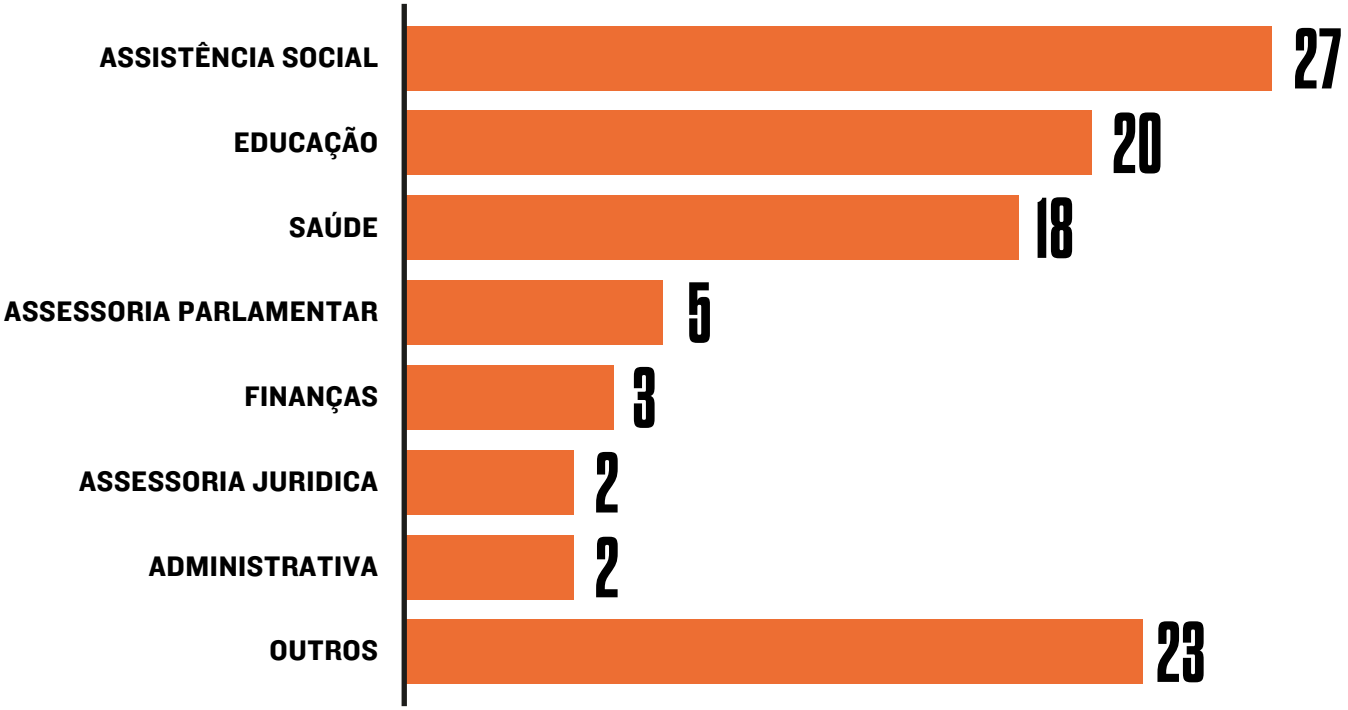
23%

DAS PREFEITAS PARTICIPARAM EM PASTAS COMO PLANEJAMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TECNOLOGIA, AGRICULTURA, COMUNICAÇÃO E CULTURA, CRIANÇA E JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER, PROGRAMAS URBANOS, RECURSOS HUMANOS E TURISMO.

GRÁFICO 2.12

Prefeitas por área ou pasta do cargo não eletivo de confiança ocupado

% SOBRE O TOTAL DE PREFEITAS QUE OCUPARAM CARGOS DE CONFIANÇA OU NÃO ELETIVOS



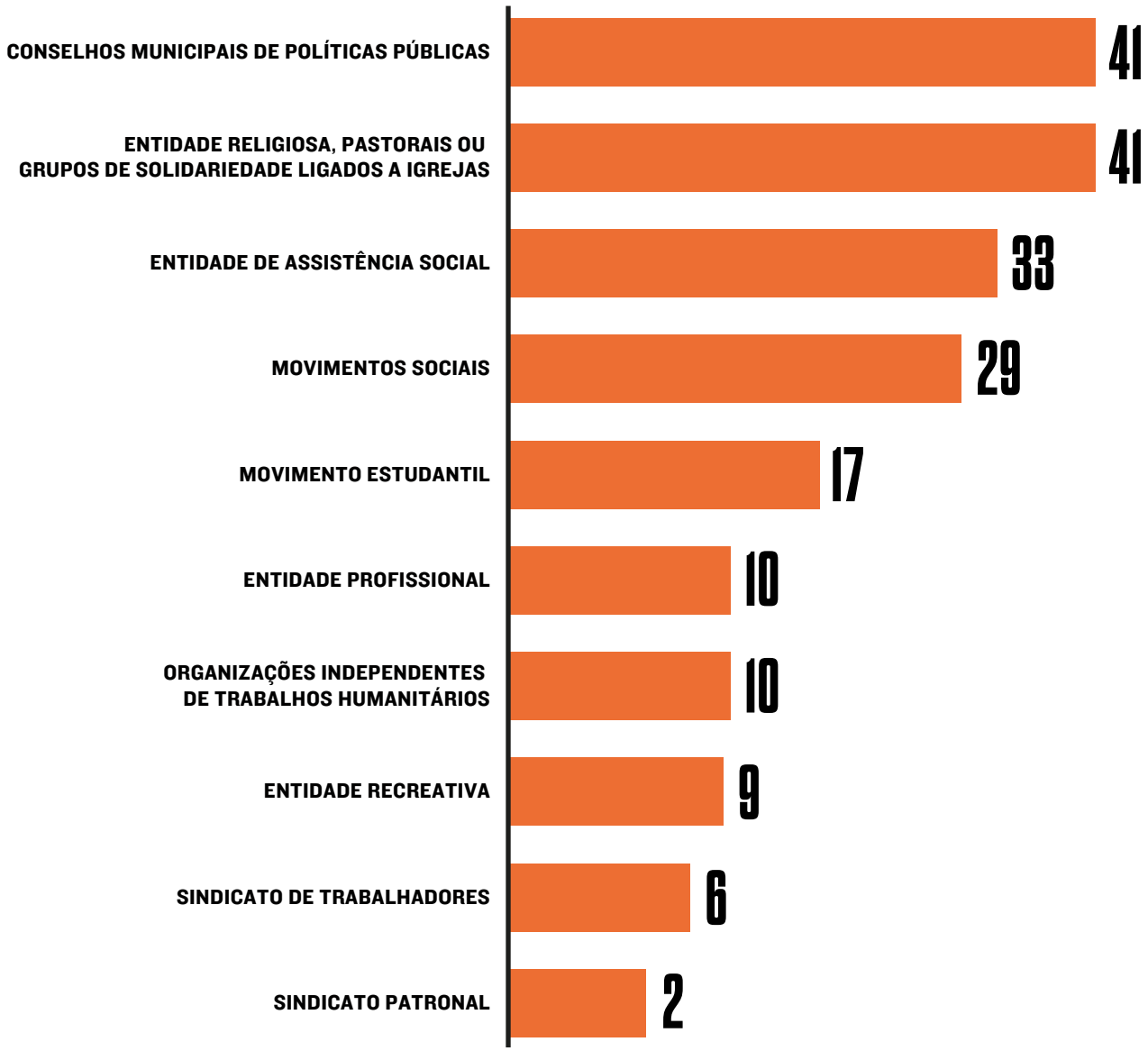
FONTE Instituto Alziras, 2018.
PERGUNTA 37: Em caso afirmativo, cite quais cargos exerceu?
NOTA 1 O percentual foi calculado em relação ao total de Prefeitas que afirmaram ocupar cargos não eletivos ou de confiança.
NOTA 2 Por se tratar de uma pergunta aberta, as respostas das Prefeitas sobre os cargos não eletivos ou de confiança que ocuparam foram tratadas a partir de dois critérios: (i) nível dos cargos e (ii) áreas ou pastas aos quais os cargos pertencem na administração pública.
NOTA 3 A classificação das áreas temáticas considerou tanto as pastas do executivo (Saúde, Educação, Assistência social, Finanças, Esporte e Lazer, Comunicação e cultura, Administração) quanto do legislativo (assessoria jurídica, parlamentar).
NOTA 4 'Outras áreas' corresponde à somatória dos percentuais de até 1,9% nas áreas de Planejamento, Indústria, Comércio e Tecnologia, Agricultura, Comunicação e cultura, Criança e juventude, Esporte e lazer, Programas urbanos, Recursos humanosTurismo.

Vida associativa

GRÁFICO 2.13

Prefeitas por tipo de participação em organizações políticas

% SOBRE TOTAL DE PREFEITAS



FONTE Instituto Alziras, 2018. **PERGUNTA 19** Assinale até três organizações das quais já participou ao longo de sua trajetória e que considera que mais influenciaram sua carreira política.
NOTA 1 Permite múltiplas respostas.

Buscando aprofundar a compreensão a respeito da trajetória política das Prefeitas, este estudo perguntou-lhes sobre outras organizações que fizeram parte de seu percurso, entendendo este fator como mais uma fonte potencial de capital político dessas mulheres.

Os conselhos municipais de políticas públicas (41%) e as entidades religiosas, pastorais ou grupos de solidariedade ligados à Igreja (41%) estão entre os dois tipos de organizações mais mencionados pelas Prefeitas. Em seguida, 33% das Prefeitas indicaram ter participado de entidades de assistência social, 29% em movimentos sociais e 17% em movimento estudantil. As entidades profissionais (10%), organizações independentes de trabalhos humanitários (10%), entidades recreativas (9%) e os sindicatos dos trabalhadores (6%) estiveram entre as organizações menos mencionadas (GRÁFICO 2.13).

Mulheres que inspiram

53%

DAS PREFEITAS CITARAM COMO FIGURAS DE INSPIRAÇÃO MULHERES QUE ESTIVERAM OU ESTÃO NA CARREIRA POLÍTICA

40%

DAS PREFEITAS CITARAM MULHERES QUE ESTÃO OU ESTIVERAM NA POLÍTICA NACIONAL

13%

DAS PREFEITAS CITARAM MULHERES QUE ESTÃO NA POLÍTICA INTERNACIONAL OU FIGURAS POLÍTICAS HISTÓRICAS

Os resultados da pesquisa sobre as mulheres que inspiram as Prefeitas brasileiras reforçam a hipótese de que a presença de mais mulheres na política tem papel fundamental não só no fortalecimento da democracia - ao reduzir a baixa representatividade política feminina existente no Brasil - como também na formulação de novos imaginários junto a meninas e mulheres, produzindo novas subjetividades e novas formas de fazer política.

Entre as que mencionaram figuras políticas, 40% citaram mulheres da política nacional que estão no exercício de mandatos (Deputadas Estaduais e Federais, Senadoras, Governadoras e Vice-governadoras) ou estiveram (ex-Deputadas, Ex-Presidente), além de Prefeitas, Vereadoras ou Secretárias de Governo. Outro um sexto das Prefeitas (13%) citou mulheres que estão na política internacional (Angela Merkel, Hillary Clinton, Michelle Bachelet) e mulheres que já podem ser consideradas figuras históricas da política tais como Alzira Soriano, Anita Garibaldi, Evita Peron e Margaret Tatcher.

O segundo tipo de personalidade mais citado pelas Prefeitas, com 20% de menções, são mulheres que foram excepcionais em seu campo de atuação e que, por isso, tornaram-se referência no Brasil e no mundo. Entre elas, é possível observar dois grupos, um primeiro de mulheres mais voltadas às causas sociais e com algum vínculo com a Igreja (Irmã Dulce, Madre Teresa de Calcutá) e outro grupo mais voltado às ciências médicas ou sociais (Zilda Arns, Nise da Silveira). Dentre essas, notase a presença de mulheres que gozam de prestígio e reconhecimento em suas respectivas carreiras e que se tornaram mais conhecidas após assumirem a condição de primeiras-damas, mas ultrapassaram as fronteiras do título com suas atuações políticas, como por exemplo Ruth Cardoso, Michelle Obama e Winnie Mandela[32].

Conforme observado no GRÁFICO 2.14 , a categoria seguinte com mais menções é a de "celebridades", com 5% de citações seguida de "Escritoras" com 5% de citações sendo que quase a totalidade delas referiu-se, neste caso, à escritora Cora Coralina.

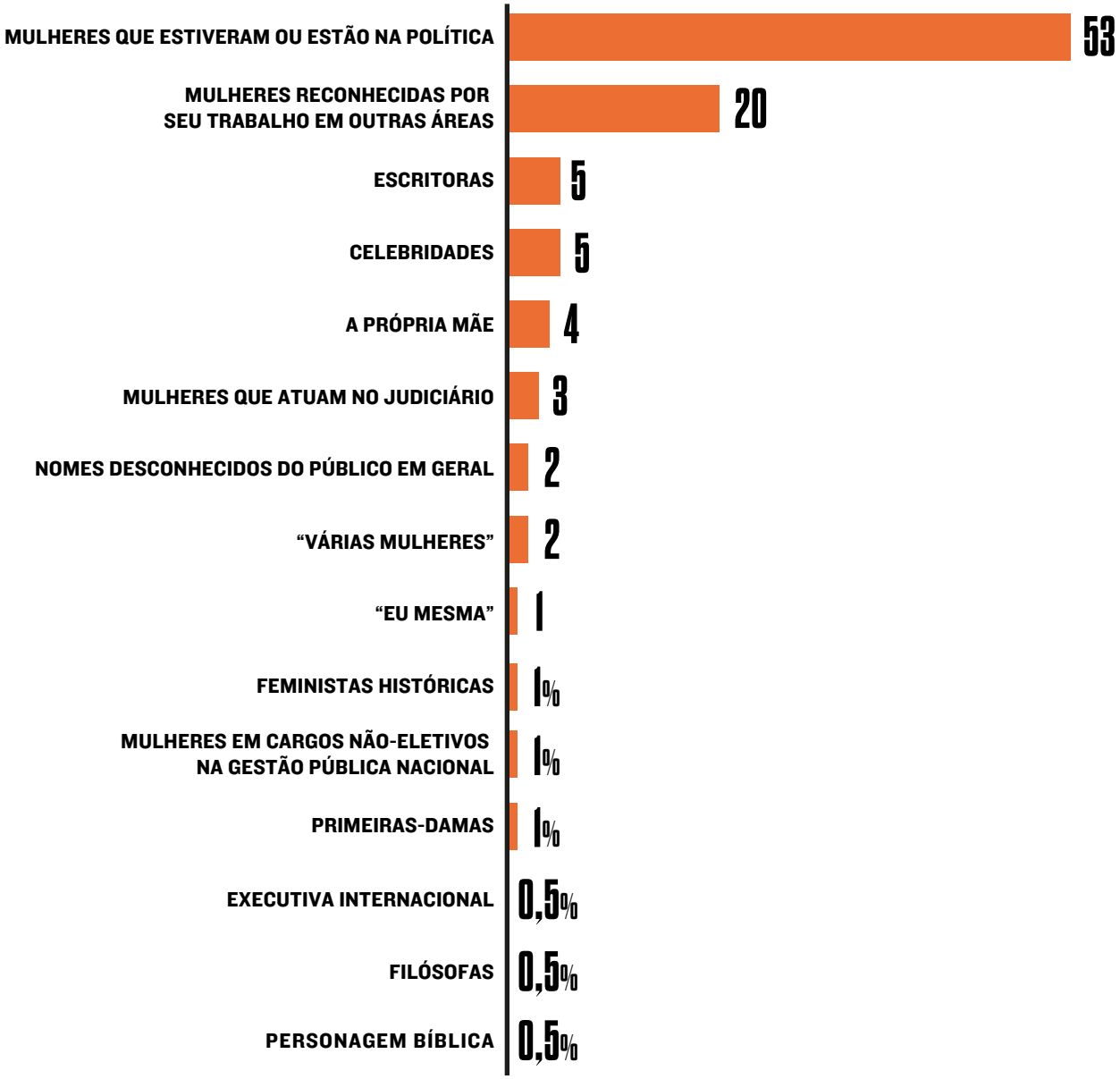
Por fim, 4% das Prefeitas mencionaram a própria mãe como figuras que admiram e se inspiram e outros 3% citaram mulheres que atuam no judiciário. As demais menções estão descritas no gráfico, mas não chegam a 2% cada uma delas.

32 Tais menções não estão contabilizadas sob a classificação "primeira dama".

GRÁFICO 2.14

Personalidades que inspiram as Prefeitas por categoria

% SOBRE O TOTAL DE PREFEITAS



FONTE Instituto Alziras, 2018.
PERGUNTA 64 Caso queira, cite o nome de uma personalidade pública mulher que lhe inspira: (pode ser alguém da política, das artes, do setor empresarial, ou qualquer outra personalidade conhecida do público em geral)

Nomes mais citados pelas Prefeitas:



Capital Familiar

Pesquisas sobre esse tema[34] definem capital familiar como a existência de parentes próximos ocupando posições de liderança política. Com o objetivo de compreender melhor essa questão que influencia a ocupação de cargos de poder tanto por homens quanto por mulheres, em função da história brasileira e das características do sistema político nacional[35] , foi perguntado às Prefeitas sobre a presença de familiares que já foram eleitos para algum cargo público. Vale notar que há uma diferença entre o conceito de capital familiar e o dado obtido a partir da pesquisa. Se o conceito de capital familiar se refere a uma temporalidade presente, ou seja, a existência de um parente em cargo de liderança, no caso do dado obtido na pesquisa, esse conceito é estendido para o tempo passado, considerando não só os familiares que estão ocupando posições de liderança como também aqueles que já estiveram no passado.

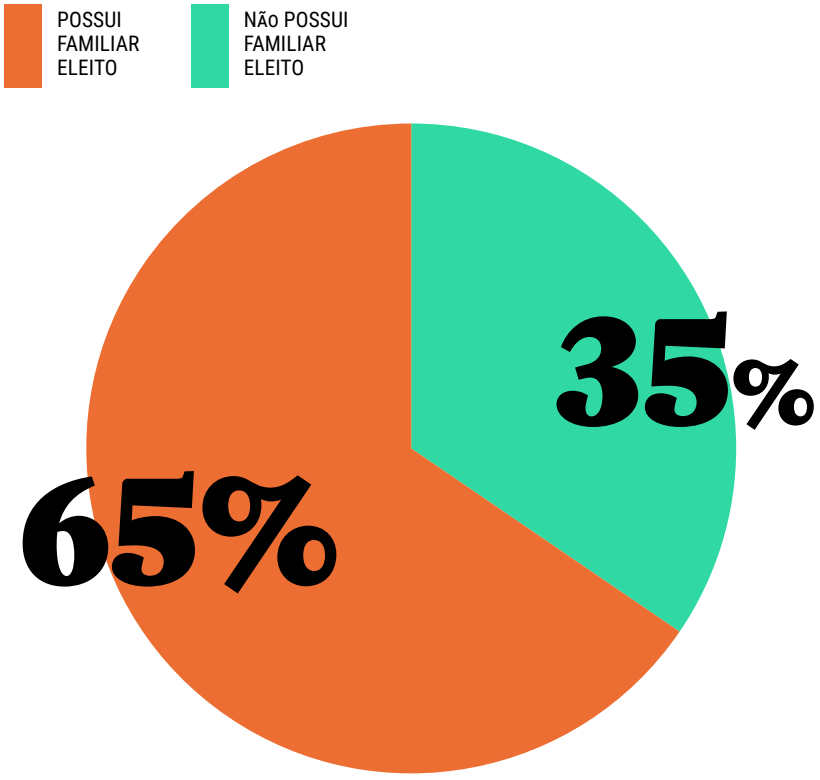
Cerca de dois terços das Prefeitas possuem algum familiar que já foi eleito em algum momento da vida (incluindo pai, mãe, avô ou avó, irmão ou irmã, sogro ou sogra, cônjuge ou esposa) enquanto pouco mais de um terço (35%) não possuem qualquer familiar eleito para cargo na política.

34 MIGUEL,L.F.; MARQUES, D.; MACHADO, C.; Capital Familiar e Carreira Política no Brasil: Gênero, Partido e Região nas Trajetórias para a Câmara dos Deputados. Revista DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 58, no 3, 2015, pp. 721 a 747.
35 Estudo da Transparência Internacional divulgado em 2015 concluiu que 49% dos deputados federais (mulheres e homens) eleitos em 2014 tinham pais, avôs, mães, primos, irmãos ou cônjuges com atuação política – o maior índice das quatro últimas eleições. Disponível em: http://excelencias.org.br/docs/parentes_%202015-2018%20vf.pdf

GRÁFICO 2.15

Prefeitas por existência de familiar eleito

% SOBRE O TOTAL DE PREFEITAS

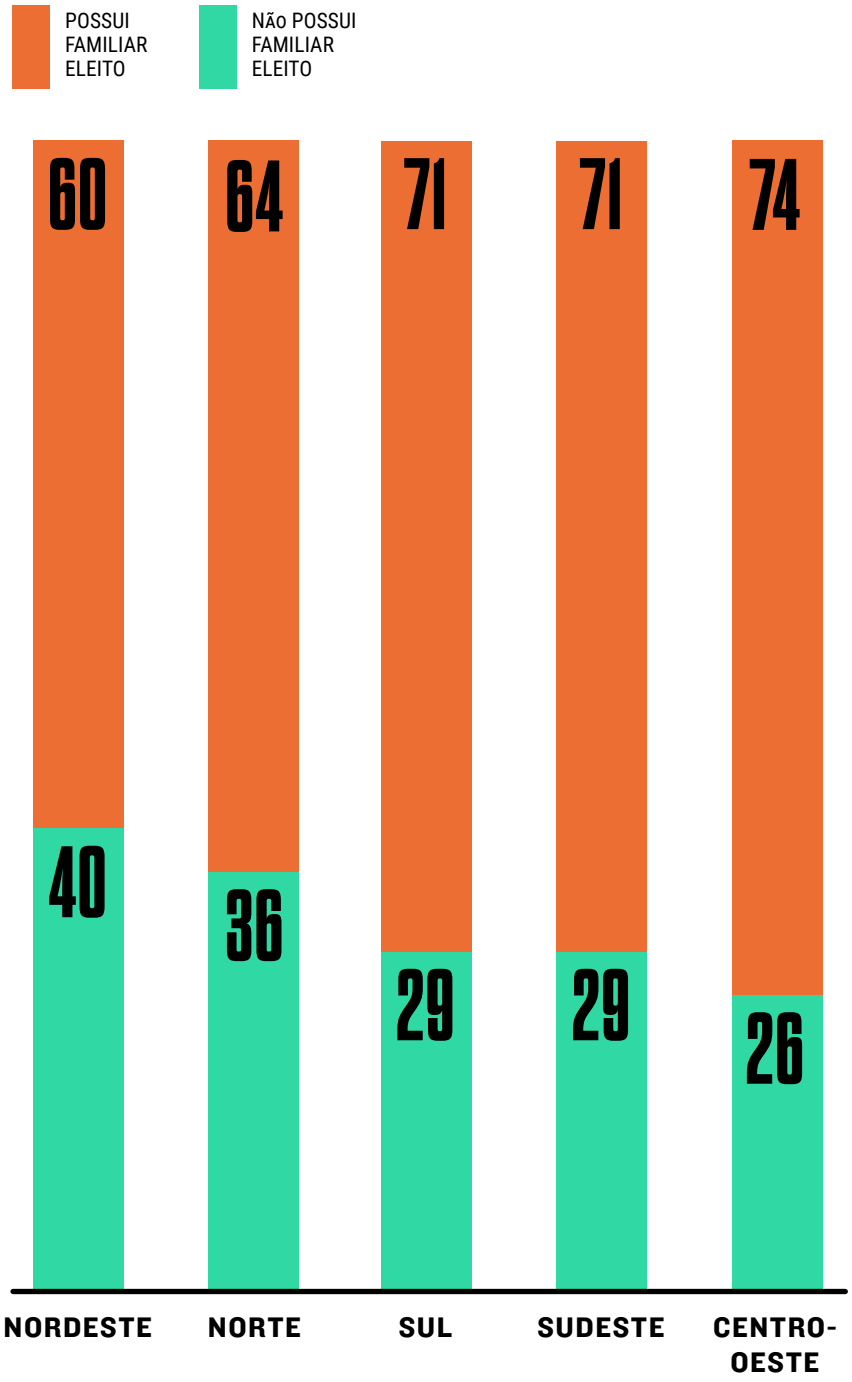


FONTE Instituto Alziras, 2018.
PERGUNTA 39 Possui algum familiar que já foi eleito para exercer cargo público? Em caso afirmativo, qual o grau de parentesco do familiar e para quais cargos já foi eleito?

GRÁFICO 2.16

Prefeitas por região e por existência de familiar eleito

% SOBRE O TOTAL DE PREFEITAS POR REGIÃO



Na comparação regional, 74% das Prefeitas do Centro-Oeste possuem algum familiar eleito, seguidas das Prefeitas do Sudeste e Sul, com 71%, das Prefeitas do Norte com 64% e das Prefeitas do Nordeste com 60% (GRÁFICO 2.16).

74%

DAS PREFEITAS DO CENTRO-OESTE POSSUEM ALGUM FAMILIAR ELEITO

60%

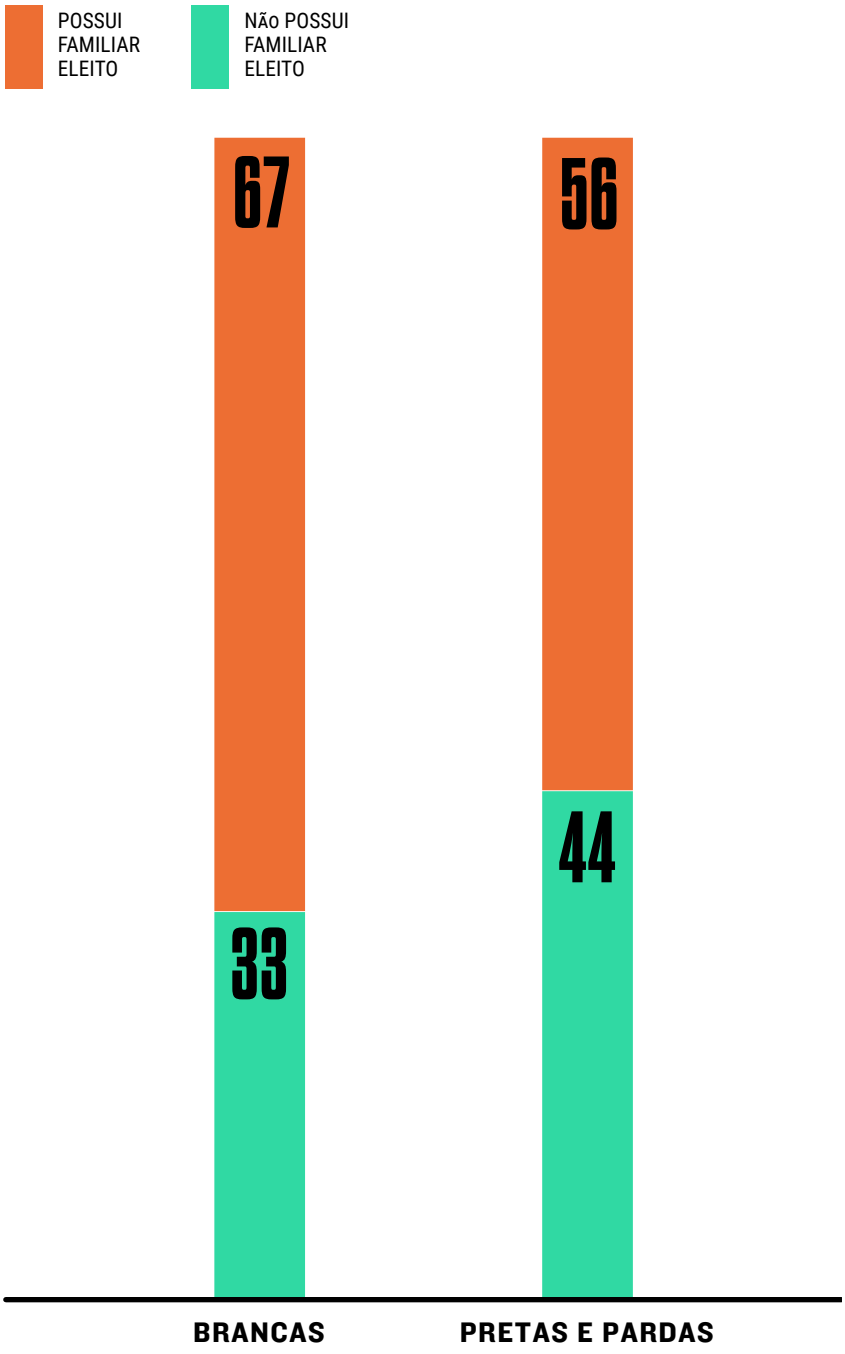
DAS PREFEITAS DO NORDESTE POSSUEM ALGUM FAMILIAR ELEITO

FONTE Instituto Alziras, 2018.
PERGUNTA 39 Possui algum familiar que já foi eleito para exercer cargo público? Em caso afirmativo, qual o grau de parentesco do familiar e para quais cargos já foi eleito?

GRÁFICO 2.17

Prefeitas por grupo racial e por existência de familiar eleito

% SOBRE O TOTAL DE PREFEITAS POR GRUPO RACIAL



Quanto à distribuição por grupo racial, os resultados apontam que o acúmulo de capital familiar na trajetória das Prefeitas do Brasil está mais presente entre as mulheres brancas (67%) do que entre as pretas e pardas (56%).

O ACÚMULO DE CAPITAL FAMILIAR NA TRAJETÓRIA DAS PREFEITAS DO BRASIL ESTÁ MAIS PRESENTE ENTRE AS MULHERES BRANCAS

67%

56%

DAS PREFEITAS PRETAS E PARDAS POSSUEM ALGUM FAMILIAR ELEITO

FONTE Instituto Alziras, 2018.
PERGUNTA 39 Possui algum familiar que já foi eleito para exercer cargo público? Em caso afirmativo, qual o grau de parentesco do familiar e para quais cargos já foi eleito?

Em relação aos familiares eleitos para cargos da política institucional, a pesquisa revelou que tanto o pai (37%) quanto o cônjuge (36%) das Prefeitas são as figuras familiares que têm ou tiveram maior presença na política institucional. Em seguida, o irmão ou irmã (20%), avô ou avó (11%), sogro ou sogra (10%) e a mãe (6%).

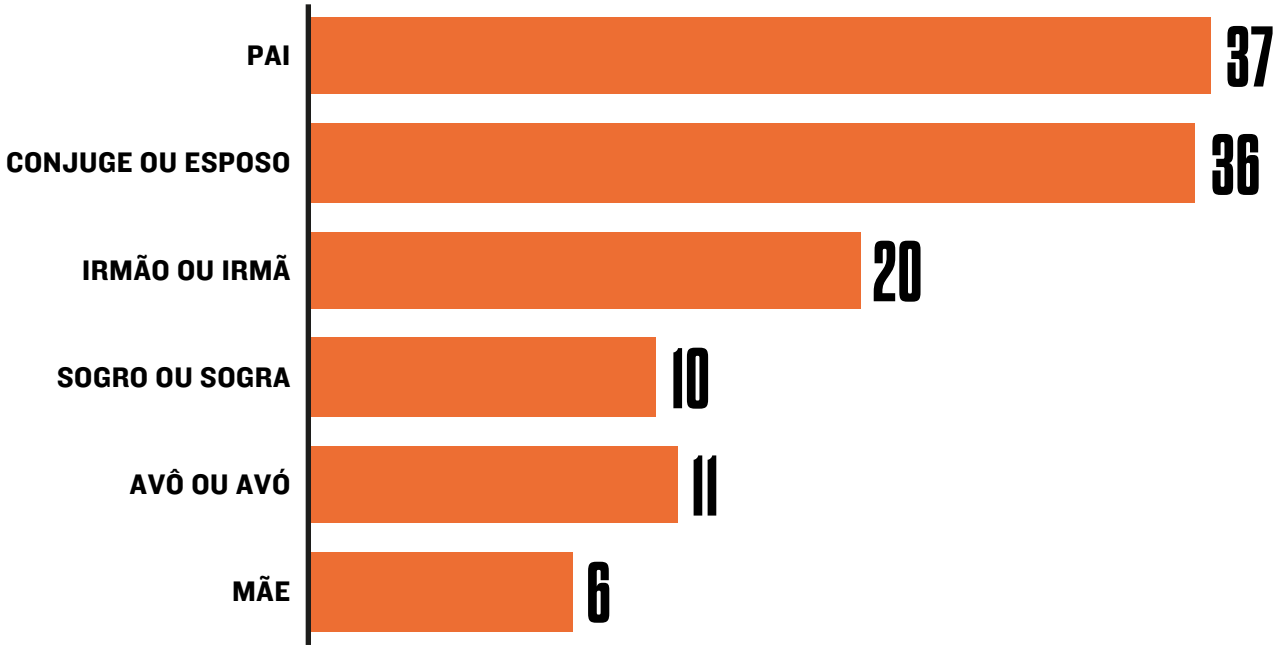
PAI E CÔNJUGE

SÃO AS FIGURAS FAMILIARES DAS PREFEITAS QUE TÊM OU TIVERAM MAIOR PRESENÇA NA POLÍTICA INSTITUCIONAL

GRÁFICO 2.18

Prefeitas por familiares eleitos

% SOBRE O TOTAL DE PREFEITAS



FONTE Instituto Alziras, 2018.
PERGUNTA 39 Possui algum familiar que já foi eleito para exercer cargo público? Em caso afirmativo, qual o grau de parentesco do familiar e para quais cargos já foi eleito?

As combinações mais frequentes observadas entre 'tipo de familiar' e 'cargo ocupado' é a de cônjuge eleito para o cargo de Prefeito ou Vice-Prefeito (21%), seguido do pai eleito para o cargo de Prefeito ou vice-Prefeito (12%) e do irmão/irmã eleitos para o cargo de Vereador (12%).

21%

DAS PREFEITAS TEM O CÔNJUGE QUE JÁ FOI ELEITO PARA O CARGO DE PREFEITO OU VICE-PREFEITO

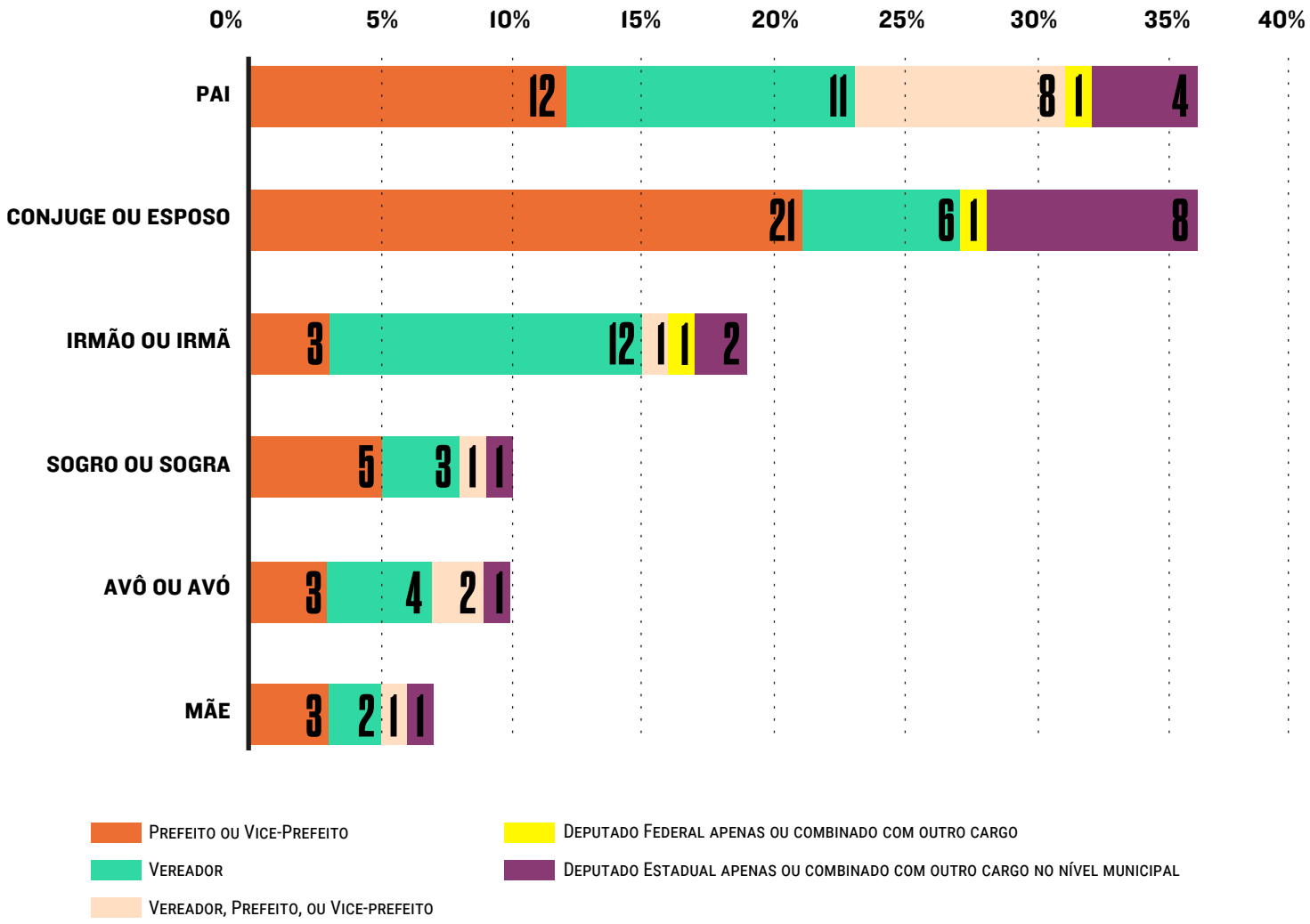
12%

DAS PREFEITAS TÊM O PAI QUE JÁ FOI ELEITO PARA O CARGO DE PREFEITO OU VICE-PREFEITO

GRÁFICO 2.19

Familiar e cargo para o qual foi eleito

% SOBRE O TOTAL DE PREFEITAS



FONTE Instituto Alziras, 2018.
PERGUNTA 39 Possui algum familiar que já foi eleito para exercer cargo público? Em caso afirmativo, qual o grau de parentesco do familiar e para quais cargos já foi eleito?

Ao olhar para a trajetória das mulheres que se tornaram Prefeitas no último pleito eleitoral, verifica-se, inicialmente, que é no âmbito local que elas se constituem, seja por meio da disputas a cargos eletivos municipais- 36% das Prefeitas disputaram as eleições a Vereadora e 18% disputaram a Vice-Prefeita - seja pela ocupação de cargos públicos não eletivos ou de confiança - 70% das Prefeitas tiveram essa experiência'.

Ademais, as Prefeitas demonstraram uma trajetória bastante particular em relação às disputas e vitórias ao cargo, sendo que 46% delas se apresentaram como candidatas pela primeira vez e foram eleitas. Esse desenho das disputas e vitórias vivenciadas pelas Prefeitas possui contornos distintos conforme o seu grupo racial, escolaridade, faixa etária e região do país.

Outro dado da pesquisa diz respeito à existência de familiares eleitos, fator que já se provou determinante para o acesso tanto de homens quanto de mulheres às carreiras políticas. No caso das Prefeitas, 65% delas possuem algum familiar eleito em algum momento da vida.

Parte significativa das Prefeitas (88%) também tiveram atuação política prévia antes de ser eleita, sendo que 41% participaram de conselhos municipais de políticas públicas, 41% de entidade religiosa, pastorais ou grupos de solidariedade ligados a igrejas, 33% de entidade de assistência social e 29% de movimentos sociais.

A análise sobre a trajetória das Prefeitas merece muito mais aprofundamento e investigação. Por ora, a pesquisa coloca luz sobre alguns aspectos relativos à condição feminina na política institucional. Por fim, o capítulo demonstra que as trajetórias das Prefeitas são carregadas de uma agência própria que enfrenta as barreiras simbólicas e reais de um universo majoritariamente dominado por homens.

36%

DAS PREFEITAS DISPUTARAM AS ELEIÇÕES A

VEREADORA

70%

JÁ OCUPARAM OU CARGOS PÚBLICOS NÃO ELETIVOS OU DE CONFIANÇA

88%

DAS PREFEITAS JÁ TINHAM ATUAÇÃO POLÍTICA ANTES DE SEREM ELEITAS

Barreiras de Acesso e Permanência na Política

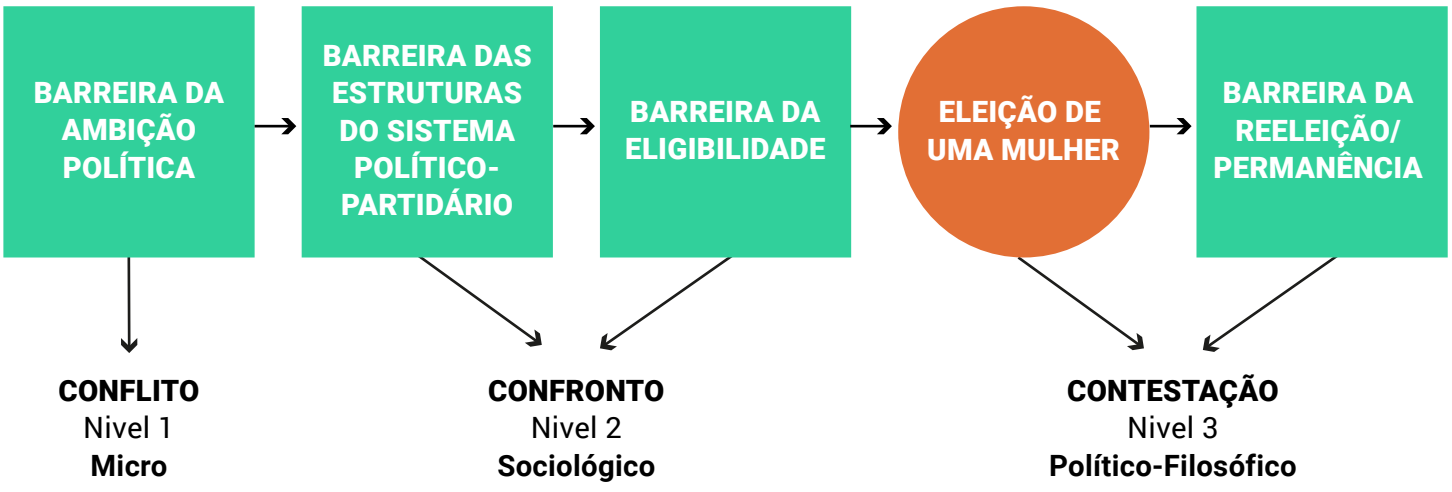
CAPÍTULO 3

A subrepresentação feminina na política é uma questão multideterminada.

Para ocupar espaços de poder e tomada de decisão na política institucional, as mulheres enfrentam uma verdadeira corrida de obstáculos[36], com barreiras que se interpõem e se reforçam mutuamente (Figura 3.1).

Tais barreiras se constituem a partir de um conjunto de hierarquias, relações de poder e estereótipos de gênero, bem como em padrões sociais e culturais que afirmam a política como um espaço de domínio tradicionalmente masculino[37], onde as mulheres estão sujeitas a diversos constrangimentos: dificuldade de acesso a financiamento de campanha, menor exposição à mídia ou exposição baseada no escrutínio de características comportamentais e atributos físicos, expectativa de que as mulheres tenham atuação circunscrita a temas ditos "femininos", divisão desigual do trabalho doméstico, o que limita sua atuação na vida pública, necessidade constante de reafirmar seu lugar como eleita e capaz, dentre outros.

FIGURA 3.1



FONTE MATOS, M. A política na ausência das mulheres: um estudo sobre recrutamento político, trajetórias/carreiras e comportamento legislativo de mulheres. Relatório de Pesquisa. CNPq, 2006.

36 MATOS, M. A política na ausência das mulheres: um estudo sobre recrutamento político, trajetórias/carreiras e comportamento legislativo de mulheres. Relatório de Pesquisa. CNPq, 2006, 145 paginas.
37 MELO, Hildete Pereira de. Mulheres e poder: história, ideias e indicadores, Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

Diante disso, este capítulo procura explorar algumas das dificuldades de acesso e permanência na política percebidas pelas Prefeitas brasileiras. Ele se inicia por uma breve análise a respeito da composição das famílias das Prefeitas brasileiras e discute, a partir disso, como se dá a divisão do trabalho doméstico em seus lares. Investiga também algumas das principais dificuldades percebidas na carreira política e atribuídas ao fato de serem mulheres e relaciona essas barreiras ao seu desejo de concorrer futuramente a outras eleições. Por fim, apresenta um panorama a respeito das percepções das Prefeitas brasileiras sobre um tema que vem sendo mais debatido de forma crescente na sociedade: a violência política.

Composição das famílias das Prefeitas brasileiras

Estudos[38] revelam que, ao optar pela carreira política, muitas mulheres acabam enfrentando múltiplas pressões e atritos domésticos. Como o "ser político" é mais frequentemente vinculado ao mundo masculino, os homens costumam contar com apoio familiar quando decidem seguir uma trajetória política. No caso das mulheres que fazem essa mesma escolha, muitas delas acabam lidando com resistências e questionamentos em seus lares, já que as tarefas domésticas e de cuidados são mais socialmente associadas à figura feminina, independentemente da existência ou não de filhos. Esses fatores podem contribuir para explicar porque, nas eleições de 2018, 60% das mulheres candidatas ao legislativo estadual e federal são solteiras, separadas, divorciadas ou viúvas, enquanto 61% dos homens candidatos são casados, em cenário que se repete nos últimos 20 anos[39].

No entanto, entre os eleitos, essa proporção se inverte e a parcela de mulheres casadas cresce significativamente, especialmente nas assembleias legislativas estaduais e nas prefeituras, como demonstra a TABELA 3.1. Considerando que, na última década, o número de casados no Brasil caiu, passando de 37% para 34,8% e os solteiros continuam sendo mais da metade da população brasileira, crescendo de 54,8% em 2000 para 55,3% em 2010[40], caberia investigar se, dentre os critérios de voto, há certa preferência do eleitorado por um modelo tradicional de família[41].

Além disso, a concentração de mulheres casadas tanto nas assembleias legislativas estaduais quanto nas prefeituras é superior na comparação com o Senado e a Câmara dos Deputados, cabendo investigar, portanto, se as mulheres casadas enfrentam mais dificuldades do que os homens casados para mudar seu domicílio para Brasília, caso dos ocupantes do Congresso Nacional que deixam suas cidades e Estados de origem (TABELA 3.1).

TABELA 3.1

Estado civil de mulheres e homens candidatos e eleitos na política brasileira

	MULHERES CASADAS	MULHERES SOLTEIRAS, SEPARADAS, DIVORCIADAS OU VIÚVAS	HOMENS CASADOS	HOMENS SOLTEIROS, SEPARADOS, DIVORCIADOS OU VIÚVOS
CANDIDATURAS AO LEGISLATIVO FEDERAL E ESTADUAL EM 2018	40%	60%	61%	39%
SENADORES ELEITOS (2014)	40%	60%	73%	27%
DEPUTADOS FEDERAIS ELEITOS (2014)	53%	47%	75%	25%
DEPUTADOS ESTADUAIS ELEITOS (2014)	73%	27%	74%	26%
CANDIDATURAS À PREFEITURA (2016)	63%	37%	73%	27%
PREFEITAS/OS ELEITAS/OS (2016)	67%	33%	75%	25%

FONTE TSE; Gênero e Número, Newsletter, Setembro de 2018.

38 ALVARES, Maria Luzia Miranda. 2004. Mulheres na competição eleitoral, seleção de candidaturas e o padrão de carreira política no Brasil. Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

39 FERREIRA, Lola. Newsletter Gênero e Número, setembro de 2018. Desencorajadas por falta de apoio de parceiros e acúmulo de funções, mulheres casadas são minoria entre candidatas ao Legislativo. Disponível em: <http://www.generonumero.media/desencorajadas-por-falta-de-apoio-de-parceiros-e-acumulo-de-funcoes-mulheres-casadas-sao-minoria-entre-candidatas-ao-legislativo/>

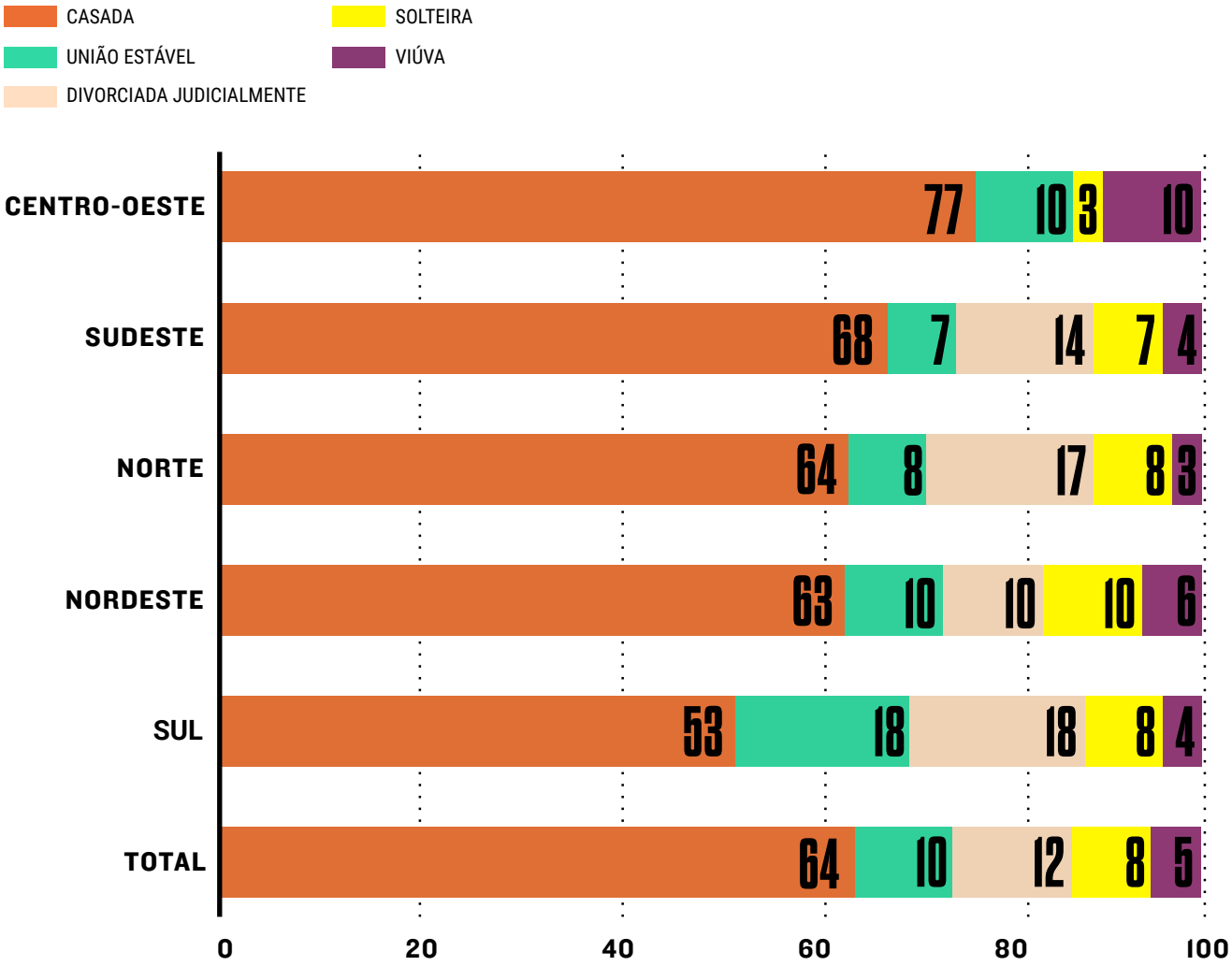
40 Censo Populacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010.

41 A ideia de família tradicional remete aqui a um núcleo formado por um homem e uma mulher, unidos pelo matrimônio ou união de fato, com um ou mais filhos.

GRÁFICO 3.1

Estado civil das Prefeitas Brasileiras

% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE PREFEITAS POR REGIÃO



FONTE Instituto Alziras, 2018.
PERGUNTA 11 Qual o seu estado civil?
NOTA As respostas em branco foram excluídas da base de cálculo.

Como, pelos dados do Censo de 2010, mais de um terço das uniões no Brasil são consensuais, sem casamento civil ou religioso, tendo este tipo de relacionamento aumentado de 28,6% para 36,4% do total nos últimos 10 anos, essa pesquisa optou por incluir também a categoria "união estável" na pergunta sobre estado civil das Prefeitas, mesmo apesar do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) não apresentar essa alternativa no ato do registro das candidaturas. Somadas, a proporção de Prefeitas casadas ou em união estável extrapola 70% em todas as regiões do país (GRÁFICO 3.1). Especificamente no Centro-Oeste, esse índice é ainda superior, chegando a 87%.

74%

DAS PREFEITAS ESTÃO CASADAS OU EM UNIÃO ESTÁVEL NO BRASIL

Quanto a outras características das famílias das Prefeitas, verifica-se que 87% delas tem pelo menos um filho e apenas 13% não tem filhos, sendo que a maior parte (38%) tem dois filhos, 30% tem três filhos ou mais e 18% tem um único filho (GRÁFICO 3.2). Para fins de comparação, cabe lembrar que a taxa de fecundidade brasileira passou de 2,14 filhos por mulher em 2004, para 1,72 em 2015, como aponta a Síntese de Indicadores Sociais do IBGE[42].

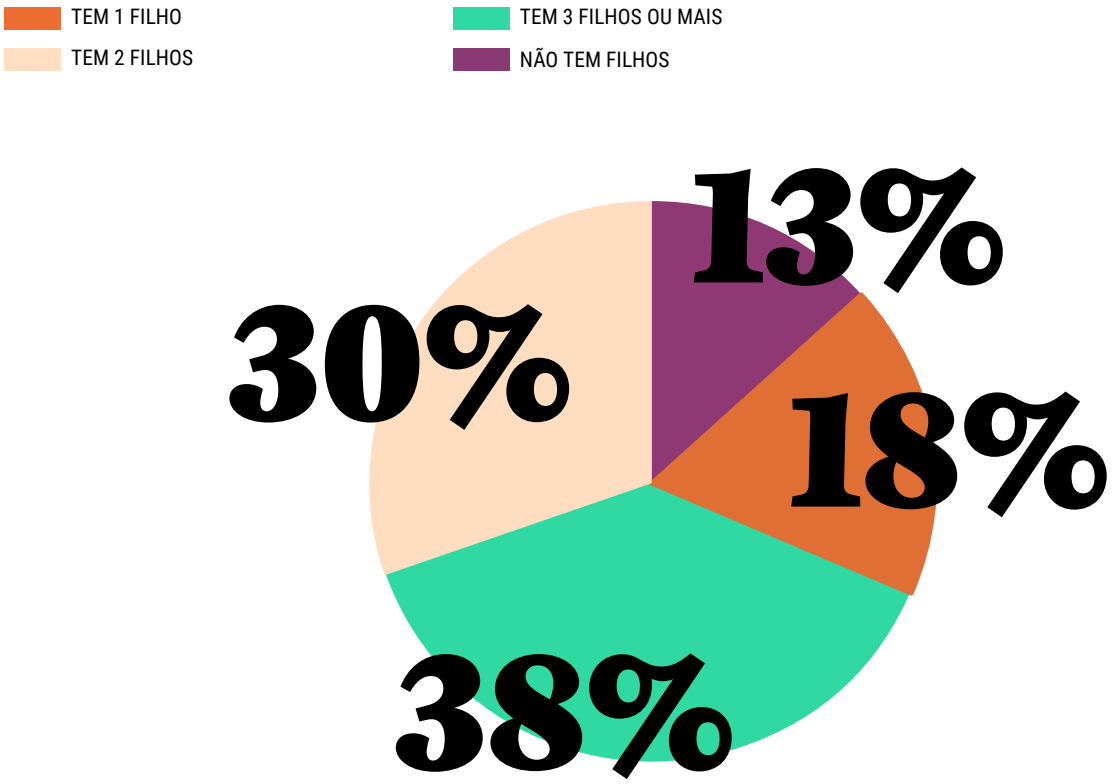
87%

DAS PREFEITAS BRASILEIRAS TEM PELO MENOS UM FILHO

GRÁFICO 3.2

Prefeitas Brasileiras por quantidade de filhos

% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE PREFEITAS



FONTE Instituto Alziras, 2018.
PERGUNTA 13 Tem filhos?

42 Disponível em: https://brasilemsintese.ibge.gov.br/populacao/taxas-de-fecundidade-total.html

Uma parcela menor delas (35%) também tem netos, enquanto 65% ainda não os tem (GRÁFICO 3.3), o que pode guardar relação com a faixa etária das Prefeitas eleitas, já apresentada no capítulo 1. A média de idade das Prefeitas do Brasil é de 47 anos, sendo que 61% delas possuem até 50 anos.

61%

DAS PREFEITAS POSSUEM ATÉ 50 ANOS

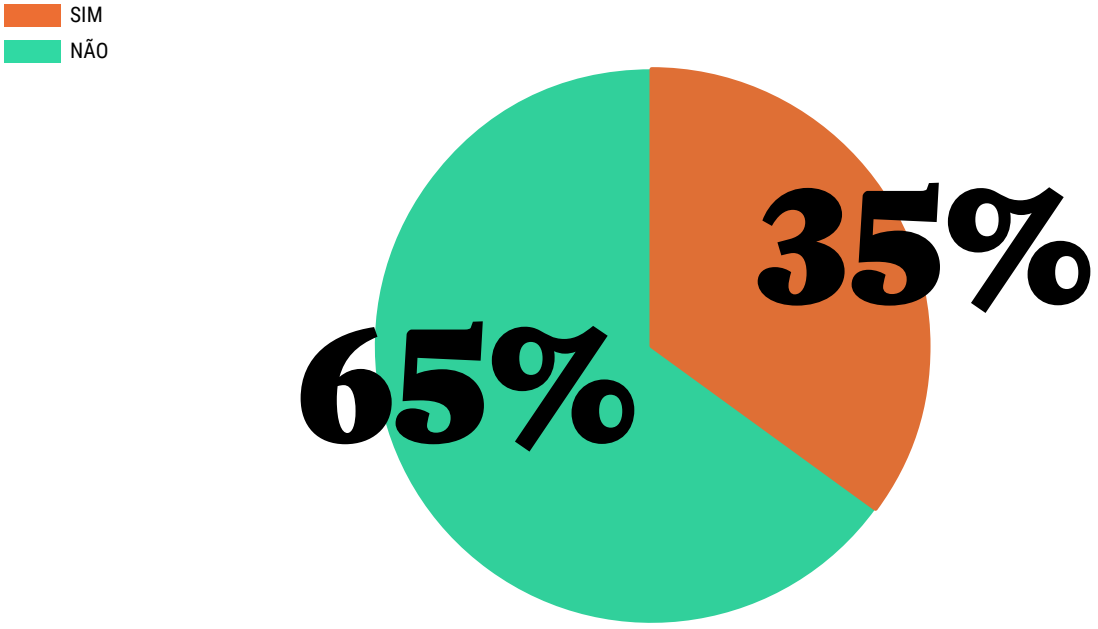
A MÉDIA DE IDADE DAS PREFEITAS DO BRASIL É DE

47 ANOS

GRÁFICO 3.3

Prefeitas Brasileiras por existência de netos

% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE PREFEITAS



FONTE Instituto Alziras, 2018.
PERGUNTA 14 Tem netos?
NOTA As respostas em branco foram excluídas da base de cálculo.

Trabalho Doméstico

A divisão desigual do trabalho doméstico afeta diretamente as possibilidades de participação das mulheres na política. Além de acumularem uma jornada de trabalho maior do que a dos homens, tendo reduzido seu tempo para o exercício da atividade política, o espaço da casa diminui as possibilidades das mulheres construírem uma rede de vínculos e contatos necessários para se lançar na vida pública[43].

Essas práticas sociais de responsabilização desigual de mulheres e homens por um trabalho que é cotidiano e necessário para a manutenção da vida (preparar os alimentos, limpar a casa, lavar as roupas, cuidar das crianças e dos idosos etc.) impacta diretamente o lugar que ambos assumem na esfera pública e no mundo político[44]. O fato de que homens acabam sendo liberados de tarefas, pelas quais as mulheres são responsabilizadas, torna o exercício da atividade política mais difícil para as mulheres. Desde a infância, as pesquisas de uso do tempo no Brasil mostram que as mulheres dedicam semanalmente às tarefas domésticas mais do que o dobro de tempo dos homens. É importante observar também que essas tarefas não são socialmente distribuídas apenas de acordo com o gênero, mas também em uma perspectiva de raça e de classe social. Por isso, para o necessário aprofundamento sobre os dados apresentados, a interseccionalidade[45] deve ser utilizada como ferramenta metodológica fundamental para conferir o devido destaque a todas as existências femininas.

Chama a atenção que, para a realização do trabalho cotidiano nos lares das Prefeitas brasileiras, a contratação de uma empregada/o doméstica/o foi a alternativa encontrada na maior parte dos domicílios, especialmente para as atividades de limpeza doméstica, lavagem e passagem de roupas (79%), cozinha (68%) e cuidados com crianças, idosos e pessoas com deficiência (32%). Ainda assim, metade das Prefeitas eleitas (50%) afirmou que são as principais responsáveis pelas compras de mercado (GRÁFICO 3.4).

É interessante notar o baixo percentual de Prefeitas que podem compartilhar com um cônjuge as distintas tarefas domésticas. Essa parcela é de 7% para a limpeza doméstica e para a lavagem de roupas, equivale a 8% na cozinha, subindo para 22% nos cuidados com crianças, idosos e pessoas com deficiência e 18% no caso das compras de mercado. Esse dado ainda é mais contrastante diante do fato de que 64% das Prefeitas se declararam casadas e outras 10% em união estável.

43 MIGUEL, Luis Felipe. Gênero e representação política. In: MIGUEL, Luis Felipe, BIROLI, Flavia. Feminismo e Representação política. São Paulo : Boitempo, 2004

44 BIROLI, Flavia. Gênero e desigualdades, limites da democracia no Brasil. São Paulo : Boitempo, 2018.

45 A interseccionalidade é o estudo da sobreposição ou intersecção de identidades sociais e sistemas relacionados de opressão, dominação ou discriminação, indicando que há a necessidade de estudar outros fatores em conjunto com o gênero. A interseccionalidade surge como perspectiva por Sojourner Truth e é sintetizado como conceito analítico por Kimberlé Crenshaw.

A CONTRATAÇÃO DE UMA

EMPREGADA DOMÉSTICA

FOI A ALTERNATIVA ENCONTRADA PARA OS AFAZERES DOMÉSTICOS

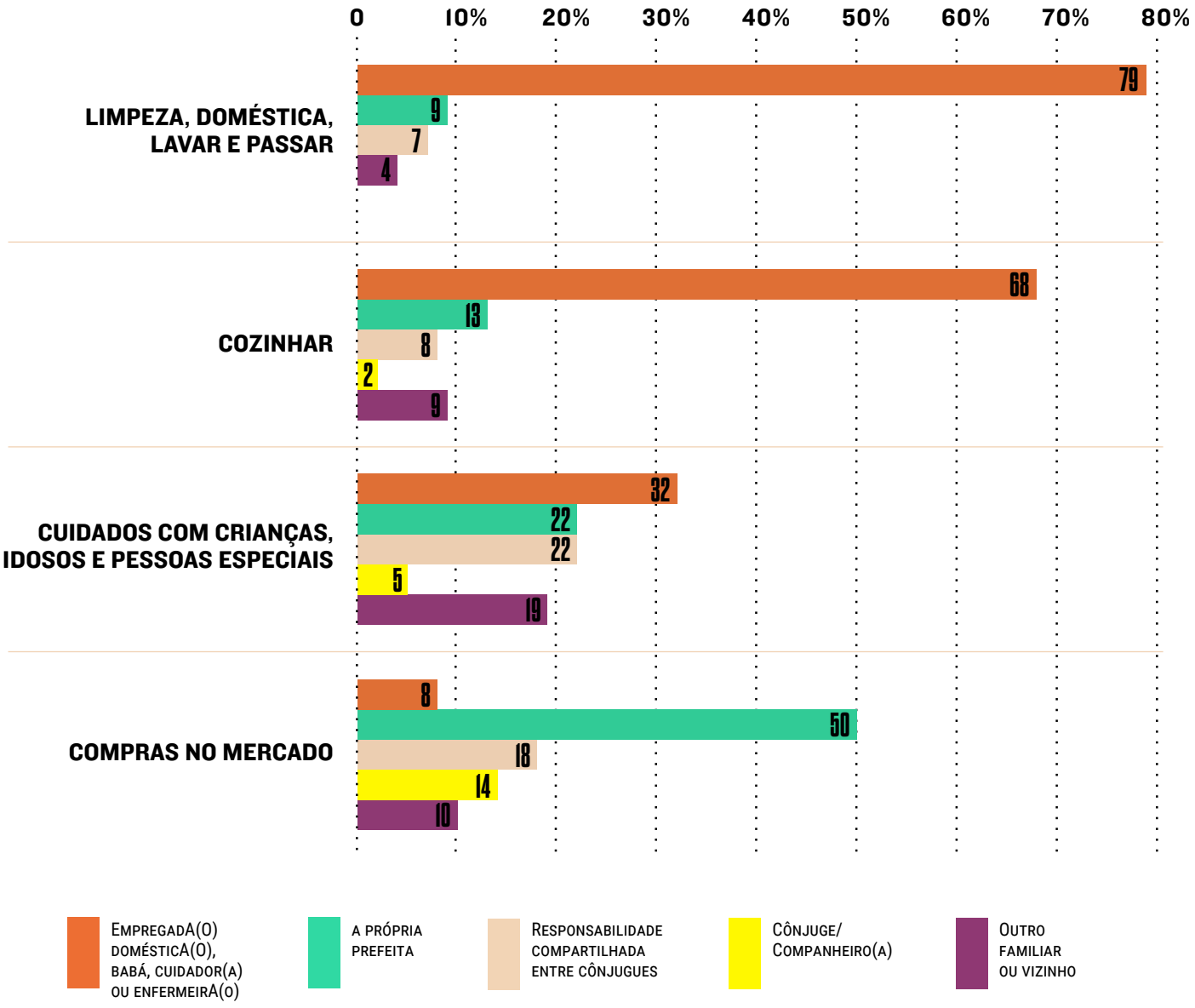
50%

DAS PREFEITAS SÃO AS PRINCIPAIS RESPONSÁVEIS PELAS COMPRAS DE MERCADO EM SUAS CASAS

GRÁFICO 3.4

Divisão do trabalho doméstico no domicílio das Prefeitas Brasileiras

% em relação ao total de Prefeitas



FONTE Instituto Alziras, 2018.
PERGUNTA 15 Quem é o principal responsável em sua casa pela limpeza doméstica e por lavar e passar roupa?
PERGUNTA 16 Quem é o principal responsável em sua casa por cozinhar no dia-a-dia?
PERGUNTA 17 Quem é o principal responsável em sua casa pelo cuidado com crianças pequenas, idosos ou pessoas com necessidades especiais?
PERGUNTA 18 Quem é o principal responsável em sua casa por fazer compras de mercado?
NOTA 1 No cálculo dos percentuais relativos à divisão do trabalho de cuidados com crianças, idosos e pessoas com deficiência, foram excluídas da base as prefeitas que assinalaram que não possuem crianças pequenas, idosos ou pessoas com necessidades especiais em casa.
NOTA 2 As respostas em branco foram excluídas da base de cálculo percentual

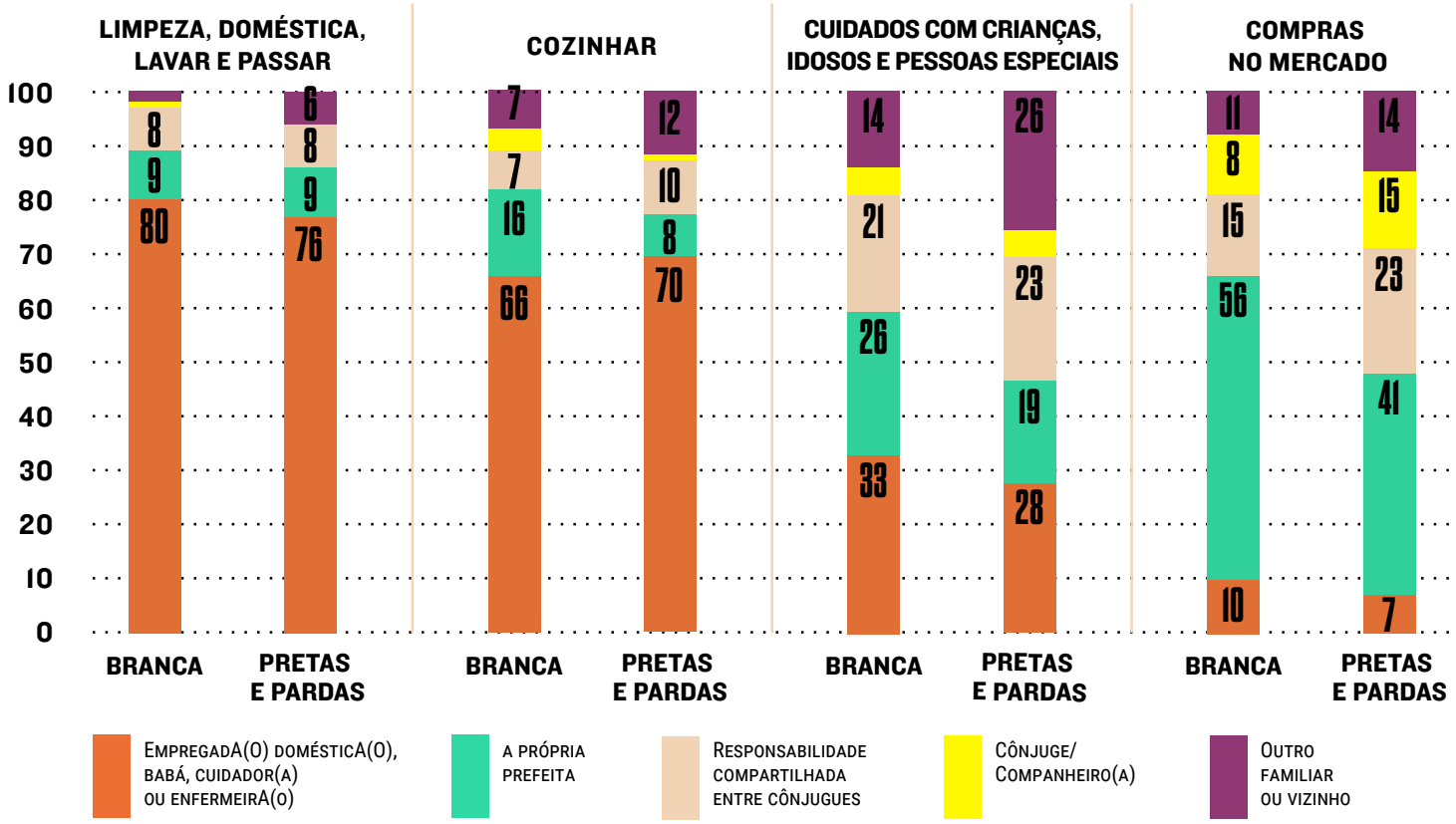
Do ponto de vista racial, o gráfico abaixo indica que, independente da cor/raça, a maior parte das Prefeitas conta principalmente com uma empregada em seus domicílios para a realização do trabalho doméstico, com exceção das compras de mercado. No entanto, as Prefeitas pretas e pardas acabam se apoiando mais em outros familiares ou vizinhos para a realização das tarefas domésticas do que as brancas (GRÁFICO 3.5). A responsabilidade compartilhada entre cônjuges também é superior no grupo das Prefeitas pretas e pardas do que nas brancas.

Quando solicitadas a indicar até três dificuldades principais que enfrentaram ao longo de sua carreira política e que atribuem ao fato de ser mulher, uma em cada cinco Prefeitas brasileiras assinalou a sobrecarga do trabalho doméstico, conforme será discutido na próxima seção.

GRÁFICO 3.5

Divisão do trabalho doméstico no domicílio das Prefeitas Brasileiras por cor/raça

% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE PREFEITAS POR COR/RAÇA



FONTE Instituto Alziras, 2018.
PERGUNTA 15 Quem é o principal responsável em sua casa pela limpeza doméstica e por lavar e passar roupa?
PERGUNTA 16 Quem é o principal responsável em sua casa por cozinhar no dia-a-dia?
PERGUNTA 17 Quem é o principal responsável em sua casa pelo cuidado com crianças pequenas, idosos ou pessoas com necessidades especiais?
PERGUNTA 18 Quem é o principal responsável em sua casa por fazer compras de mercado?
NOTA 1 Somadas, as prefeitas que se autodeclararam indígenas e amarelas totalizaram apenas 14 mulheres. Essa amostra pequena impossibilitou que fossem realizadas extrapolações estatísticas para o universo de prefeitas, o que inviabilizou a análise dos dados para esses grupos populacionais no âmbito desta pesquisa.
NOTA 2 Em termos de classificação racial, por termos adotado no questionário de coleta de dados as categorias de cor/raça do IBGE, optamos por apresentar as categorias "pretas e pardas" somadas sem designá-las como "negras", já que a categoria "parda" não designa apenas ascendência de pretos e brancos, mas também inclui a miscigenação de brancos e indígenas e brancos e asiáticos. No entanto, é fundamental destacar que há um amplo debate entre os pesquisadores sobre utilizar a categoria analítica "negra" como a somatória das estatísticas relativas às variáveis do IBGE "pretos" e "pardos" no quesito raça/cor (ou seja, não brancos, não indígenas e não amarelos). Para informações mais aprofundadas, ver: Saboia & Petrucceli, 2013: "Características Étnico-Raciais da População: classificações e identidades" (https://servicodados.ibge.gov.br/Download/Download.ashx?http=1&u=biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63405.pdf). O Estatuto da Igualdade Racial, Lei 12.288 de 20/07/2010 também estabelece como população negra "o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)", disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm
NOTA 3 No cálculo dos percentuais relativos à divisão do trabalho de cuidados com crianças, idosos e pessoas com deficiência, foram excluídas da base as prefeitas que assinalaram que não possuem crianças pequenas, idosos ou pessoas com necessidades especiais em casa.
NOTA 4 As respostas em branco foram excluídas da base de cálculo percentual

Dificuldades na carreira política

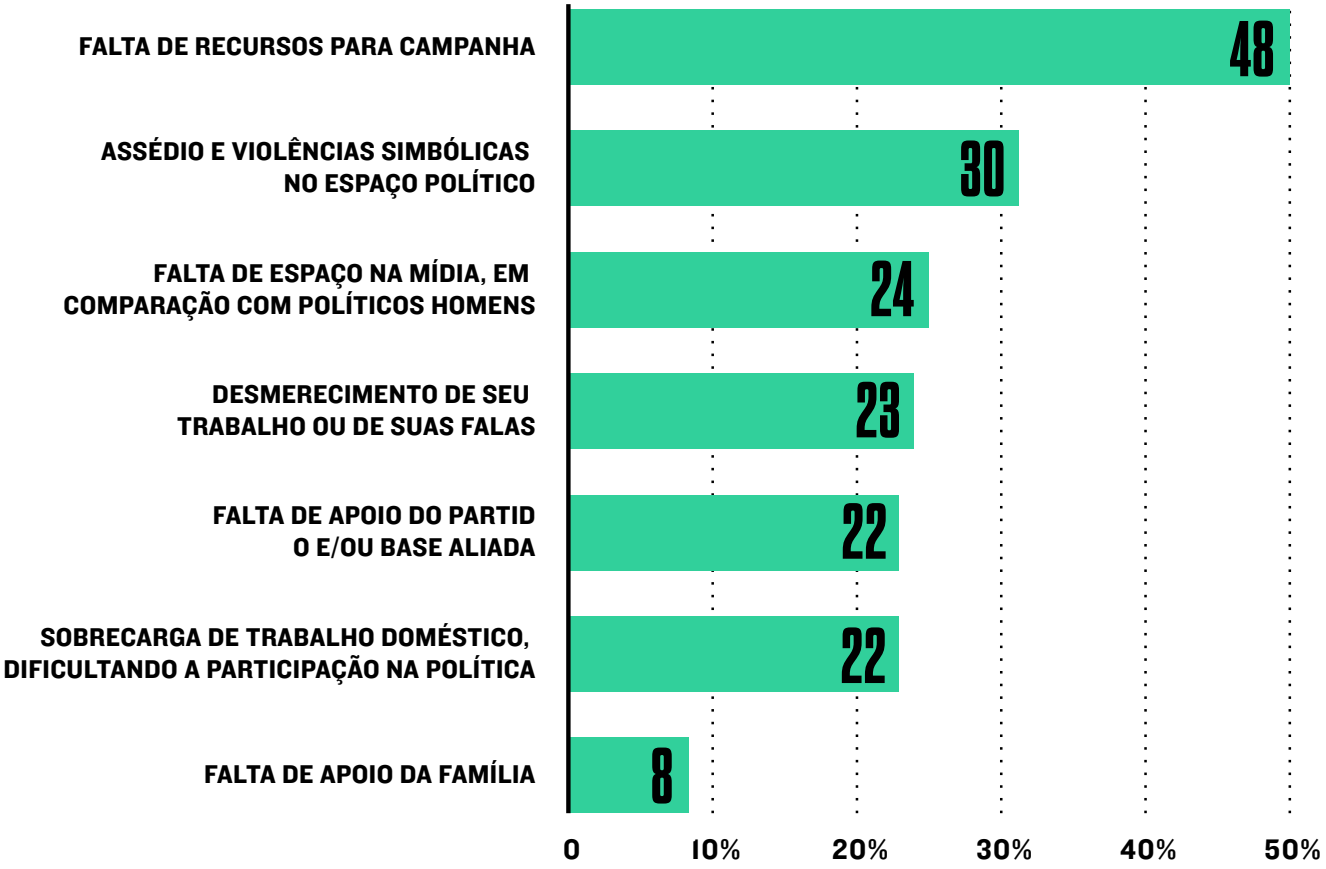
Quando solicitadas a indicar até três principais dificuldades que enfrentaram na carreira política e que atribuem ao fato de ser mulher, cerca de metade (48%) das Prefeitas brasileiras mencionou a falta de recursos para a campanha (GRÁFICO 3.6). Esse dado reforça a importância da recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de que pelo menos 30% dos recursos de campanha dos partidos políticos e do tempo de propaganda eleitoral gratuita sejam destinados às candidaturas femininas.

Adicionalmente, cerca de um terço das Prefeitas (30%) destacou o assédio e violências simbólicas como barreiras significativas, enquanto um quarto (24%) indicou a falta de espaço na mídia em comparação com políticos homens, seguida do desmerecimento de seu trabalho ou de suas falas pelo fato de ser mulher (23%). Na quinta posição, aparecem empatados a sobrecarga de trabalho doméstico e a falta de apoio do partido ou da base aliada, ambos com 22%.

GRÁFICO 3.6

Principais dificuldades na carreira política das Prefeitas Brasileiras

% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE PREFEITAS



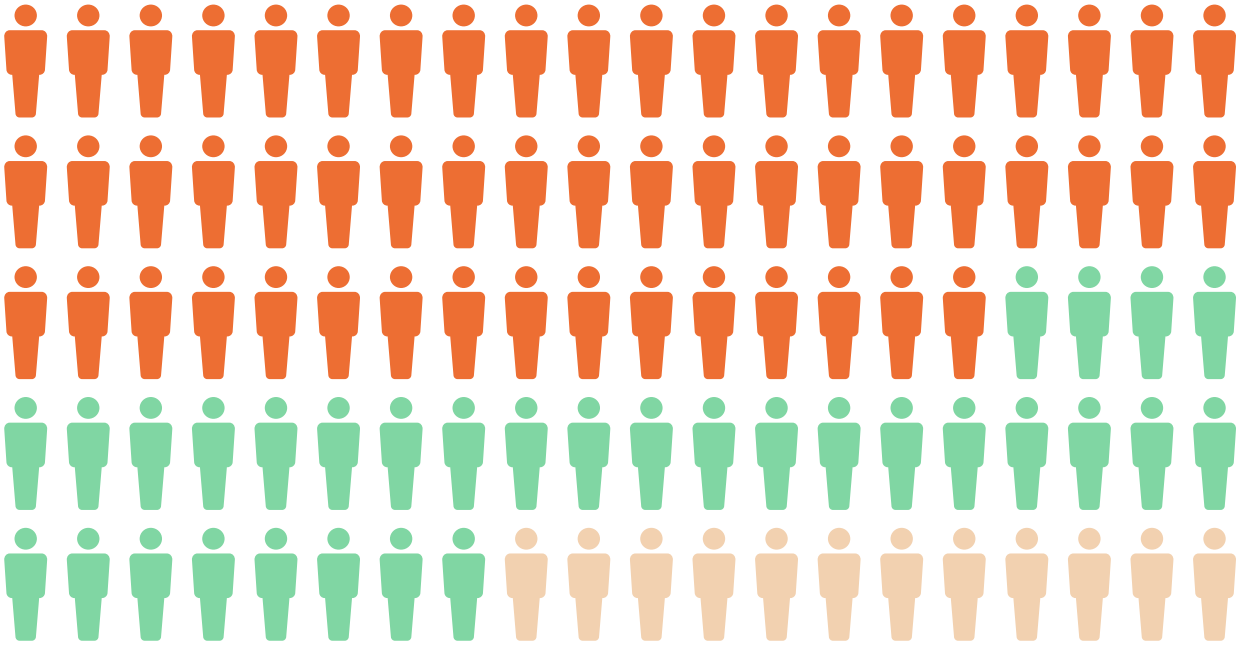
FONTE Instituto Alziras, 2018.
PERGUNTA 49 Assinale até 03 (três) dificuldades principais que a Senhora enfrentou ao longo de sua carreira política e que atribui ao simples fato de ser mulher.
NOTA Não soma 100%, pois a pergunta permite múltiplas respostas.

Quando perguntadas se pretendem concorrer a outras eleições no futuro, mais da metade das Prefeitas brasileiras afirmaram que sim (56%), enquanto cerca de um terço (32%) disseram não saber e outros 12% sinalizaram que não pretendem seguir adiante na carreira política. (GRÁFICO 3.7).

GRÁFICO 3.7

Desejo das Prefeitas Brasileiras de concorrer em outras eleições no futuro

% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE PREFEITAS



56%
DAS PREFEITAS PRETENDEM CONCORRER A OUTRAS ELEIÇÕES NO FUTURO

32%
DAS PREFEITAS NÃO SABEM SE VÃO CONCORRER A OUTRAS ELEIÇÕES NO FUTURO

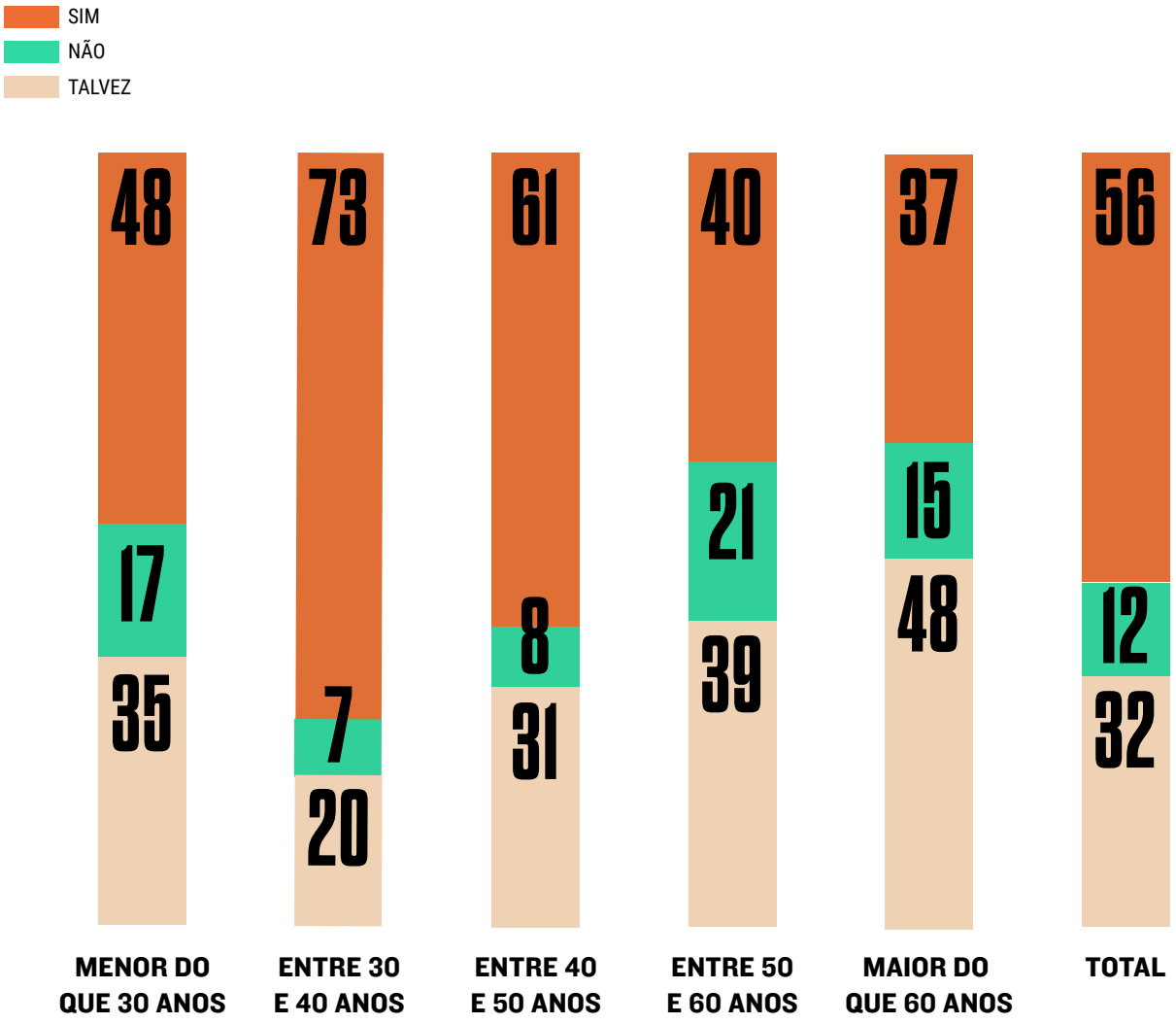
12%
DAS PREFEITAS NÃO PRETENDEM CONCORRER A OUTRAS ELEIÇÕES NO FUTURO

FONTE Instituto Alziras, 2018.
PERGUNTA 47 A Senhora considera concorrer a outras eleições no futuro?

GRÁFICO 3.8

Desejo de concorrer a outras eleições por faixa etária das Prefeitas brasileiras

% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE PREFEITAS POR FAIXA ETÁRIA



FONTE Instituto Alziras, 2018.
PERGUNTA 47 A Senhora considera concorrer a outras eleições no futuro?

É digno de nota que a maior parte das Prefeitas brasileiras pretende concorrer em eleições futuras, sendo que a maior parcela daquelas não desejam seguir adiante na carreira política se concentra simultaneamente na faixa etária de mulheres com menos de 30 anos (17%) e naquelas acima de 50 e de 60 anos, respectivamente 21% e 15% (GRÁFICO 3.8).

Em parte, esses resultados refletem os desafios percebidos pelas Prefeitas após terem decidido seguir uma carreira política.

Do conjunto de dificuldades destacadas por elas ao longo de sua trajetória, a seção seguinte irá detalhar especificamente a questão da violência política contra as mulheres, em função da relevância desse tema na atual conjuntura nacional.

Violência política contra as mulheres

53%

DAS PREFEITAS BRASILEIRAS AFIRMAM TER SOFRIDO ASSÉDIO OU VIOLÊNCIA POLÍTICA PELO SIMPLES FATO DE SEREM MULHERES

Historicamente, as mulheres foram circunscritas ao mundo doméstico, enquanto o espaço público - um dos principais terrenos do exercício da política por excelência - era dominado fundamentalmente por homens. Cabe retomar aqui uma passagem histórica, durante a discussão, na Assembleia Constituinte de 1891, sobre o sufrágio feminino no Brasil:

> *(...) a missão da mulher é mais doméstica do que pública, mais moral do que política. Demais, a mulher não direi ideal e perfeita, mas simplesmente normal e típica, não é a que vai ao foro, nem a praça pública, nem as assembleias políticas defender os direitos da coletividade, mas a que fica no lar doméstico, exercendo as virtudes femininas, base da tranquilidade da família, e por consequência da felicidade social (Dep. Pedro Américo, Câmara dos Deputados, sessão de 27 de janeiro de 1891)*[46].

Essa herança histórica e social acaba produzindo, até os dias atuais, reações violentas contra muitas mulheres que escolhem participar da vida política e que acabam sendo percebidas como desafiadoras do status quo masculino[47]. Não é por acaso que, quando solicitadas a indicar até três dificuldades principais que enfrentaram ao longo de sua carreira política e que atribuem ao fato de ser mulher, cerca de 1 em cada 3 Prefeitas brasileiras mencionou o assédio e violências simbólicas no espaço político, como já visto anteriormente.

Percebe-se, assim, o uso da violência pelos homens como um dos instrumentos de manutenção de seu poder, dificultando a participação de mais mulheres nesses espaços. Nesse sentido, a violência política contra mulheres tem a dupla finalidade de constranger/punir a mulher por ocupar um espaço masculino e a de restringir sua participação e sua possibilidade de tomar decisões que afetem a sociedade em geral[48]. E, portanto, a violência política não apenas limita o exercício dos direitos políticos das mulheres, como também impacta a qualidade da democracia, na medida em que dela decorrem barreiras concretas para a presença de

46 VILLA, Marco Antonio. A história das constituições brasileiras. São Paulo: Leya, 2011.
47 PATEMAN, Carole. O contrato sexual. Ed. Paz e Terra, 2008.

mais mulheres nos espaços de poder e tomada de decisão política, o que leva ao agravamento do imenso déficit representativo de maiorias silenciadas[49] em nosso país, com destaque para as mulheres negras.

Apesar de ser ainda pouco debatida no Brasil, a violência política contra as mulheres já foi tipificada em documentos e na legislação de diferentes países latino-americanos. A Bolívia[50] foi o primeiro país a aprovar, em 2012, legislação específica para combater a violência política e o assédio contra mulheres. No ano seguinte, o México, categorizou a "violência política de gênero" na Lei Geral de Acesso das Mulheres a uma Vida Livre de Violência e no Código Federal de Instituições e Procedimentos Eleitorais, aprovados no Senado. Em 2016, foi a vez do Peru[51] aprovar o Plano Nacional contra a Violência de Gênero que estabelece 16 modalidades de violência, entre as quais consta o "assédio político".

Diferentes normativas internacionais também vem abordando essa questão ao longo do tempo como, por exemplo, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, 1979), ratificada pelo Brasil em 1984. Também a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará, OEA, 1994), ratificada pelo Brasil em 1995, define violência contra a mulher como "qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico a mulher, tanto na esfera pública quanto na privada", destinando especial atenção para a violência "ocorrida na comunidade e cometida por qualquer pessoa" e, ainda, "perpetrada ou tolerada pelo Estado e seus agentes, onde quer que ocorra".

Da mesma forma, o Acordo de Quito, assinado em 2007 durante a 10a Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe, também faz referência a essa problemática. Nesse documento, o Brasil firmou o compromisso de *adotar medidas legislativas e reformas institucionais para prevenir, punir e erradicar o assédio político e administrativo contra as mulheres que acessam os cargos de decisão por eleição ou nomeação, tanto a nível nacional como local, bem como em partidos e movimentos políticos*.

Posteriormente, em outubro de 2015, o Mecanismo de Seguimento da Convenção de Belém

48 FERNANDEZ, Jackeline. Latinoamérica: leyes contra la violencia política hacia la mujer, el próximo paso a la paridade. 2018. Disponível em: https://www.amnistia.org/ve/blog/2018/04/5876/leyes-contra-la-violencia-politica-el-proximo-paso-hacia-la-paridad

49 COSTA, Teresa Cristina N. Araújo. Caminhando contra o vento – notas sobre a candidatura de Lélia Gonzalez, Ano 1, nº 3, Rio de Janeiro: Comunicações ISER, 1982.

50 ESTADO PLURINACIONAL DE BOLIVIA. Ley n. 243: Ley Contra el Acoso y Violencia Política hacia las Mujeres. Disponível em: https://www.migracion.gob.bo/upload/marcoLegal/leyes/2012_BOL_Ley243.pdf
ESTADO PLURINACIONAL DE BOLIVIA. Ley n. 348: Ley integral para garantizar a las mujeres una vida libre de violência. Disponível em: http://www.justicia.gob.bo/images/stories/pdf/Ley_348_decreto.pdf

51 PERU. Decreto Supremo nº 8/2016. Plan Nacional contra la Violencia de Género. 26 de julho de 2016. Disponível em: https://www.repositoriopncvfs.pe/wp-content/uploads/2016/09/DS-008-2016-mimp-PlanNacionalContraVioleciaG%C3%A9nero.pdf



BOLÍVIA

FOI O PRIMEIRO PAÍS A APROVAR A LEGISLAÇÃO PARA COMBATER A VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA MULHERES

do Pará (MESECVI) emitiu a Declaração sobre a Violência e o Assédio Político contra as Mulheres. Tal declaração reconhece que a paridade política na democracia demanda uma abordagem integral que, além do acesso igualitário entre homens e mulheres a posições de poder, assegure também condições livres de discriminação e violência para exercício dos direitos políticos. O documento afirma ainda que a violência política contra as mulheres cresce com o aumento da participação das mulheres nos espaços de representação política e é uma forma de depreciar ou anular seus direitos políticos.

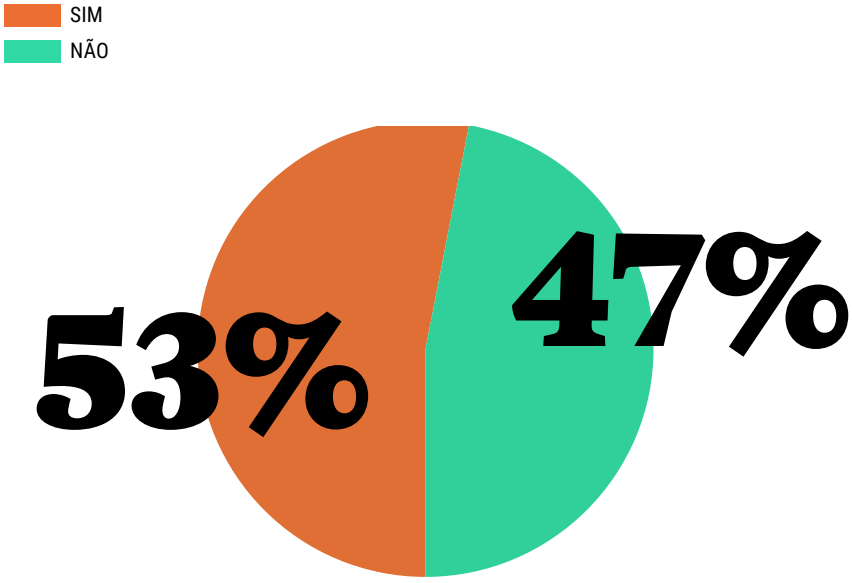
Entendendo que as diferentes formas de assédio e violência política contra as mulheres constrangem sua participação na política, sendo urgente desnaturalizar sua ocorrência para combatê-la, essa seção busca identificar a percepção das prefeitas brasileiras acerca dessa temática.

Assim, foi perguntado às prefeitas se consideram que já sofreram violência ou assédio em sua carreira política pelo simples fato de ser mulher. Observa-se que mais da metade prefeitas eleitas (53%) consideram que sim, enquanto 47% afirmam que não (GRÁFICO 3.9).

GRÁFICO 3.9

Percepção de assédio ou violência política pelo fato de ser mulher

% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE PREFEITAS



FONTE Instituto Alziras, 2018.
PERGUNTA 50 A Senhora considera que já sofreu violência ou assédio em sua carreira política pelo simples fato de ser mulher?
NOTA As respostas em branco foram excluídas da base de cálculo percentual

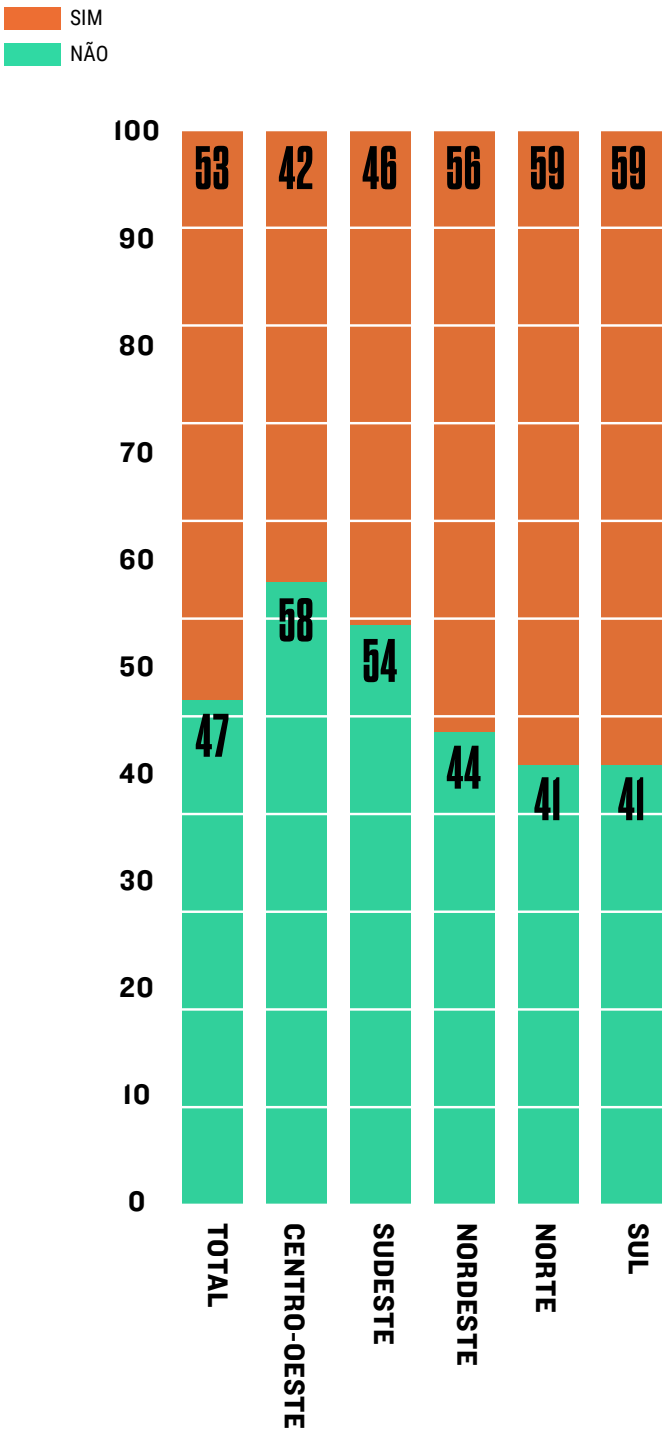
VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA AS MULHERES CRESCE

COM O AUMENTO DA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NOS ESPAÇOS DE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

GRÁFICO 3.10

Percepção de assédio ou violência política por região

% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE PREFEITAS POR REGIÃO

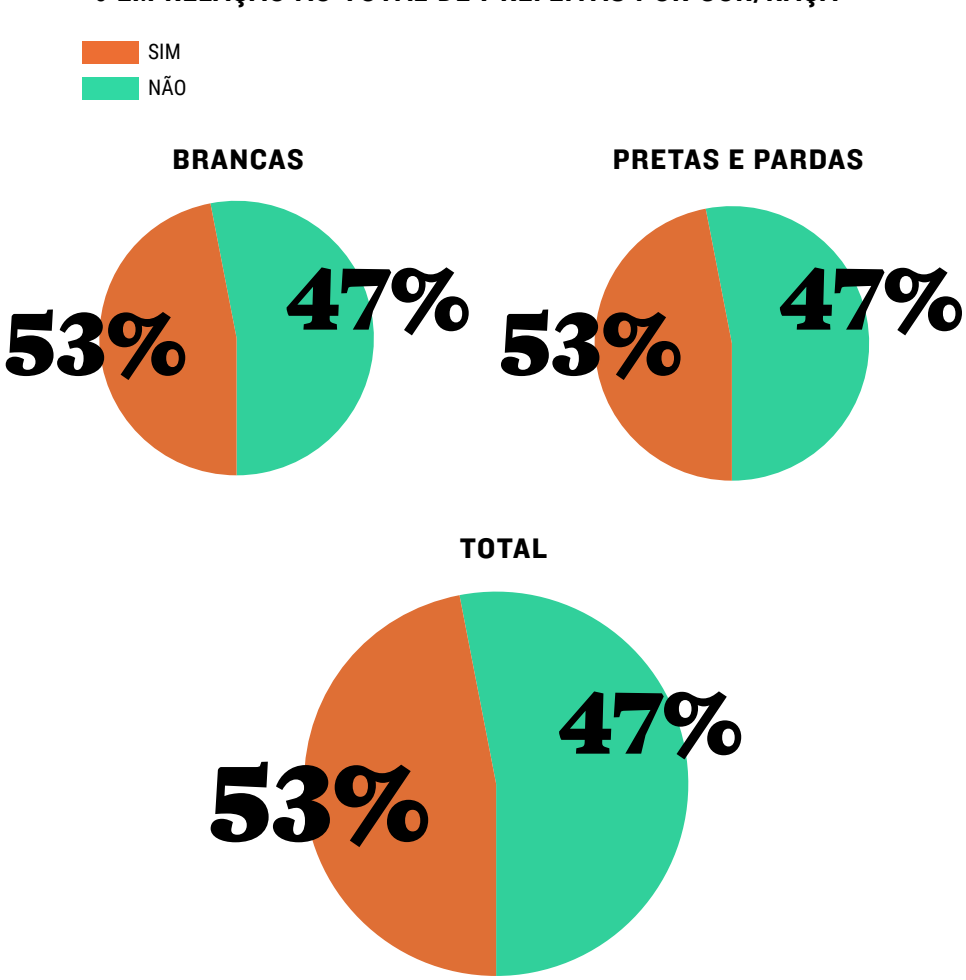


O GRÁFICO 3.10 indica que, do ponto de vista regional, as prefeitas do sul (59%), do norte (59%) e do nordeste (56%) são as que mais consideram ter sofrido violência ou assédio ao longo de sua carreira política, em comparação com a percepção das prefeitas do sudeste (46%) e do centro-oeste (42%).

FONTE Instituto Alziras, 2018. Pergunta 5. Estado (UF) em que é prefeita.
PERGUNTA 50 A Senhora considera que já sofreu violência ou assédio em sua carreira política pelo simples fato de ser mulher?
NOTA As respostas em branco foram excluídas da base de cálculo percentual

GRÁFICO 3.11

Percepção de assédio ou violência política por cor/raça



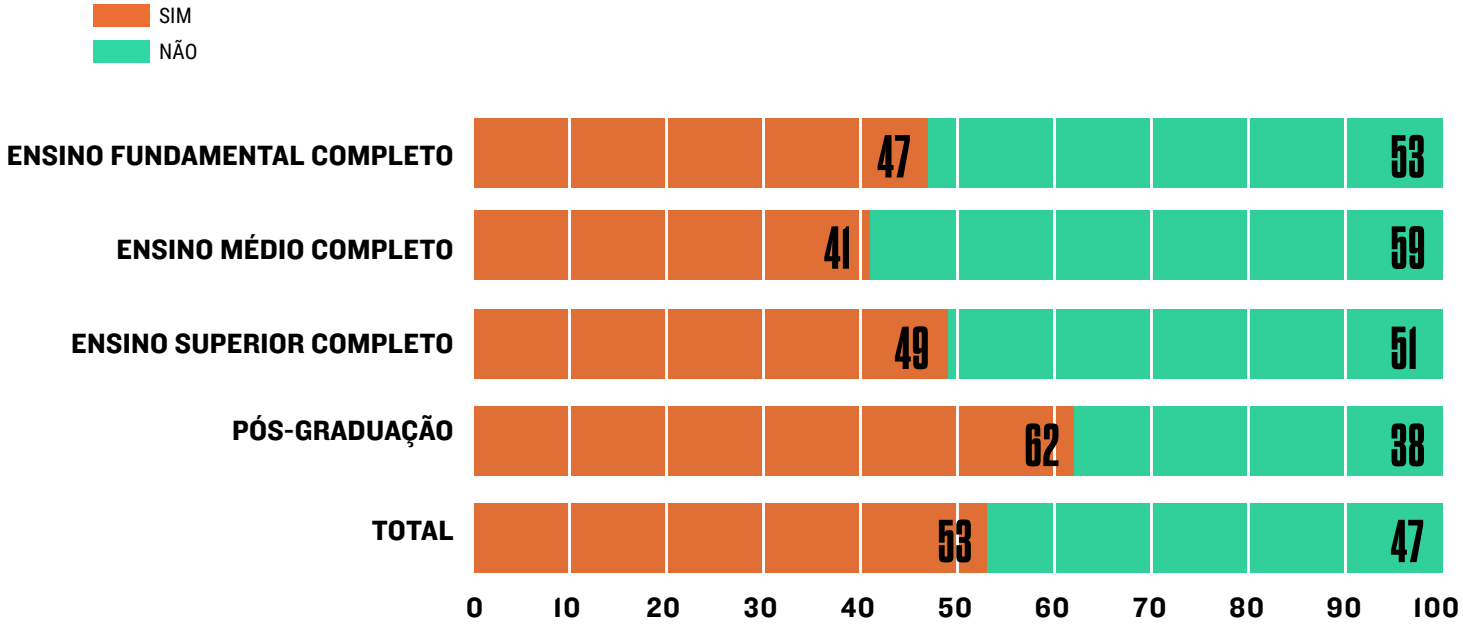
É digno de nota que o assédio e a violência política são percebidos no mesmo patamar pelas prefeitas que se autodeclararam brancas (53%) e pelas que se autodeclararam pretas e pardas (53%) como demonstra o GRÁFICO 3.11.

FONTE Instituto Alziras, 2018.
PERGUNTA 6 Qual a sua cor/raça?
PERGUNTA 50 A Senhora considera que já sofreu violência ou assédio em sua carreira política pelo simples fato de ser mulher?
NOTA 1 Somadas, as prefeitas que se autodeclararam indígenas e amarelas totalizaram apenas 14 mulheres. Essa amostra pequena impossibilitou que fossem realizadas extrapolações estatísticas para o universo de prefeitas, o que inviabilizou a análise dos dados para esses grupos populacionais no âmbito desta pesquisa.
NOTA 2 Em termos de classificação racial, por termos adotado no questionário de coleta de dados as categorias de cor/raça do IBGE, optamos por apresentar as categorias "pretas e pardas" somadas sem designá-las como "negras", já que a categoria "parda" não designa apenas ascendência de pretos e brancos, mas também inclui a miscigenação de brancos e indígenas e brancos e asiáticos. No entanto, é fundamental destacar que há um amplo debate entre os pesquisadores sobre utilizar a categoria analítica "negra" como a somatória das estatísticas relativas às variáveis do IBGE "pretos" e "pardos" no quesito raça/cor (ou seja, não brancos, não indígenas e não amarelos). Para informações mais aprofundadas, ver: Saboia & Petrucceli, 2013: "Características Étnico-Raciais da População: classificações e identidades" (https://servicodados.ibge.gov.br/Download/Download.ashx?http=1&u=biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63405.pdf). O Estatuto da Igualdade Racial, Lei 12.288 de 20/07/2010 também estabelece como população negra "o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)", disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm
NOTA 3 As respostas em branco foram excluídas da base de cálculo percentual

GRÁFICO 3.12

Percepção de assédio ou violência política por escolaridade

% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE PREFEITAS POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE



A parcela de prefeitas que afirma ter sido vítima de assédio ou violência política é maior nos níveis de escolaridade mais altos. Enquanto 41% das prefeitas com ensino médio completo relatam ter sofrido violência ou assédio em sua carreira política pelo simples fato de ser mulher, essa proporção cresce para 47% das mulheres com ensino fundamental, 49% das prefeitas com ensino superior completo e 62% daquelas com pós-graduação (GRÁFICO 3.12).

FONTE Instituto Alziras, 2018.
PERGUNTA 7 Qual é o nível de escolaridade mais alto que a Senhora completou?
PERGUNTA 50 A Senhora considera que já sofreu violência ou assédio em sua carreira política pelo simples fato de ser mulher?
NOTA As respostas em branco foram excluídas da base de cálculo percentual

41%

DAS PREFEITAS COM ENSINO MÉDIO COMPLETO RELATAM TER SOFRIDO VIOLÊNCIA OU ASSÉDIO NA POLÍTICA

47%

DAS PREFEITAS COM ENSINO FUDNAMENTAL COMPLETO RELATAM TER SOFRIDO VIOLÊNCIA OU ASSÉDIO NA POLÍTICA

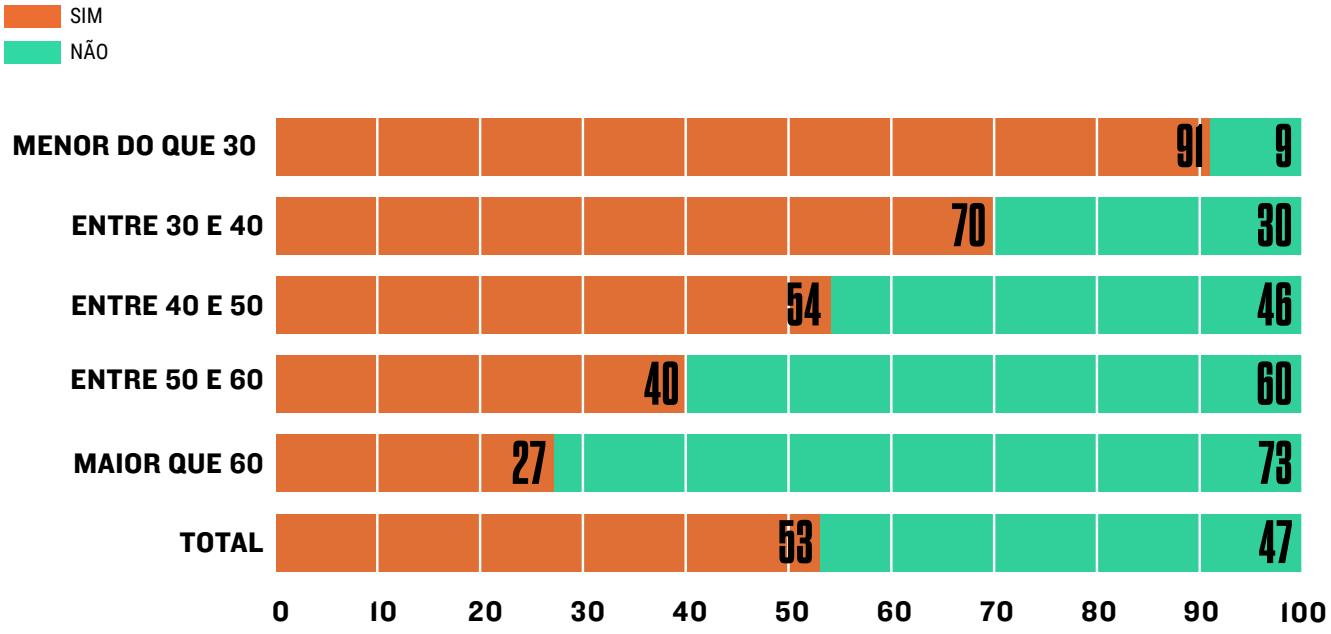
62%

DAS PREFEITAS COM PÓS-GRADUAÇÃO RELATAM TER SOFRIDO VIOLÊNCIA OU ASSÉDIO NA POLÍTICA

GRÁFICO 3.13

Percepção de assédio ou violência política por faixa etária

% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE PREFEITAS POR FAIXA ETÁRIA



FONTE Instituto Alziras, 2018.
PERGUNTA 50. A Senhora considera que já sofreu violência ou assédio em sua carreira política pelo simples fato de ser mulher?
NOTA 1 As informações de faixa etária foram extraídas da base de dados do Tribunal Superior Eleitoral.
NOTA 2 As respostas em branco foram excluídas da base de cálculo percentual

A percepção sobre assédio e violência política é maior quanto mais jovens forem as prefeitas (GRÁFICO 3.13). Enquanto a ampla maioria das prefeitas eleitas com menos de 30 anos afirma ter sofrido violência ou assédio em sua carreira política pelo simples fato de ser mulher (91%), esse percentual se reduz para 40% no grupo de prefeitas entre 50 e 60 anos e cai ainda mais, para 27% nas governantes acima de 60 anos.

PERCEPÇÃO SOBRE ASSÉDIO E VIOLÊNCIA POLÍTICA

É MAIOR QUANTO

MAIS JOVENS

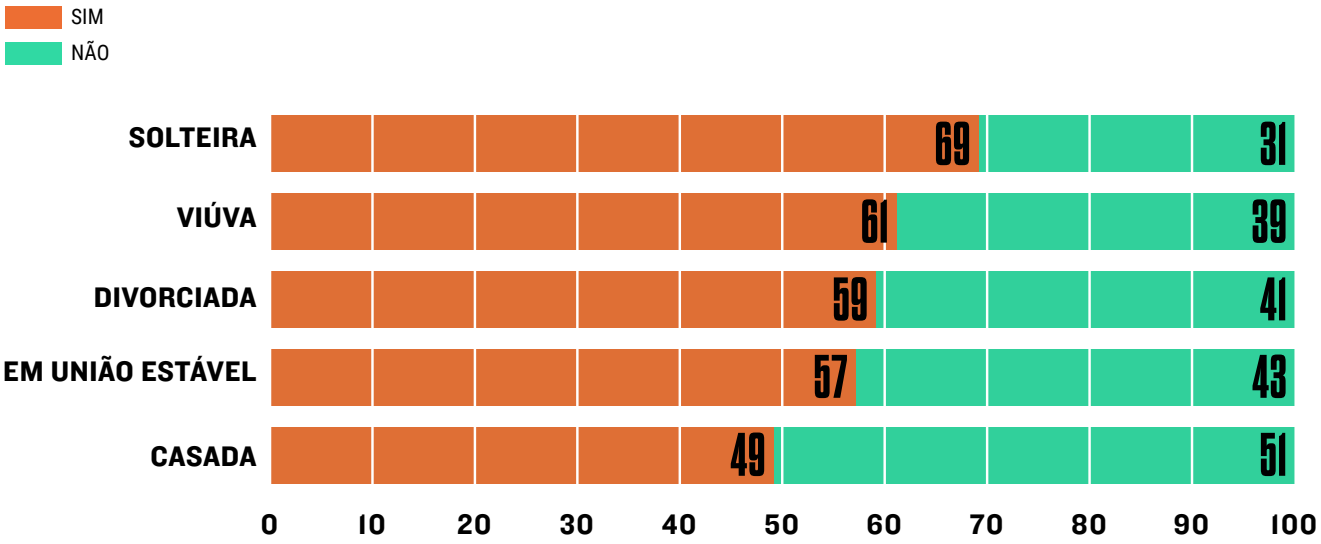
FOREM AS PREFEITAS

Em relação ao estado civil, a proporção de prefeitas que consideram que já sofreram violência ou assédio em sua carreira política pelo simples fato de ser mulher é menor entre as casadas (49%) e em união estável (57%) do que entre as divorciadas (59%), viúvas (61%) e as solteiras (69%), conforme demonstra o GRÁFICO 3.14.

GRÁFICO 3.14

Percepção sobre assédio ou violência política por estado civil

% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE PREFEITAS POR ESTADO CIVIL



FONTE Instituto Alziras, 2018. Pergunta 11. Qual o seu estado civil?
PERGUNTA 50 A Senhora considera que já sofreu violência ou assédio em sua carreira política pelo simples fato de ser mulher?
NOTA As respostas em branco foram excluídas da base de cálculo percentual

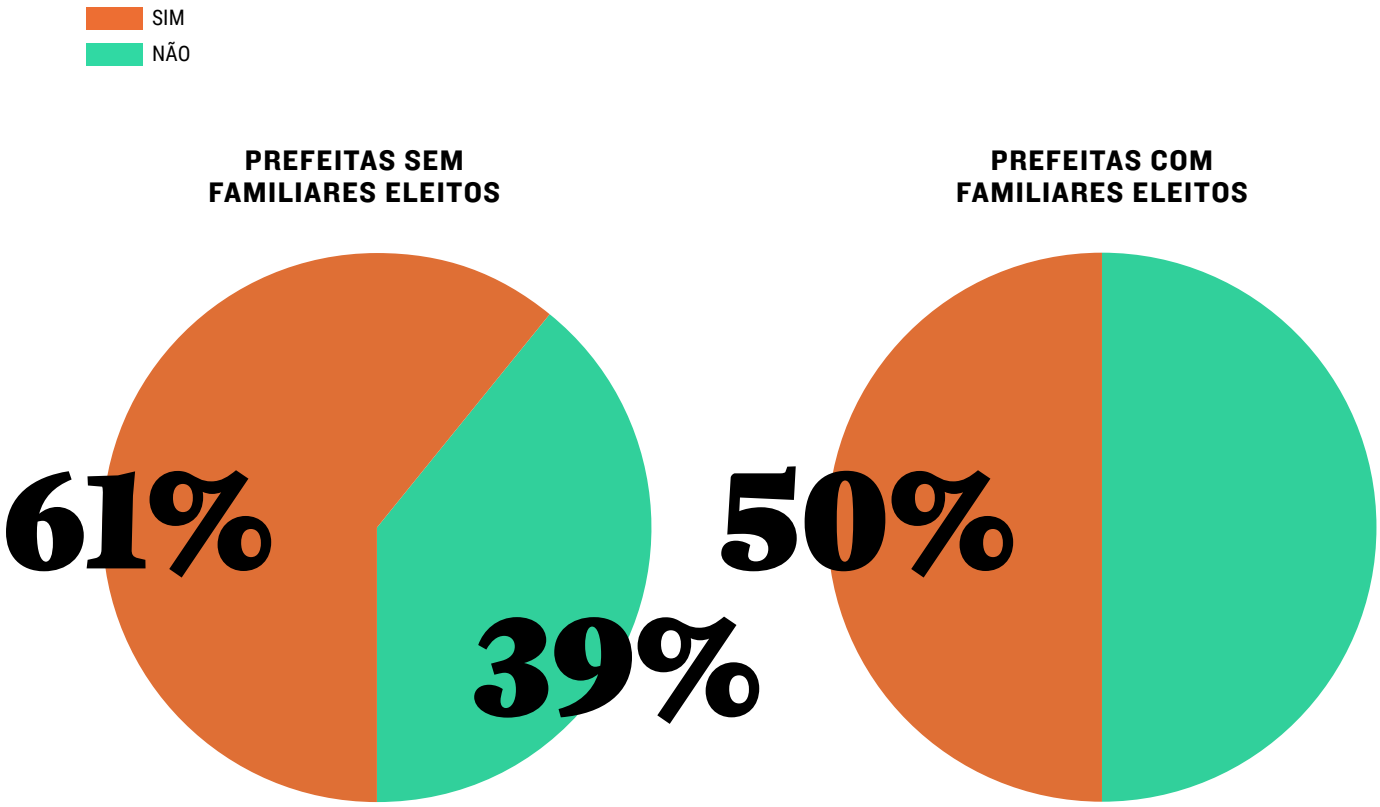
49%
DAS PREFEITAS CASADAS AFIRMAM QUE SOFRERAM ASSÉDIO OU VIOLÊNCIA POLÍTICA

69%
DAS PREFEITAS SOLTEIRAS AFIRMAM QUE SOFRERAM ASSÉDIO OU VIOLÊNCIA POLÍTICA

GRÁFICO 3.15

Percepção de assédio ou violência política por familiares eleitos

% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE PREFEITAS



FONTE Instituto Alziras, 2018.
PERGUNTA 50 A Senhora considera que já sofreu violência ou assédio em sua carreira política pelo simples fato de ser mulher?
PERGUNTA 39 Possui pai que já foi eleito para exercer cargo público?
PERGUNTA 40 Possui mãe que já foi eleito para exercer cargo público?
PERGUNTA 41 Possui algum avô ou avó que já foi eleito para exercer cargo público?
PERGUNTA 42 Possui algum cônjuge/esposo(a) que já foi eleito para exercer cargo público?
PERGUNTA 43 Possui algum sogro ou sogra que já foi eleito para exercer cargo público?
NOTA As respostas em branco foram excluídas da base de cálculo percentual

Outro fator interessante é que, dentre as prefeitas que não possuem familiares eleitos, 61% consideram ter sofrido violência ou assédio em sua carreira política, percentual que diminui 11 pontos entre as prefeitas com algum familiar eleito (50%).

PREFEITAS SEM FAMILIARES NA POLÍTICA

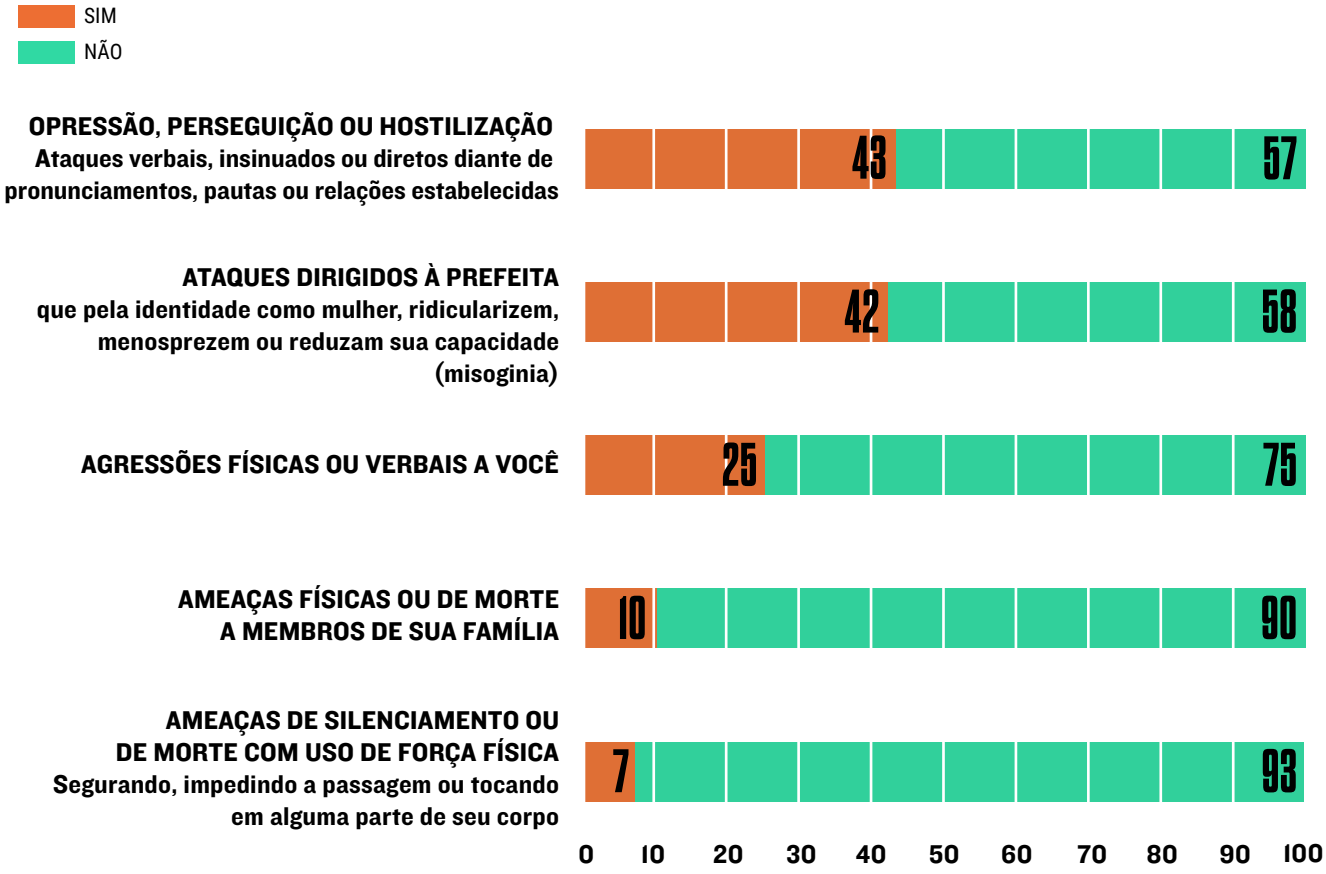
PERCEBEM QUE SÃO MAIS ALVO DE

VIOLÊNCIA

GRÁFICO 3.16

Tipos de violência política sofrida pelo fato de ser mulher

% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE PREFEITAS



FONTE Instituto Alziras, 2018.
PERGUNTA 51. Caso queira, assinale até 03 (três) principais violências e/ou assédios sofridos pela Senhora.
NOTA 1 As respostas em branco foram excluídas da base de cálculo percentual

Os dados apresentados revelam graus de percepção de violência política distintos, a partir de recortes específicos e disparam um campo de investigação importante para explicar os resultados obtidos, tanto do ponto de vista quantitativo como também qualitativo.

Ao indicarem até três principais violências e/ou assédios sofridos, a maior parte das prefeitas (43%) afirmou já ter sido vítima de ataques verbais insinuados ou diretos diante de pronunciamentos, pautas ou relações estabelecidas por elas e 42% declararam ter sido alvo de ataques que as tenham ridicularizado, menosprezado ou reduzido sua capacidade, a partir de sua identidade como mulher (misoginia). É digno de nota que 1 em cada 4 prefeitas (25%) tenha sofrido agressões físicas ou verbais, enquanto 10% possuem familiares alvos de ameaças físicas ou de morte e outros 7% afirmam ter sido elas mesmas vítimas de ameaça de silenciamento ou morte com uso de força física.

Chama atenção também o fato de que, dentre as prefeitas que disseram que não sofreram violência ou assédio em sua carreira política pelo simples fato de ser mulher, 19 acabaram assinalando, na pergunta seguinte, que já foram vítimas de ataques misóginos, 11 sofreram agressões físicas ou verbais, 10 foram alvo de opressão, perseguição ou hostilização e 4 tiveram familiares ameaçados, o que indica que elas podem ter sofrido algum tipo de violência política, apesar de não a reconhecerem como tal, conforme indica a TABELA 3.2:

TABELA 3.2

Itens assinalados por parte das prefeitas que responderam que não sofreram violência ou assédio em sua carreira política pelo simples fato de ser mulher

	QTDE (N)	(%)
ATAQUES DIRIGIDOS A VOCÊ QUE, PELA SUA IDENTIDADE COMO MULHER, TE RIDICULARIZEM, MENOSPREZEM OU REDUZAM A SUA CAPACIDADE (MISOGINIA)	19	7%
AGRESSÕES FÍSICAS OU VERBAIS A VOCÊ	11	4%
OPRESSÃO, PERSEGUIÇÃO OU HOSTILIZAÇÃO (ATAQUES VERBAIS, INSINUADOS OU DIRETOS) DIANTE DE PRONUNCIAMENTOS, PAUTAS OU RELAÇÕES POR VOCÊ ESTABELECIDAS	10	3%
AMEAÇAS FÍSICAS OU DE MORTE A MEMBROS DE SUA FAMÍLIA	4	2%

FONTE Instituto Alziras, 2018.
PERGUNTA 50 A Senhora considera que já sofreu violência ou assédio em sua carreira política pelo simples fato de ser mulher?
PERGUNTA 51 Caso queira, assinale até 03 (três) principais violências e/ou assédios sofridos pela Senhora.

Além disso, procurou-se identificar também alguma relação entre a carreira política das prefeitas e a incidência de assédio e violência política em sua trajetória. Buscou-se verificar, por exemplo, se a percepção de assédio e violência política seria mais frequente entre as mulheres que disputaram e/ou venceram uma quantidade maior de eleições. No entanto, não foi possível confirmar essa hipótese diante dos dados coletados, já que prefeitas com as mais diferentes trajetórias políticas mencionaram ter sofrido assédio ou violência em sua carreira pelo simples fato de ser mulher, o que denota que o ambiente político acaba sendo hostil para mulheres de experiências políticas mais variadas, independentemente de serem principiantes ou mais experientes nesses espaços.

Durante o período de coleta dos dados para a realização dessa pesquisa, os relatos de assédio e violência foram múltiplos. Diante de tantas histórias, é importante lembrar que toda mulher tem direito a uma vida livre de violência, seja na esfera pública ou na privada[52]. No Brasil, o acúmulo em torno do debate a respeito das múltiplas formas de violência sofridas pelas mulheres acabou gerando a Lei Maria da Penha. No entanto, a violência política contra as mulheres ainda precisa ser adequadamente discutida e endereçada na agenda pública para o necessário aprimoramento do nosso modelo democrático.

A proposta de avançar rumo à Democracia Paritária[53] supõe que tanto paridade quanto a igualdade substantiva entre homens e mulheres se constituam como os dois eixos estruturantes do Estado inclusivo. Sua consolidação implica relações equitativas de gênero, assim como também de etnia[54], de status socioeconômico e outras que permitam o igual gozo e desfrute de direitos.

A tudo isso, soma-se a urgência de uma observação mais pormenorizada sobre como a violência e o assédio político sofrido por mulheres se relacionam com outras formas violências estruturais da sociedade brasileira. Essas análises não podem se restringir à observação do fenômeno, do agressor e da vítima, sendo emergencial que se aprofundem as interpretações sobre as estruturas que produzem e permitem a perpetuação dessas múltiplas formas de violência contra as mulheres tanto na esfera privada quanto na vida pública.

TODA MULHER

TEM DIREITO A UMA VIDA

LIVRE DE VIOLÊNCIA

SEJA NA ESFERA PÚBLICA OU NA PRIVADA

52 Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (Adotada em Belém do Pará, Brasil, em 9 de junho de 1994 no Vigésimo Quarto Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral da Comissão Interamericana de Direitos Humanos).

53 Na Cidade do Panamá em 28 de novembro de 2015, o Parlamento Latino-Americano e do Caribe (Parlatino) aprovou, na sua Assembleia Geral de 2015, o Marco Normativo para a consolidar a Democracia Paritária para a implementação de reformas institucionais e políticas que promovam e assegurem a igualdade substantiva entre homens e mulheres em todas as esferas de tomada de decisão.

54 Dados da Rede Umunna, disponibilizados na plataforma http://mulheresnegrasdecidem.org nos apresentam que, embora as mulheres negras sejam o maior grupo populacional no Brasil (27%), estas são menos de 2% no Congresso e de 3% nas Prefeituras no Brasil, conforme o mapa étnico racial das mulheres na política local brasileira, produzido pela Confederação Nacional dos Municípios.

Políticas Públicas e Prioridades de Governo das Prefeitas no Brasil

CAPÍTULO 4

O presente capítulo trata do último ponto pesquisado junto às chefes do poder executivo municipal:

suas prioridades de governo, com especial atenção para as ações específicas voltadas para mulheres e para a promoção do desenvolvimento sustentável na agenda municipal.

Para olhar para os resultados encontrados na pesquisa, é preciso considerar que 91% das Prefeitas estão concentradas em municípios com até 50 mil habitantes e 71% em municípios com menos de 20 mil habitantes, realidade compatível com o perfil dos municípios brasileiros. São municípios que lidam com desafios próprios em termos de políticas públicas, em função de suas especificidades e de sua disponibilidade orçamentária, já que tendem a possuir baixa arrecadação e dependem de diversos repasses federais e estaduais. Além do mais, o município é onde a vida do cidadão de fato acontece e, no âmbito do pacto federativo, compete aos municípios manter programas de educação infantil e de ensino fundamental e prestar serviços de atendimento à saúde, ainda que em cooperação com a União e os estados, como preconiza a Constituição Federal.

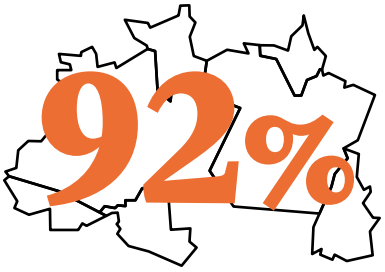
Perguntadas sobre as três áreas consideradas prioritárias em seu atual mandato, 85,2% das Prefeitas mencionaram a saúde, seguida pela educação (84,9%) e administração / gestão pública (42,5%), como as prioridades de governo. Em quarto e quinto lugar, foram citadas a assistência social e a agricultura e pecuária, com 31,9% e 13,7%, respectivamente (GRÁFICO 4.1). Vale destacar o fato da administração/ gestão pública ter ficado em terceiro lugar no ranking de prioridades, antes da assistência social, uma pasta tradicionalmente associada às mulheres no senso comum.

No outro extremo, estão mobilidade urbana e transporte, apontados como prioritários por apenas 2,3% das Prefeitas, planejamento urbano e defesa civil (2,9%), gestão ambiental (3,9%), cultura (4,3%), turismo (5,6%) e esporte e lazer (5,9%). Entre esses dois grupos, constam os temas: segurança pública (9,2%), saneamento básico (8,7%), habitação (7,7%) e trabalho, indústria, comércio e serviços (7,1%).

Em termos regionais, saúde e educação se mantém como os dois temas mais frequentemente apontados como prioritários pelas Prefeitas em todas as regiões brasileiras (GRÁFICO 4.2). Em relação à educação, a região Norte apresentou maior percentual (92%) e a região Sul o menor (78%). No que diz respeito à saúde, os percentuais de cada região foram bastante semelhantes à média nacional, sendo o maior percentual na região Norte (89%) e o menor no Nordeste (83%).

Nas demais áreas prioritárias, algumas especificidades regionais merecem ser destacadas. A agricultura e pecuária, por exemplo, com 14% de frequência de respostas no nível nacional, foi considerada tema prioritário por 29% das Prefeitas da região Sul e por apenas 6% das Prefeitas da região Centro-Oeste.

Já habitação, que no total nacional foi citado por 8% das Prefeitas como área prioritária, foi mencionada por 19% das Prefeitas da região Centro-Oeste, 11 pontos percentuais acima da média nacional, enquanto na região Norte, foi mencionada por apenas 3% das Prefeitas.



DAS PREFEITAS DO NORTE APONTARAM EDUCAÇÃO COMO TEMA PRIORITÁRIO

EDUCAÇÃO E SAÚDE

DOIS TEMAS MAIS APONTADOS COMO PRIORIDADE

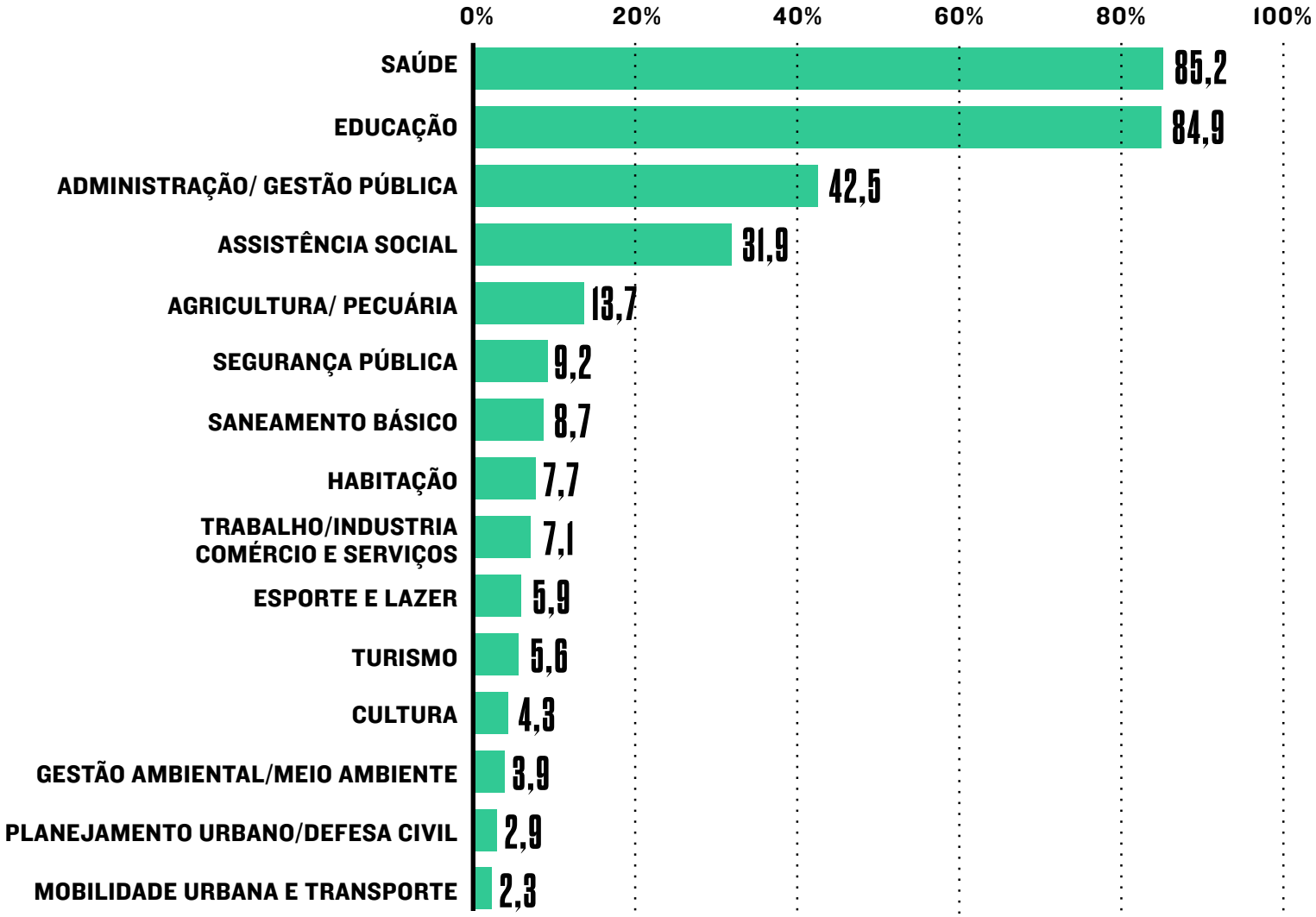
83%

DAS PREFEITAS DO NORDESTE CONSIDERAM SAÚDE UM TEMA PRIORITÁRIO

GRÁFICO 4.1

Prefeitas por prioridades de governo

% DO TOTAL POR FREQUÊNCIA DE MENÇÃO À ÁREA PRIORITÁRIA



FONTE Instituto Alziras, 2018.
PERGUNTA 52 Assinale 03 (três) áreas consideradas prioritárias em seu atual mandato.

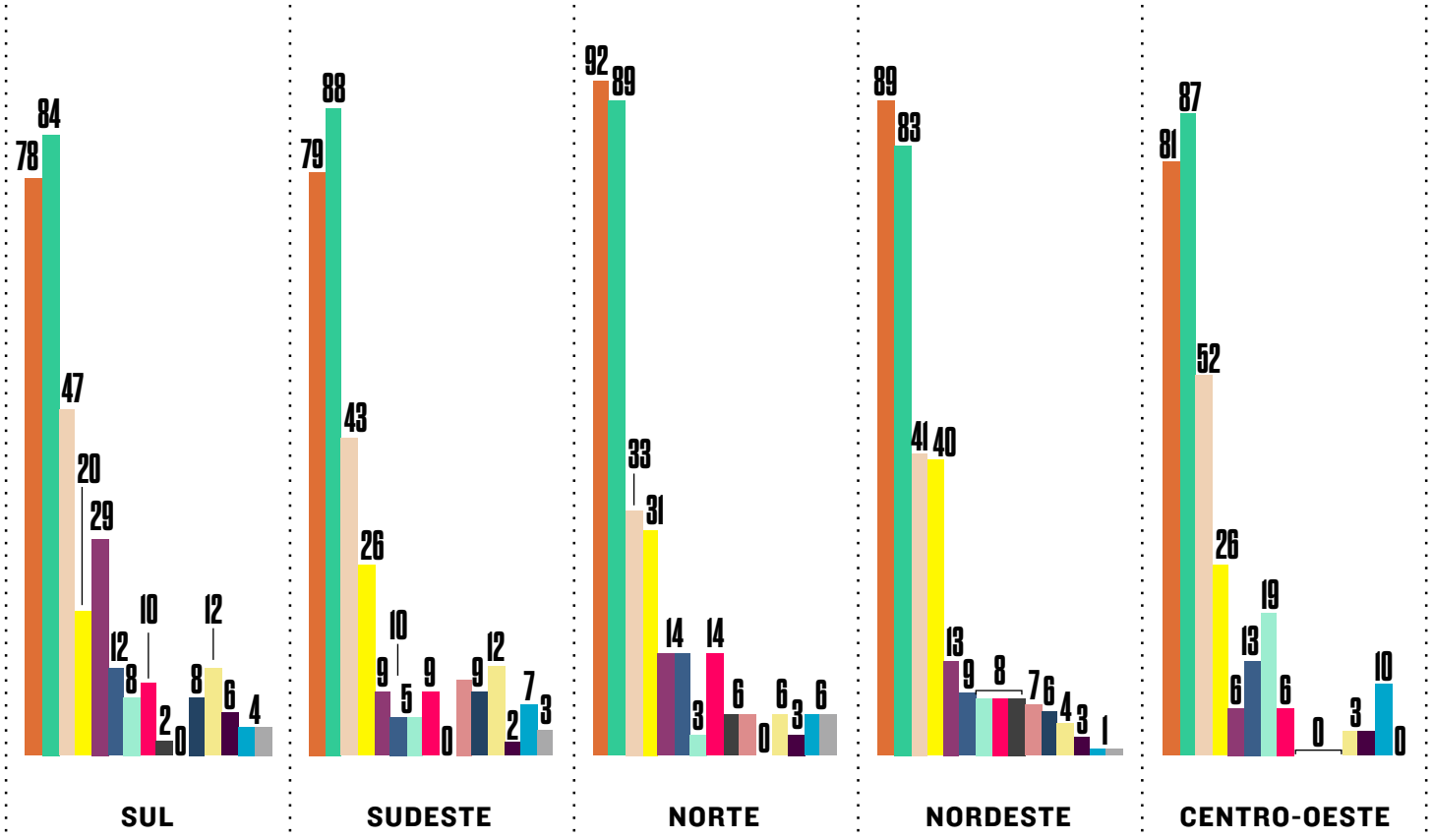
Algumas áreas não foram destacadas em determinadas regiões. No Centro-Oeste, cultura, esporte e lazer, turismo, mobilidade urbana e transporte não foram considerados entre as três prioridades por nenhuma Prefeita. No Sul, o tema esporte e lazer não foi mencionado. Na região Norte, o turismo não recebeu menções e, no Sudeste, cultura não foi priorizada em nenhum caso. Isso não significa que as áreas não sejam consideradas no escopo dos planos de governo das Prefeitas e que não tenham importância, mas apenas que não constam como as três políticas prioritárias nessas regiões, considerando-se a margem de erro da amostra estudada[55].

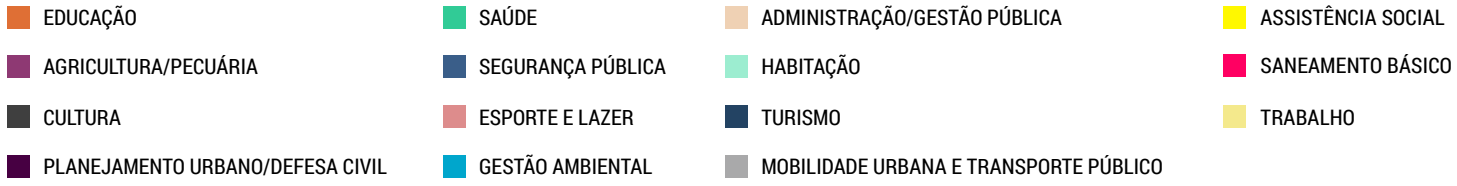
55 Ver Notas Metodológicas.

GRÁFICO 4.2

Prefeitas por prioridades de governo e por região

% DO TOTAL POR FREQUÊNCIA DE MENÇÃO À ÁREA PRIORITÁRIA POR REGIÃO



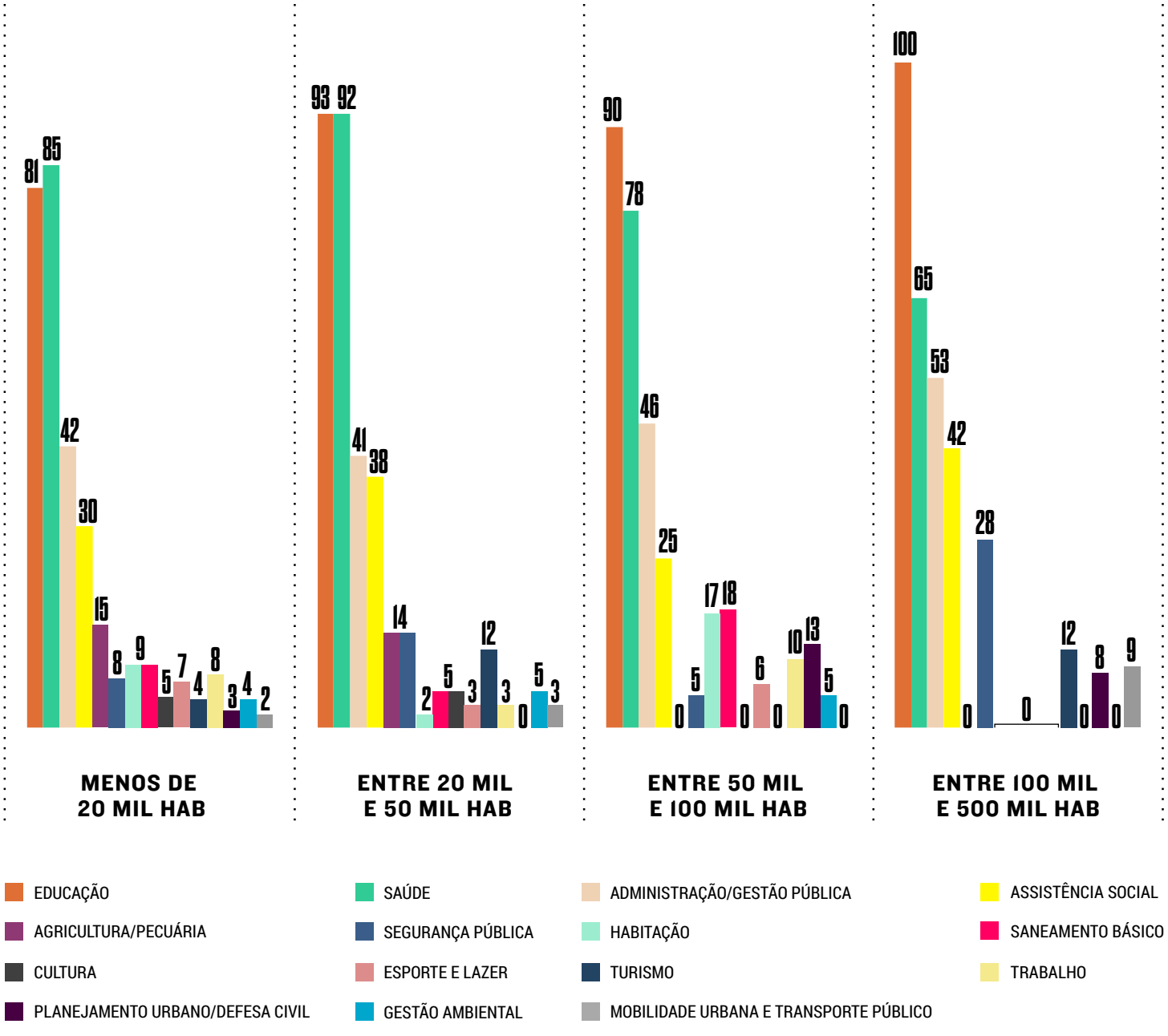


FONTE Instituto Alziras, 2018.
PERGUNTA 52 Assinale 03 (três) áreas consideradas prioritárias em seu atual mandato.

GRÁFICO 4.3

Prefeitas por prioridade de governo e por porte populacional do município

% DO TOTAL POR FREQUÊNCIA DE MENÇÃO À ÁREA PRIORITÁRIA POR PORTE POPULACIONAL



FONTE Instituto Alziras, 2018 e IBGE.

Quando analisados os temas prioritários por porte populacional do município, novamente educação e saúde permanecem na liderança do ranking. Entretanto, algumas variações se destacam (GRÁFICO 4.3). Em municípios maiores, a frequência de menção à saúde cai consideravelmente. Nos municípios entre 50 mil e 100 mil habitantes, e nos municípios entre 100 mil e 500 mil habitantes, o percentual cai de 85% para 78% e 65%, respectivamente.

Em relação ao tema administração/gestão pública, destacam-se os municípios com número de habitantes entre 100 mil e 500 mil, em que a frequência de menção chega a 53% das Prefeitas. Já a agricultura e pecuária foram citadas exclusivamente por Prefeitas que governam municípios de até 50 mil habitantes. Em relação à segurança pública, o percentual de Prefeitas que mencionaram a área como prioritária aumenta com o porte populacional dos municípios. Entre aqueles com 100 mil e 500 mil habitantes, 28% mencionaram segurança pública como um tema prioritário, ainda que não seja uma competência atribuída constitucionalmente aos municípios.

Em municípios entre 50 mil e 100 mil habitantes, destaca-se uma elevação em relação ao percentual geral de temas relacionados à infraestrutura das cidades e urbanismo. Nos municípios geridos por mulheres dentro dessa faixa populacional, 18% destacaram saneamento como uma prioridade, 17% habitação e 13% planejamento urbano/defesa civil, percentuais acima dos 9%, 8% e 3%, respectivamente, do total nacional.

A pesquisa também solicitou às Prefeitas que informassem até três dos compromissos assumidos durante a campanha eleitoral. A partir das respostas abertas, procurou-se agrupar as promessas bem específicas em grandes áreas de compromisso, a partir de uma análise qualitativa das respostas. Foram agrupados como "Outros" os compromissos que não puderam ser quali-

AGRICULTURA E PECUÁRIA

PRIORIDADES CITADAS EXCLUSIVAMENTE POR PREFEITAS DE MUNICÍPIOS ATÉ 50 MIL HABITANTES

18%

DOS MUNICÍPIOS ENTRE 50 MIL E 100 MIL HABITANTES DESTACARAM

SANEAMENTO

COMO PRIORIDADE

GESTÃO PÚBLICA

PRIORIDADE MAIS CITADA POR PREFEITAS DE MUNICÍPIOS ENTRE 100 MIL E 500 MIL HABITANTES

ficados em categorias tradicionais, que representavam muitas áreas de governo diferentes dentro da mesma resposta ou que apareceram uma única vez, não justificando a criação de uma categoria própria. Por exemplo, respostas como "continuidade das políticas públicas existentes" ou "prometi fazer o meu melhor" foram agrupados nessa categoria.

Observa-se que novos temas vieram à tona a partir dessa pergunta (GRÁFICO 4.4), ainda que saúde (65,8%) e educação (57,7%), assim como nas áreas prioritárias de governo, permaneçam como os compromissos de campanha mais frequentemente citados. Entre os novos temas que emergiram estão obras e infraestrutura (28,5%), compromissos relacionados ao combate à corrupção (4,6%), zeladoria (1,8%), qualidade de vida (1,8%) e cidades inteligentes (0,7%). As respostas também permitiram qualificar melhor algumas categorias utilizadas na pergunta sobre áreas prioritárias de governo. Assim, agricultura / pecuária foram aqui agrupados como agropecuária e desenvolvimento rural.

Obras e Infraestrutura (28,5%) aparecem como o terceiro compromisso de campanha mais mencionado, sendo que, dentro dessa categoria, 58% das respostas correspondem a promessas relacionadas a pavimentação asfáltica, calçamento e estradas vicinais.

Em administração, com 26,3% das menções, 30% das promessas dentro da categoria dizem respeito a pagamento da folha em dia, 20% a implementação de uma gestão transparente e 14% a melhorias e modernização da gestão. A valorização de servidores públicos aparece em quarto lugar, com 11% de respostas dentro da categoria, incluindo promessas relacionadas a aumento salarial, capacitação e plano de cargos e salários.

Em agropecuária e desenvolvimento rural (14,2%), 30% das menções dizem respeito ao apoio à agricultura familiar e 15% a promessas relacionadas à infraestrutura no campo.

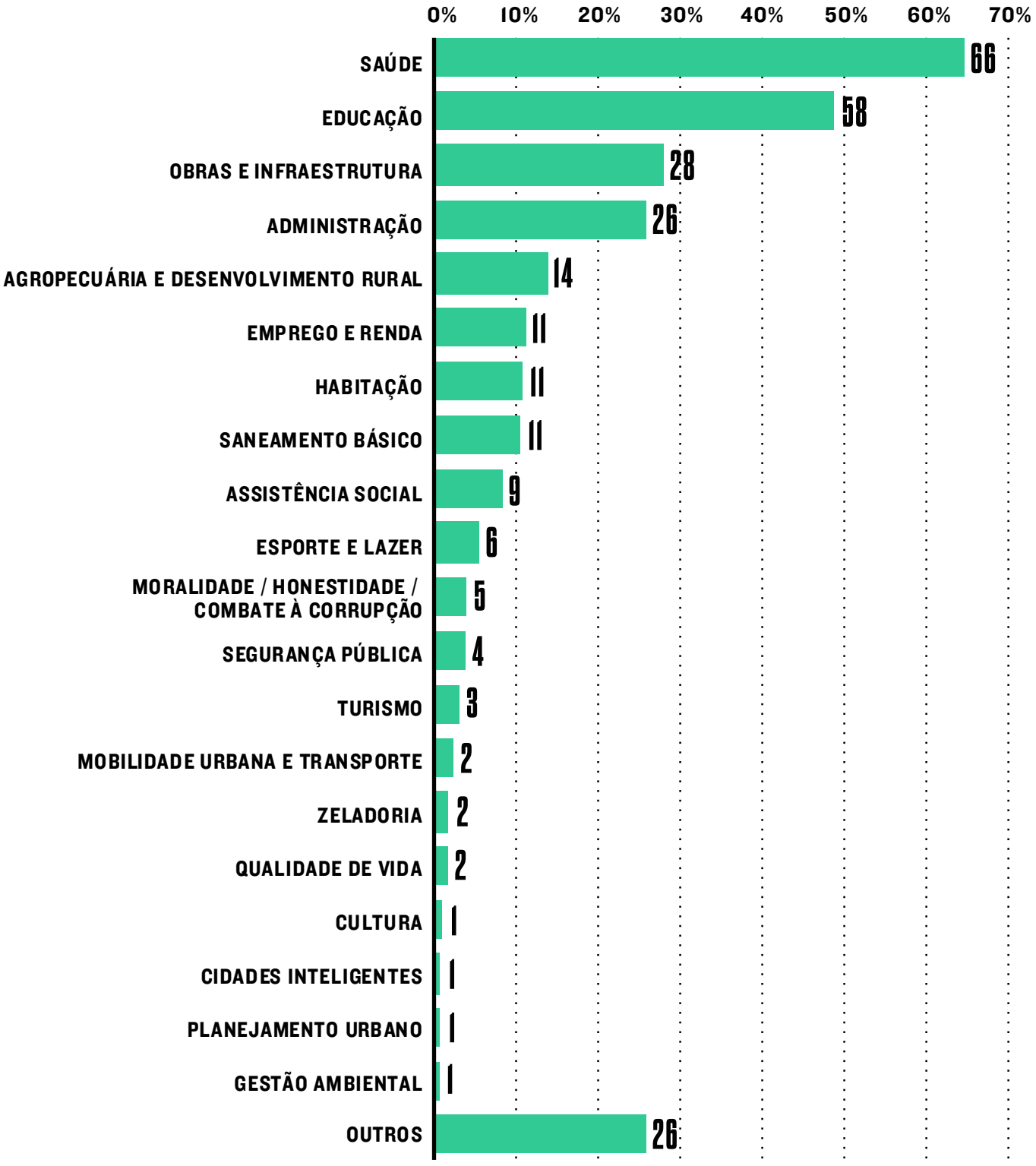
Em saúde e educação, a maioria das menções foram compromissos gerais de melhoria das respectivas áreas. Menções específicas na saúde aparecem bastante pulverizadas, com 9% de compromissos relacionados a novas unidades de saúde (construção, aquisição, reativação), assim como compromissos relacionados ao aumento dos investimentos, melhoria da qualidade do atendimento e garantida de mais médicos plantonistas ou de especialidades, todos com 4% cada.

Na educação, onde as menções específicas também estão bastante diluídas dentro da categoria, destacam-se: a construção de creches ou ampliação de vagas em educação infantil com 9%, a melhoria da qualidade do ensino com 8% e a valorização dos professores, envolvendo pagamento do piso nacional do magistério, equiparação salarial e capacitação, com 7%.

GRÁFICO 4.4

Prefeitas por compromissos de campanha

% DO TOTAL POR FREQUÊNCIA DE MENÇÃO À ÁREA DE COMPROMISSO

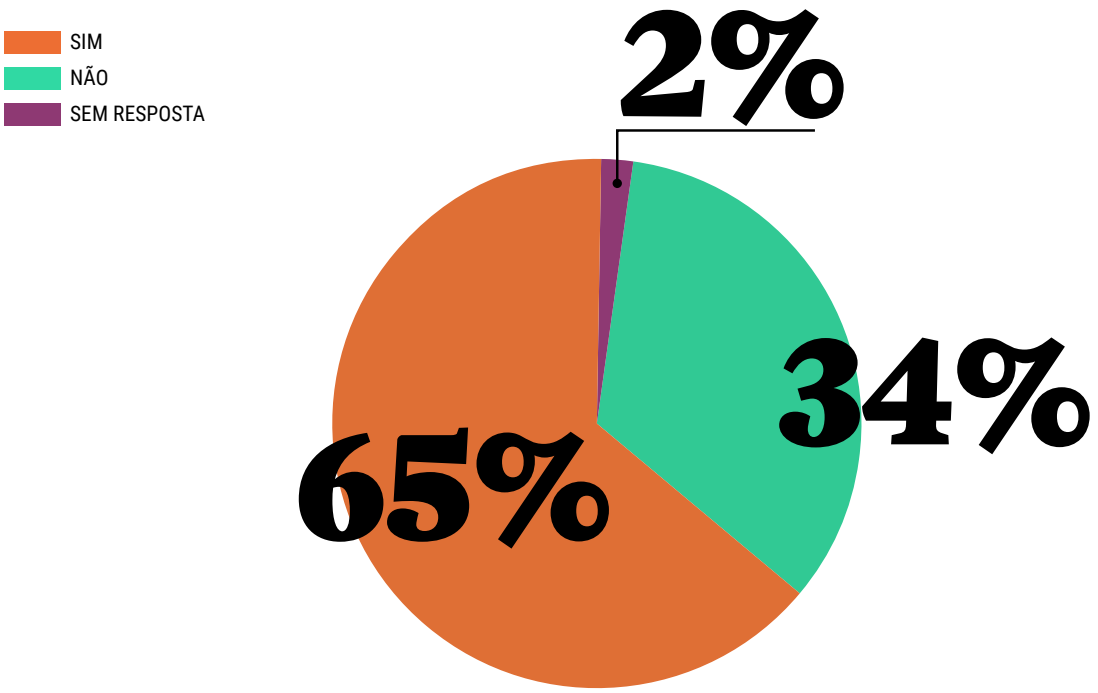


FONTE Instituto Alziras, 2018.
PERGUNTA 53 Cite até 03 (três) dos seus compromissos de campanha.

GRÁFICO 4.5

Prefeitas por conhecimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

% SOBRE O TOTAL DE PREFEITAS



FONTE Instituto Alziras, 2018.
PERGUNTA 59 A Senhora tem conhecimento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, da Organização das Nações Unidas (ONU) que definiu 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o mundo?
NOTA Os percentuais foram arrendondados e, por isso, não somam 100%.

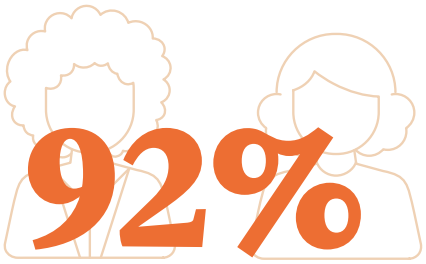
Um tema particularmente importante na agenda de desenvolvimento global são os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). Os ODS fazem parte da nova Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, lançada em 2015 e adotada por diversos países, incluindo o Brasil. A Agenda 2030 propõe uma ação mundial coordenada entre os governos, as empresas, a academia e a sociedade civil para erradicar a pobreza e promover vida digna para todos e todas, dentro dos limites do planeta[56]. São 17 objetivos estabelecidos, desdobrados em 169 metas, envolvendo temáticas diversificadas como: erradicação da pobreza, segurança alimentar e agricultura, saneamento, mudanças climáticas, cidades sustentáveis, energia, saúde, educação, redução das desigualdades, crescimento econômico, infraestrutura e industrialização, entre outras.

Quando perguntadas se tinham conhecimento dos ODS, 65% das Prefeitas afirmam conhecê-los (GRÁFICO 4.5). Trata-se de um percentual alto se considerada a diversidade, dispersão territorial e porte dos municípios governados por Prefeitas. Ainda assim, os dados demonstram a possibilidade de aprofundar a disseminação da Agenda 2030 entre as Prefeitas brasileiras, que possuem um papel fundamental para o alcance desses objetivos.

No que diz respeito ao porte dos municípios, a taxa de Prefeitas que afirmam conhecer os ODS é maior nos municípios de maior porte — 92% em municípios entre 100 mil e 500 mil habitantes — e vai caindo na medida em que o porte populacional do município diminui, atingindo a taxa de 63% em municípios com até 20 mil habitantes.

56 Organização das Nações Unidas. Disponível em: https://nacoesunidas.org/pos2015/

A análise das respostas por região mostra que a maior taxa de conhecimento sobre os ODS está na região Sudeste, onde 76% das Prefeitas afirmam conhecê-lo. Em seguida, vêm as regiões Norte, Nordeste e Sul com 64%, 62% e 61%, respectivamente, e por fim, a região Centro-Oeste com 58% das Prefeitas tendo afirmado conhecer os ODS (GRÁFICO 4.6).

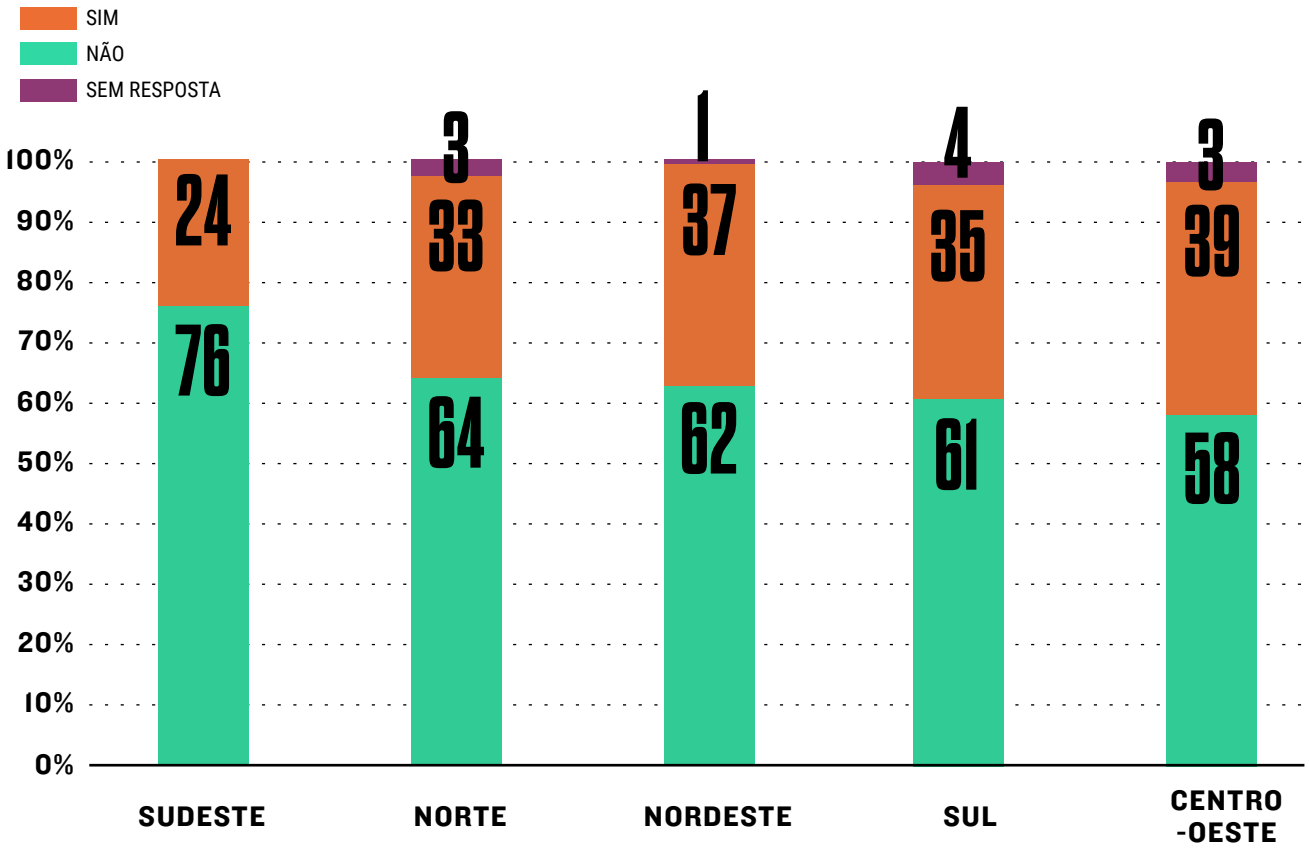


PREFEITAS NOS MUNICÍPIOS ENTRE 100 MIL E 500 MIL HABITANTES AFIRMARAM CONHECER OS ODS

GRÁFICO 4.6

Prefeitas por conhecimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em cada região

% SOBRE O TOTAL DE PREFEITAS EM CADA REGIÃO

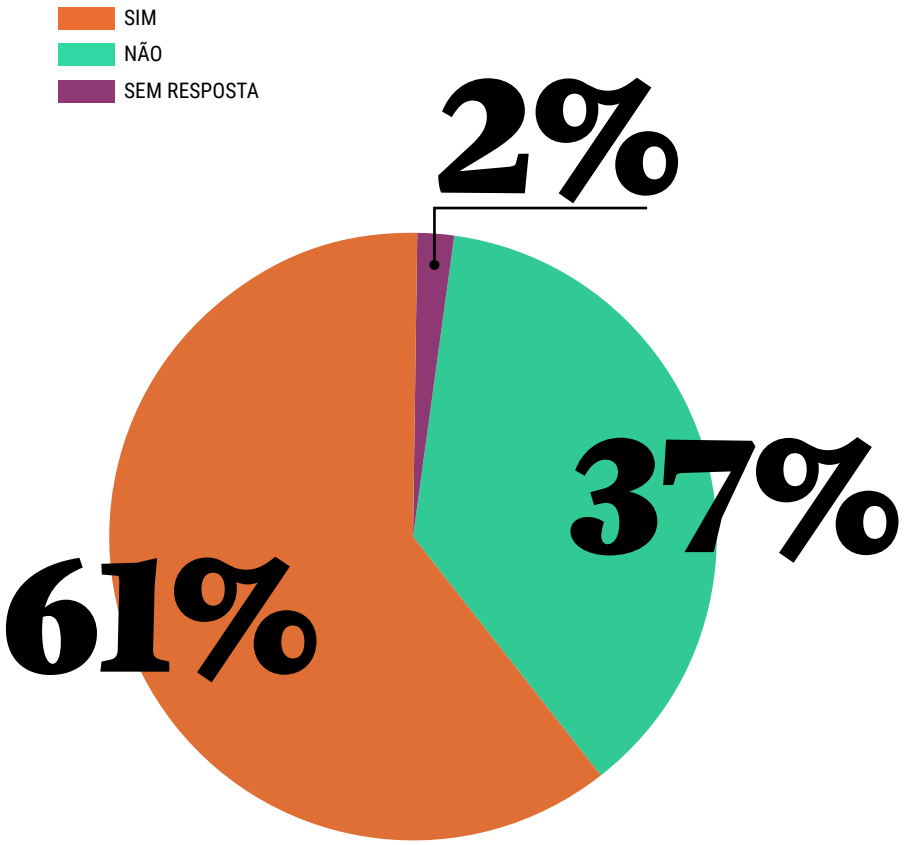


FONTE Instituto Alziras, 2018.
PERGUNTA 59 A Senhora tem conhecimento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, da Organização das Nações Unidas (ONU) que definiu 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o mundo?

GRÁFICO 4.7

Prefeitas por conhecimento do Acordo de Paris

% SOBRE O TOTAL DE PREFEITAS



100%

DAS PREFEITAS NOS MUNICÍPIOS COM MAIS DE 100 MIL HABITANTES CONHECEM O ACORDO DE PARIS

60%

DAS PREFEITAS NOS MUNICÍPIOS COM MENOS DE 20 MIL HABITANTES CONHECEM O ACORDO DE PARIS

52%

DAS PREFEITAS DO NORDESTE AFIRMAM CONHECER O ACORDO DE PARIS

FONTE Instituto Alziras, 2018.
PERGUNTA 58 A Senhora já ouviu falar do Acordo de Paris, assinado pelo Brasil junto à Organização das Nações Unidas (ONU), que definiu metas de redução de emissão de gases de efeito estufa?

Dada a importância crescente da agenda de mudanças climáticas no debate internacional e a importância do engajamento das lideranças políticas com esse tema, as Prefeitas foram questionadas se já tinham ouvido falar sobre o Acordo de Paris, sem qualquer detalhamento sobre seu conteúdo.

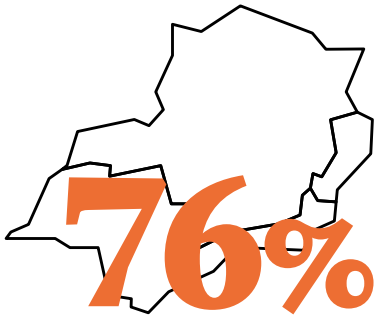
O Acordo[57], assinado pelo Brasil junto à Organização das Nações Unidas (ONU) em 2016, definiu metas de redução de emissão de gases de efeito estufa que devem ser cumpridas pelos países signatários e ampliou a base de recursos financeiros, possibilitando o financiamento de projetos entre países. O texto final do documento reconhece os governos subnacionais e locais como peças imprescindíveis para acelerar as ações transformadoras nas áreas urbanas.

57 Disponível em: http://www.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas/acordo-de-paris

No total, 61% das Prefeitas afirmaram já ter ouvido falar do Acordo de Paris, enquanto 37% afirmam não o conhecer (GRÁFICO 4.7). Embora se trate de uma pergunta abrangente, que não especifica o nível de conhecimento das Prefeitas, tem-se, a partir disso, um termômetro da questão.

Quanto maior o porte populacional, maior a proporção de Prefeitas que já ouviu falar do acordo (100% entre os municípios com mais de 100 mil habitantes e 60% entre os municípios com menos de 20 mil habitantes). Em termos de regiões, o maior percentual de Prefeitas que afirmaram conhecer o Acordo de Paris se concentra na região Sudeste (76%), e o menor no Nordeste (52%).

Entre cinco temas ambientais apresentados, combater o desmatamento é aquele mais frequentemente apontado como prioritário entre as Prefeitas (58%) (GRÁFICO 4.8). Em segundo lugar, consta o aumento do uso de energias limpas (40%), seguido da gestão de riscos e desastres naturais (27%). Os dois temas menos frequentemente apontados como prioritários foram combate à poluição do ar (15%) e ampliação do transporte público e a mobilidade a pé (17%), o que guarda relação com o porte populacional dos municípios, onde estão concentradas as mulheres chefes do poder executivo local.



76%

DAS PREFEITAS DA REGIÃO

SUDESTE

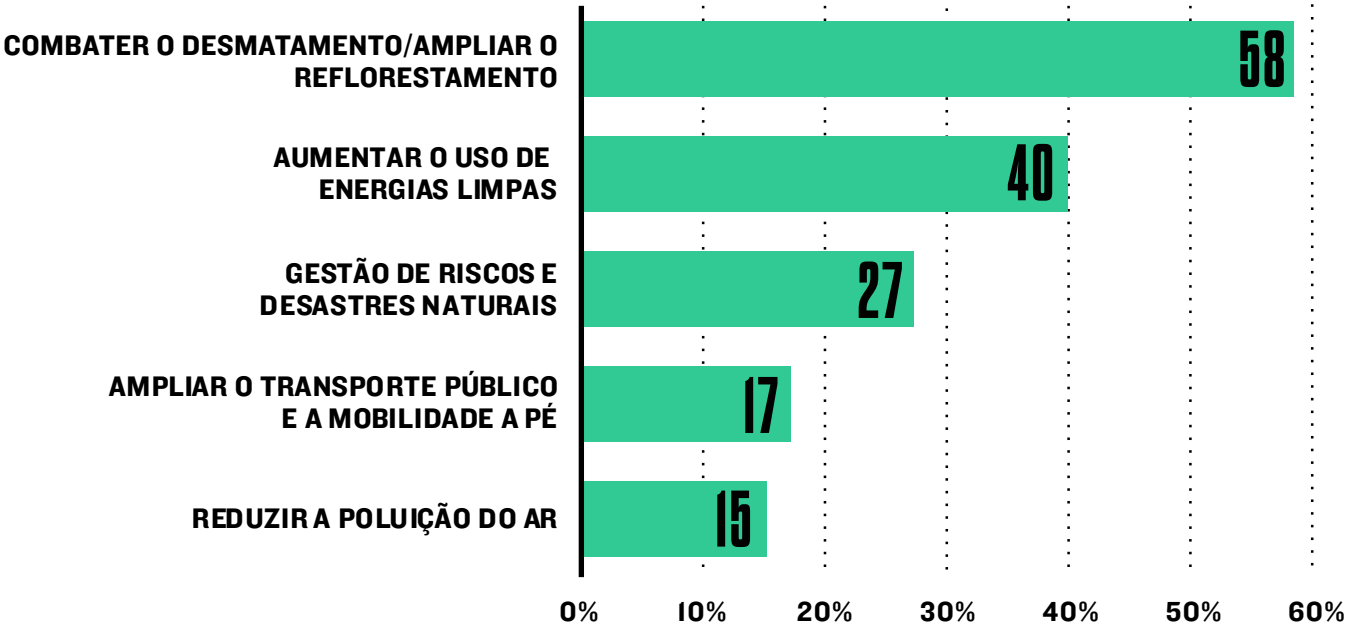
AFIRMAM CONHECER O

ACORDO DE PARIS

GRÁFICO 4.8

Prefeitas por assuntos ambientais prioritários

% SOBRE O TOTAL DE PREFEITAS



FONTE Instituto Alziras, 2018. **PERGUNTA 60** Com relação à temática ambiental, assinale abaixo até 02 (dois) assuntos que considera prioritários para o seu município.

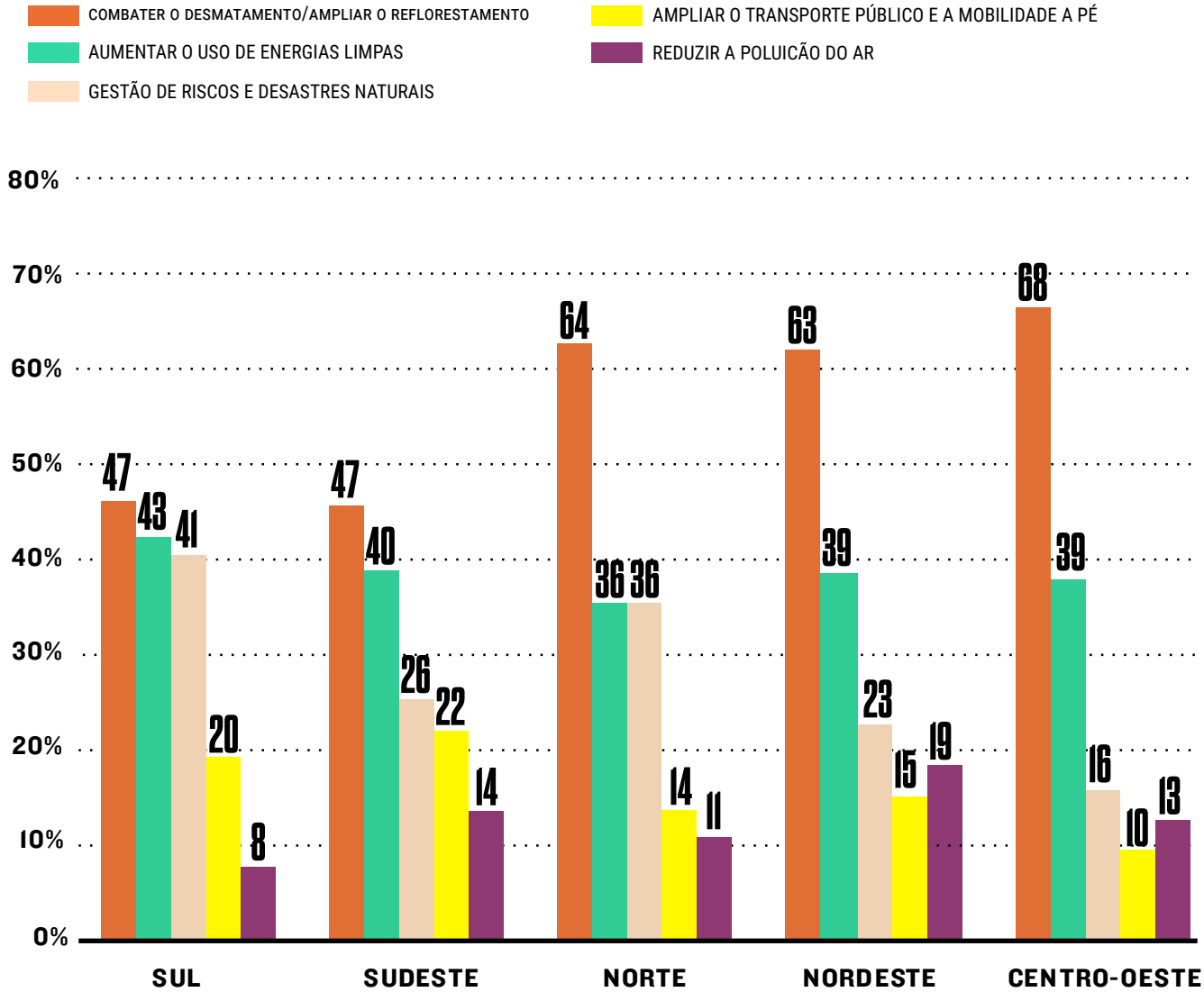
O Centro-Oeste, o Norte e o Nordeste são as regiões nas quais as Prefeitas mais mencionaram o combate ao desmatamento como tema prioritário, 68%, 64% e 63%, respectivamente, sendo que o Sul e o Sudeste apresentaram ambos o mesmo percentual: 47% (GRÁFICO 4.9).

No que diz respeito ao aumento do uso de energias limpas, o tema também se mantém como o segundo prioritário e não há diferenças significativas por região em relação à porcentagem nacional. Já gestão de riscos de desastres naturais é mais significativa no Sul, onde 41% de Prefeitas consideram-na tema prioritário. Na região Norte, isso é válido para 36% das Prefeitas.

GRÁFICO 4.9

Prefeitas por assuntos ambientais prioritários e por região

% SOBRE O TOTAL DE PREFEITAS POR REGIÃO



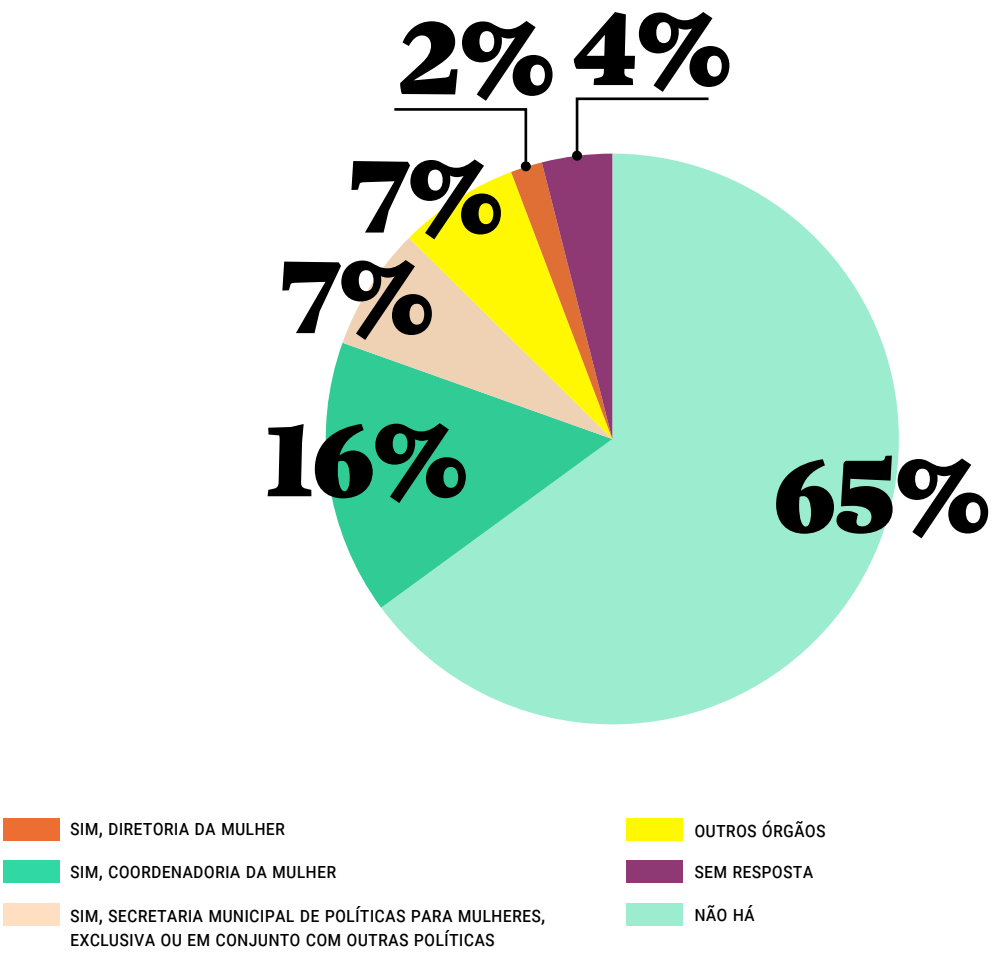
FONTE Instituto Alziras, 2018.
PERGUNTA 60 Com relação à temática ambiental, assinale abaixo até 02 (dois) assuntos que considera prioritários para o seu município.

Políticas para Mulheres nos Governos das Prefeitas

GRÁFICO 4.10

Prefeitas por existência de organismo de políticas para mulheres (OPM) e por tipo de organismo

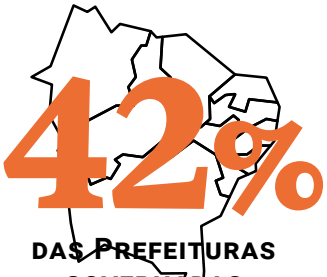
% DO TOTAL DE PREFEITURAS GOVERNADAS POR PREFEITAS



FONTE Instituto Alziras, 2018.
PERGUNTA 56 Existe algum Organismo de Política para Mulheres na sua Prefeitura?

Quando perguntadas sobre a existência de organismo municipal de políticas para as mulheres (OPM) em suas prefeituras, 65% das Prefeitas afirmaram não haver e 32% dizem que há organismo específico (GRÁFICO 4.10), sendo que 16% relataram contar com Coordenadoria da Mulher, 7% com Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres (exclusiva ou em conjunto com outra temática) e 2% com Diretoria da Mulher. Além disso, 7% afirmaram contar com outros tipos de estrutura de políticas públicas para mulheres (GRÁFICO 4.10).

Quando analisadas as regiões individualmente, a pior posicionada em relação à existência de organismo municipal de políticas para as mulheres é a Centro-Oeste, na qual 87% das Prefeitas dizem não haver nenhum organismo. Em segundo lugar está o Sudeste, onde 79% dizem não haver nenhum organismo, seguido pelo Sul e pelo Norte, com 67% dos municípios chefiados por Prefeitas sem OPM. O Nordeste apresenta a melhor taxa: 42% das prefeituras governadas por mulheres possuem OPM. Caberia investigar oportunamente os motivos para essas diferenças regionais tão acentuadas.



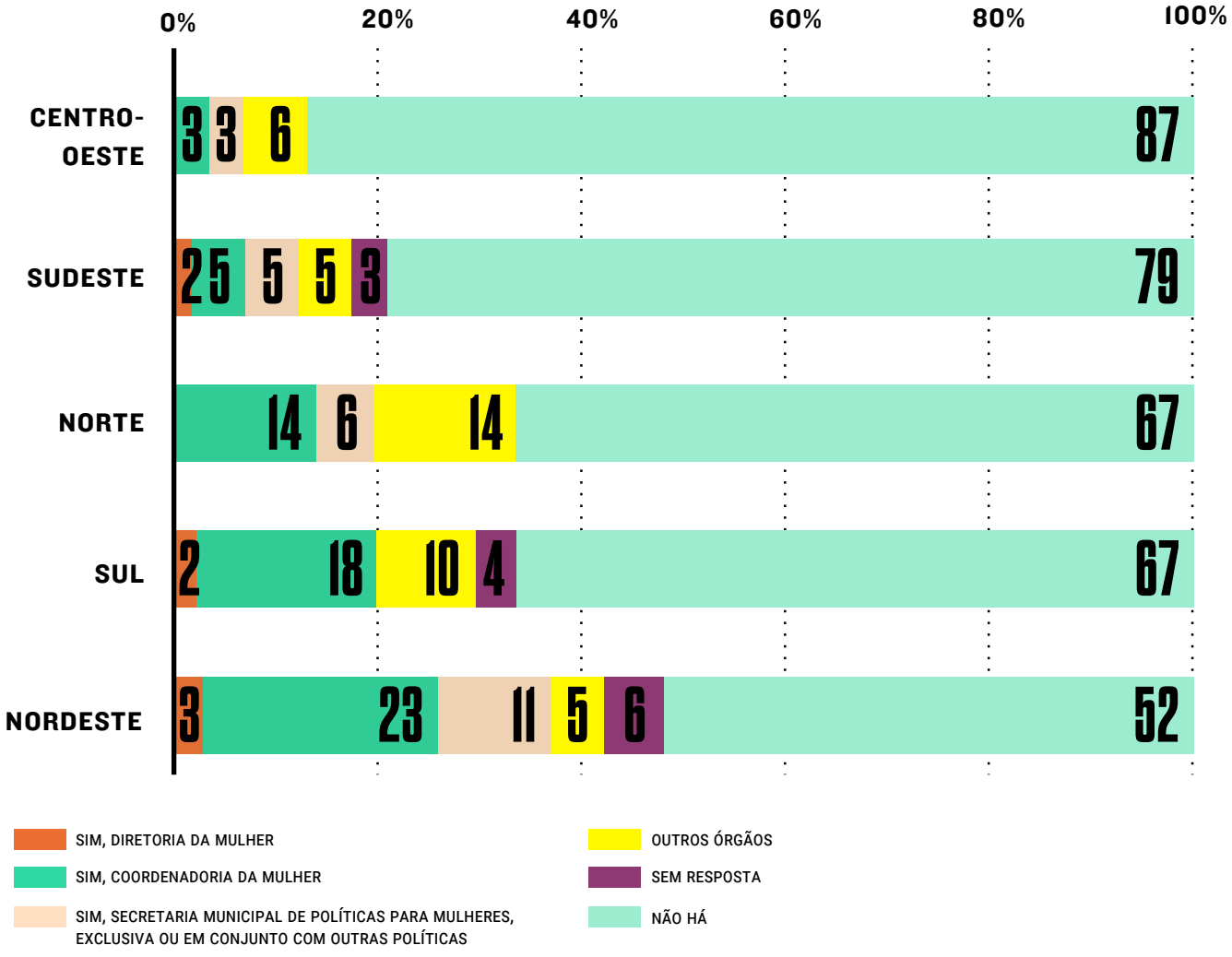
DAS PREFEITURAS GOVERNADAS POR MULHERES POSSSUEM OPM NO

NORDESTE

GRÁFICO 4.11

Prefeitas por existência de organismo de políticas para mulheres (OPM), por tipo de organismo e por região

% SOBRE O TOTAL DE PREFEITAS EM CADA REGIÃO

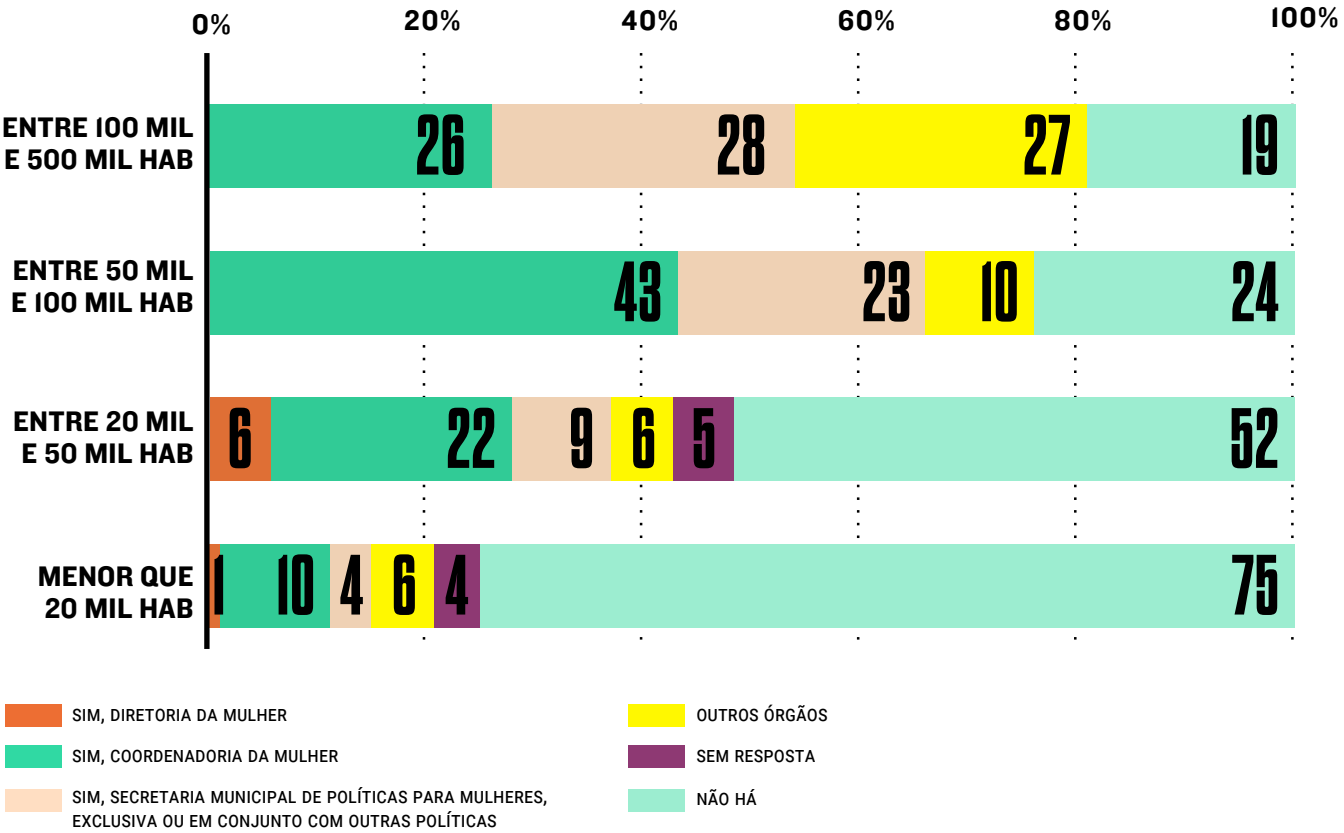


FONTE Instituto Alziras, 2018. **PERGUNTA 56** Existe algum Organismo de Política para Mulheres na sua Prefeitura?

GRÁFICO 4.12

Prefeitas por existência de organismo de políticas para mulheres (OPM), por tipo de organismo e por porte populacional

% SOBRE O TOTAL DE PREFEITAS POR PORTE POPULACIONAL DE MUNICÍPIOS



FONTE Instituto Alziras, 2018.
PERGUNTA 56 Existe algum Organismo de Política para Mulheres na sua Prefeitura?

Quanto maior o porte populacional, maior a presença de OPM nos municípios. Entre as Prefeitas de cidades com mais de 100 mil habitantes, 81% dizem haver OPM, já entre aquelas com 50 mil e 100 mil habitantes, 76% afirmam haver organismo específico. Entre os municípios com até 20 mil habitantes, somente 21% da Prefeitas dizem haver organismo de política para mulheres (GRÁFICO 4.12).

Em relação ao tipo de organismo, enquanto nos municípios de maior porte os tipos de OPM variam bastante (26% Coordenadoria, 28% Secretaria e 27% outros), nos demais municípios predominam as Coordenadorias.

QUANTO MAIOR O PORTE POPULACIONAL, MAIOR A
PRESENÇA DE OPM
NOS MUNICÍPIOS

NOS MUNICÍPIOS DE
MENOR PORTE
PREDOMINAM AS COORDENADORIAS DA MULHER

69%

DAS PREFEITAS AFIRMARAM TER ALGUM TIPO DE AÇÃO OU POLÍTICA ESPECÍFICAS PARA MULHERES

Quando perguntadas sobre a existência de ações ou políticas públicas específicas para as mulheres, 69% das Prefeitas afirmaram ter algum tipo de ação ou política específica para esse público.

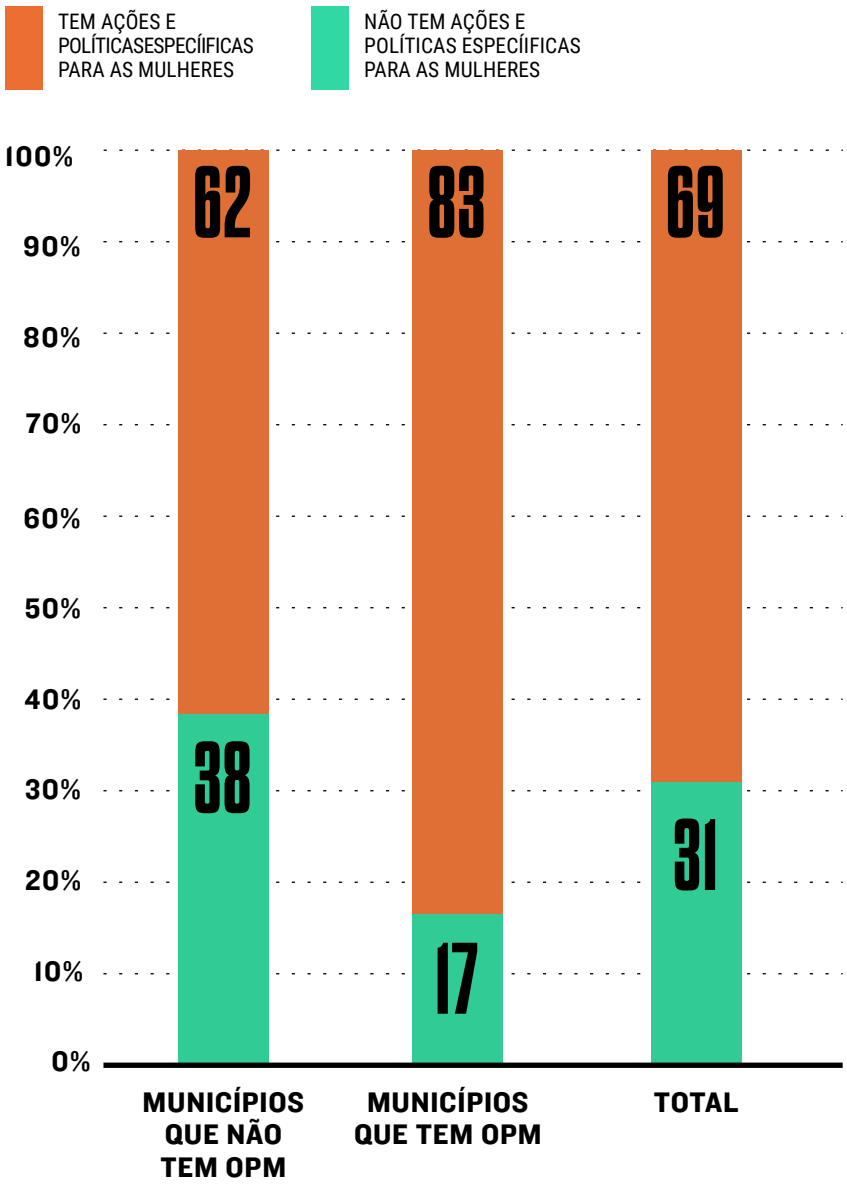
Em uma análise conjunta com a existência de organismo de política para mulheres, nota-se que a existência de organismo específico contribui para a existência de ações e políticas públicas específicas para mulheres, já que, entre as Prefeitas que possuem OPM em seu município, 83% delas declaram possuir ações específicas, enquanto entre as que não possuem organismo, esta taxa cai para 62% (GRÁFICO 4.13).

FONTE Instituto Alziras, 2018.
PERGUNTA 56 Existe algum Organismo de Política para Mulheres na sua Prefeitura?
PERGUNTA 57 A Senhora tem ações ou políticas públicas especificas para mulheres em sua gestão? Em caso afirmativo, cite até 03 (três) principais abaixo.

GRÁFICO 4.13

Prefeitas por existência de organismo de políticas para mulheres (OPM) e de ações e políticas específicas para mulheres

% SOBRE O TOTAL DE PREFEITAS EM CADA GRUPO



Entre as Prefeitas que afirmam possuir ações ou políticas públicas específicas para mulheres em sua gestão, as cinco categorias de ações mais frequentemente citadas foram: a saúde da mulher (42%), assistência social (41%), prevenção e atendimento da mulher vítima de violência (23%), apoio à maternidade (19%) e ensino profissionalizante e capacitação em geral (17%) (GRÁFICO 4.14).

Na saúde da mulher, vale mencionar o apoio a mulheres com câncer e prevenção de câncer de mama e do colo do útero, assim como campanhas e mutirões da saúde, cujos percentuais de resposta dentro da categoria correspondem a 11% cada, do total de ações mencionadas.

Na categoria assistência social, segunda mais citada, as ações compreendem grupos de mulheres e serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, incluindo 18% de menções a grupos de atendimento e convivência de mulheres idosas.

Em prevenção e atendimento à mulher vítima de violência, 32% das respostas foram relativas à prevenção e combate a violência doméstica ou sexual, 29% a programas de atendimento de mulheres vítimas de violência e 15% de construção ou inauguração de Centros de Referência ao Atendimento à Mulher Vítima de Violência.

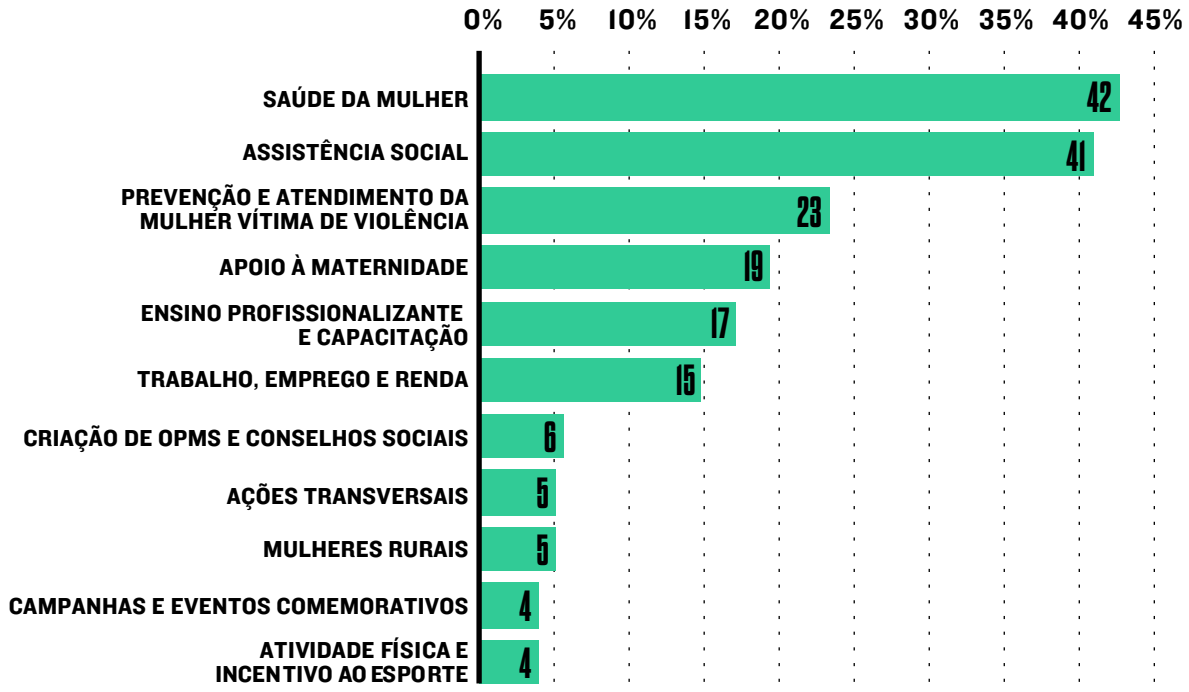
Em apoio à maternidade, foram mencionadas ações como grupos de apoio para gestantes, trabalho com mães adolescentes, assistência pós-natal (clube de mães), kit enxoval e acompanhamento a mães que perderam o filho precocemente.

Outras categorias resultantes das ações e políticas mencionadas foram: ensino profissionalizante e capacitação (17%), trabalho, emprego e geração de renda (15%), criação de organismo de políticas para mulheres e conselhos sociais (6%), ações transversais, ações voltadas a mulheres rurais (5%), campanhas e eventos comemorativos (4%) e atividade física e incentivo ao esporte (4%).

GRÁFICO 4.14

Prefeitas por tipo de ação e políticas específicas para mulheres

% DE RESPOSTA PARA AS QUE POSSUEM AÇÕES E POLÍTICAS ESPECÍFICAS PARA MULHERES

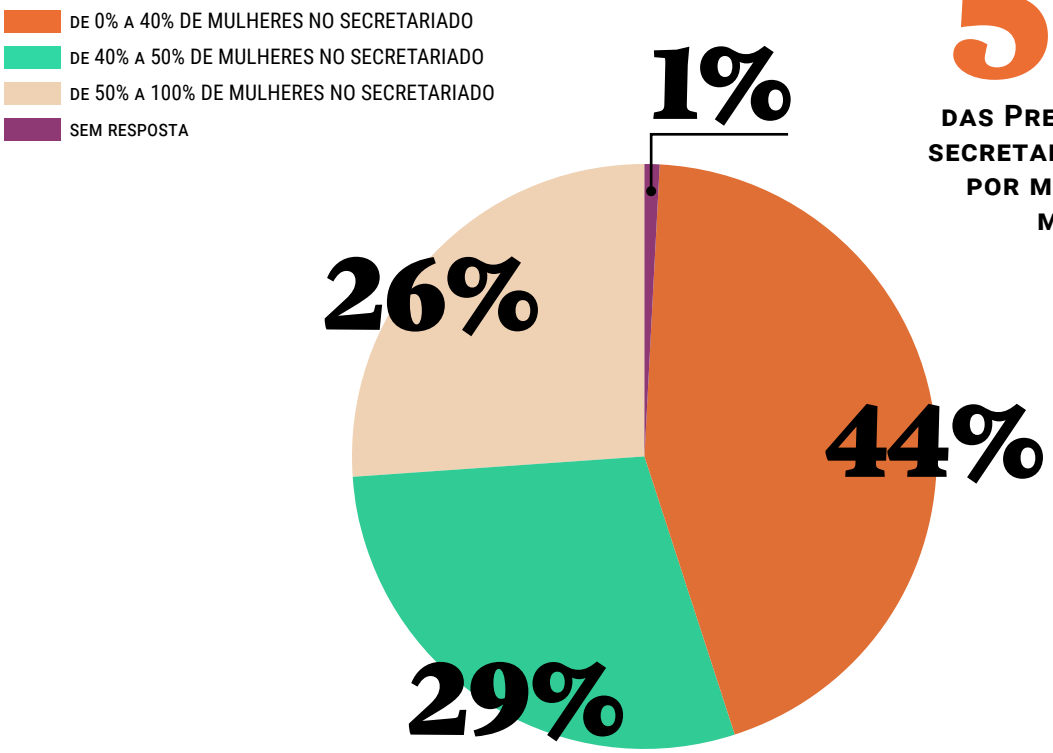


FONTE Instituto Alziras, 2018.
PERGUNTA 56 Existe algum Organismo de Política para Mulheres na sua Prefeitura?
PERGUNTA 57 A Senhora tem ações ou políticas públicas especificas para mulheres em sua gestão? Em caso afirmativo, cite até 03 (três) principais abaixo.

GRÁFICO 4.15

Prefeitas por proporção de mulheres no secretariado

% SOBRE O TOTAL DE PREFEITAS



55%

DAS PREFEITAS TEM SEU SECRETARIADO COMPOSTO POR MAIS DE 40% DE MULHERES

FONTE Instituto Alziras, 2018.
PERGUNTA 61 Quantos(as) Secretários(as) (ou cargo equivalente) existem no primeiro escalão de seu governo?
PERGUNTA 62 Desse total, quantos são mulheres?

No que diz respeito à proporção de mulheres em cargos de primeiro escalão na gestão, 26% das Prefeitas possuem secretariado com 50% ou mais de mulheres Secretárias, 29% possuem entre 40% a 50% de mulheres ocupando esses cargos e 44% possuem até 40% de Secretárias (GRÁFICO 4.15).

Ao responder a pergunta sobre ações ou políticas específicas para mulheres, 3% das Prefeitas indicaram que priorizam selecionar mulheres em cargos de Secretária como uma medida de promoção de igualdade de gênero. Como visto no Capítulo 2, a experiência em cargos comissionados constitui importante porta de entrada para futuras Prefeitas.

De forma geral, as prioridades das Prefeitas brasileiras mostram-se aderentes às competências típicas da gestão municipal, já que a atenção básica da saúde, educação infantil e ensino fundamental, gestão da máquina pública e assistência social são atribuições precipuamente municipais, ainda que esses serviços sejam prestados de forma cooperada com a União e os Estados. Além disso, as prioridades revelam aderência à trajetória das Prefeitas na gestão pública.

Como observado no segundo capítulo, 70% das Prefeitas brasileiras já ocuparam cargo não-eletivo ou de confiança anteriormente, sendo 66% em secretarias municipais de saúde, educação e assistência social. Como se vê, as Prefeitas são mulheres experientes, com trajetória prévia na política e na gestão pública, em temas relevantes para a promoção dos direitos da população.

Conclusão

O tema da sub-representação das mulheres na política vem ganhando força no debate público desde o período de transição democrática. Desde então, diferentes barreiras de acesso, permanência e ascensão das mulheres na esfera pública têm sido investigadas. Visando contribuir para este debate, o Instituto Alziras acredita que é fundamental compreender as experiências das mulheres na política municipal, pois ela é a base da construção de parte significativa das carreiras políticas. Além disso, estudos mostram que a eleição de mulheres nas Prefeituras tem um efeito irradiador, aumentando a probabilidade de haver mais mulheres candidatas em eleições futuras[58].

A presente pesquisa trouxe algumas informações inéditas para a compreensão das condições em que atuam as mulheres na esfera local, possibilitando a construção e o desenvolvimento de estratégias para superar as condições desiguais, a discriminação e o preconceito em relação às mulheres na política institucional. Observa-se que o mosaico de Prefeitas é multifacetado, em função de realidades regionais, socioeconômicas e partidárias bastante distintas, além dos diferentes contextos de formação de capital político. No entanto, algumas características comuns podem ser destacadas.

Visão geral dos resultados

A primeira característica que ficou evidente diz respeito à experiência das Prefeitas na gestão pública: 70% delas já ocuparam cargos públicos de confianç ou não eletivos e 60% delas já foram eleitas para outros cargos anteriormente, sendo o de Prefeita o mais frequente (32%) seguido do cargo de vereadora (30%). A atividade política antes de serem eleitas também se revelou uma realidade das Prefeitas, já que 88% já participaram de algum tipo de associação, dentre as quais 41% de conselhos municipais de políticas públicas, 41% de grupos de solidariedade ligados à igreja, 33% de entidades de assistência social e 29% de movimentos sociais.

Esta trajetória consistente na gestão pública e na política é reforçada pela formação, onde observa-se que as Prefeitas têm mais anos de estudo que os Prefeitos: 71% delas possuem ensino superior completo e 42% possuem pós-graduação, enquanto 50% dos Prefeitos possuem diploma de nível superior.

58 Speck, Bruno Wilhelm. *O efeito contagiante do sucesso feminino: a eleição de prefeitas e o impacto sobre as candidaturas nos próximos pleitos*. Latin American Research Review 53(1), pp. 57-75, 2018.

Chattopadhyay, Raghabendra e Duflo, Estheria. *Women as policy makers: evidence from a randomized policy experiment in India.* 2004.

Arvate, Paulo; Firpo, Sergio e Pieri, Renan. *Future electoral impacts of having a female mayor.* Bras. Political Sci. Rev. vol.11 no.2 São Paulo 2017 Epub July 25, 2017.

Outra dimensão explicitada pela pesquisa refere-se a um estigma injustamente atribuído às mulheres Prefeitas, que é o de "fantoche do marido". Primeiramente, cabe esclarecer que a transferência de capital familiar de pai para filho, de avô para neto é uma constante na política brasileira, assim como ocorrem transferências de marido para esposa e vice-versa. Depois, cumpre destacar que apenas 36% das Prefeitas possuem marido que já foi eleito para algum cargo na política e apenas 21% das Prefeitas possuem marido que já foi Prefeito ou Vice-prefeito.

Outra constatação da pesquisa é que as mulheres incentivam a participação de mais mulheres na política, já que 55% das Prefeitas possuem secretariado composto por mais de 40% de mulheres. E, como foi possível observar, a experiência em cargos públicos não eletivos ou de confiança constitui importante porta de entrada das mulheres na política.

Os desafios enfrentados pelas Prefeitas, contudo, possuem contornos próprios. A estrutura de competição, na qual as Prefeitas e Prefeitos estão inseridos, apresenta algumas desvantagens para as mulheres. Um deles é o apoio bastante seletivo dos partidos, que se evidencia pela baixa participação de Prefeitas em todos os partidos políticos, sem distinção de orientação ideológica, ou mesmo pelo número de candidatas consideradas aptas a concorrerem à prefeitura inscritas no último pleito: 13,12% de candidatas mulheres (2.069) ante 86,88% de homens (13.704).

Outros exemplos são aqueles oriundos da própria divisão ocupacional tradicional entre homens e mulheres, onde observa-se que as Prefeitas acabam optando por profissões tidas como tradicionalmente femininas e com baixo prestígio financeiro e social. Além disso, elas enfrentam dificuldades impostas pela vida doméstica e desvantagem em termos de patrimônio pessoal.

Na percepção das Prefeitas, 48% declararam como principal dificuldade na carreira política a falta de recursos para campanha, 30% o assédio e violências simbólicas no espaço político e 53% reconheceram que já sofreram assédio ou violência política pelo fato de ser mulher, sendo que a percepção aumenta, conforme aumenta o nível de escolaridade e diminui a idade. Da mesma forma, as Prefeitas que não possuem familiar eleito têm percepção mais alta de assédio ou violência política (61%) do que as demais Prefeitas (50%).

Nota-se, portanto, que a pesquisa apresenta um conjunto inédito de dados que merecem ser aprofundados e coloca hipóteses interessantes a serem exploradas futuramente.

As Prefeitas pretas e pardas

Apesar de serem o maior grupo populacional (27% do total do país), as mulheres negras governam apenas 3% dos municípios brasileiros. Dentre as mulheres eleitas para o executivo municipal, elas correspondem a 28,5% das Prefeitas, com maior concentração na região Norte (47,1%) e Nordeste (37,2%).

As Prefeitas pretas e pardas demonstraram ter uma construção de carreira ligeiramente diferente das Prefeitas brancas: proporcionalmente, elas concorreram mais vezes ao cargo de vereadora e elegeram-se também mais vezes a esse cargo: 17% tiveram dois ou mais mandatos de vereança em relação a 11% das brancas. A ocupação de cargos não eletivos ou de confiança também é superior entre as Prefeitas pretas e pardas, alcançando 77%, enquanto, entre as brancas, esse número cai para 67%. Em relação às disputas e vitórias eleitorais, 46% das Prefeitas concorreram pela primeira vez ao executivo municipal no último pleito, sendo que 45% delas se autodeclararam pretas e pardas. Além disso, enquanto 55% das Prefeitas brancas já concorreram duas vezes ou mais ao cargo, apenas 39% das Prefeitas negras tiveram essa mesma frequência de disputas eleitorais ao executivo municipal.

A formação do capital político das Prefeitas pretas e pardas também difere em relação à herança familiar: enquanto 67% das brancas possuem algum familiar eleito, entre as pretas e pardas esse percentual é inferior, alcançando 56%.

> *Eu era professora municipal de um bairro pobre da cidade e comecei a fazer reuniões com um clube de mães no bairro. Começamos a conversar sobre a capacidade das mulheres. Eu nasci e me criei na zona rural e tive uma vida difícil. Queria ajudar as mulheres. Comecei a advogar para quem não podia pagar. E resolvi me candidatar a vereadora. Fui presidente da câmara.*

RELATO DE UMA PREFEITA QUE SE AUTODECLAROU PARDA, SEM FAMILIARES ELEITOS, FOI PROFESSORA DA REDE MUNICIPAL E VEREADORA.

As Prefeitas do Nordeste

O Nordeste concentra o maior contingente de Prefeitas, 288 no total, representando 44% de todas as eleitas para o executivo municipal no Brasil. Chama a atenção também que cerca de metade das Prefeitas que venceram sua primeira disputa para o executivo municipal estão na região nordeste (46%).

As Prefeitas do nordeste também concentram o maior percentual de mulheres que ocuparam cargos de confiança ou não eletivos (76%) e o menor percentual de familiares eleitos dentre todas as regiões do Brasil (60%).

Trabalhava com entidades sociais e de assistência social. Após ingressar no serviço público através de um cargo comissionado, trabalhei em serviços básicos de atendimento no hospital municipal. Primeiro como recepcionista, em pouco tempo, fui sendo conduzida para cargos mais altos na gestão do mesmo hospital. A minha forma humana de tratar as pessoas me deu visibilidade e, aos poucos, fui ganhando notoriedade nas relações políticas e sociais. Isto me credenciou para ingressar na vida pública por meio de mandatos eletivos como vereadora, e como chefe do executivo, o que sou hoje!

RELATO DE UMA PREFEITA NORDESTINA, NEGRA E SEM FAMILIARES ELEITOS, FOI DIRETORA DE HOSPITAL

O que me motivou é que moro lá, sou filha da terra, o maior motivo foi poder continuar morando lá. Ou eu ia ajudar a cuidar dela ou eu ía embora. A população, vi nascer, fui professora deles, é como uma grande família. Já fui primeira dama também. Mas fui Prefeita muitos anos depois. Na época de primeira dama, o que fez diferença foi a saúde pública.

RELATO DE UMA PREFEITA DO NORDESTE, BRANCA, POSSUI FAMILIAR ELEITO, FOI DIRETORA DE ESCOLA E SECRETÁRIA DE FINANÇAS EM SEU MUNICÍPIO.

As Prefeitas com menos anos de estudo

Os dados da pesquisa demonstram que as mulheres eleitas para as prefeituras possuem mais anos de estudo do que os homens. Isso revela maior dedicação e valorização da formação acadêmica por parte das Prefeitas brasileiras que, para serem reconhecidas e se afirmarem como capazes na vida pública, acabam recorrendo a diferentes tipos de formação. Vale lembrar que 42% delas possuem inclusive pós-graduação.

No entanto, é importante destacar que a possibilidade de frequentar uma universidade é também um indicador de renda, sendo essa uma realidade menos comum nas classes sociais mais pobres. Somente 7,9% dos brasileiros e brasileiras têm ensino superior, conforme

registrou o último Censo do IBGE. Dessa forma, é fundamental reconhecer e valorizar também a trajetória das Prefeitas que construíram sua carreira política sem contar necessariamente com uma formação universitária.

Ao mesmo tempo em que esse grupo de mulheres tem menor presença em cargos de confiança ou não-eletivos (60% em comparação com a média de 70%), sua trajetória de disputas ao cargo de vereança, por exemplo, é bastante superior às demais já que 51% das Prefeitas com ensino médio concorreram ao menos uma vez ao cargo de vereadora, índice muito superior à média geral de 36%.

Cabe ainda ressaltar que, dentre as Prefeitas que não possuem ensino superior completo, 72% têm algum familiar eleito, enquanto a média nacional é de 65%, indicando que o capital familiar pode ter contribuído para o acesso dessas mulheres à política de uma forma mais relevante do que para as demais.

> *Sou funcionária pública, fui eleita vereadora em 2005, sendo a mais votada de toda história da minha cidade. Fui Presidente da Instituição de Vereadores da nossa região e reeleita vereadora. Indicada para ser candidata a Prefeita. Eleita, me candidatei a Presidente do Consórcio de Saúde com mandato de dois anos e reeleita para mais dois anos. Reeleita prefeita, fui eleita Presidente da Associação de Prefeitos da nossa região por um ano e reeleita novamente por mais um ano.*

RELATO DE PREFEITA COM ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO E QUE ESTÁ NO SEGUNDO MANDATO COMO PREFEITA, COM DOIS MANDATOS COMO VEREADORA, COM FAMILIAR ELEITO.

Mais mulheres no poder

A realidade diversa e multifacetada das Prefeitas Brasileiras demonstra que o acesso de mais mulheres na política municipal depende de um conjunto combinado de estratégias. É fundamental desenvolver mecanismos que promovam impactos significativos nas distintas realidades identificadas, de acordo com o contexto sociodemográfico, diferenças raciais, regionais, de classe social, dentre outros. Diante disso, ao concluir este relatório, o Instituto Alziras considera profícuo o exercício de apontar alguns caminhos que ofereçam oportunidades concretas para que mais mulheres possam ocupar as Prefeituras brasileiras no ciclo eleitoral de 2020.

Um primeiro ponto fundamental passa pela democratização dos partidos políticos que precisam urgentemente abrir espaços para mais mulheres nos cargos de poder e tomada de decisão dentro de sua es-

trutura burocrática. O exercício da liderança por mulheres nos postos mais altos da hierarquia partidária é fundamental, não apenas pelo poder político e financeiro concentrado por essas funções, mas também pelo poder simbólico que faz com que a sociedade e os pares reconheçam o prestígio e a capacidade de influência das mulheres, a partir de sua posição dentro do campo partidário.

Além disso, o financiamento de campanhas precisa ser amplamente discutido, com o objetivo de alcançar maior equidade na destinação de recursos a candidaturas femininas e masculinas. É importante lembrar que a disputa eleitoral se mostrou um fator relevante para a trajetória de muitas Prefeitas na construção de seu capital político, em função da visibilidade pública propiciada por essa experiência.

A paridade no secretariado das Prefeituras brasileiras também constitui elemento essencial neste debate da representação feminina na política municipal que merece mais investigação e aprofundamento. A pesquisa indicou que 70% das Prefeitas eleitas passaram por cargos públicos de confiança ou não eletivos, sugerindo que houve um acúmulo de capital político nesses espaços, o que contribuiu para viabilizar sua vitória eleitoral.

Outro ponto importante diz respeito à desmistificação da "Prefeita fantoche do marido". É amplamente sabido que a tradição familiar tem peso importante na política brasileira, independente do gênero. É necessário um esforço de conscientização da mídia para que compreenda os efeitos perversos da desqualificação pública das mulheres herdeiras de capital político de seus familiares, retirando-lhes o protagonismo e a agência de suas carreiras políticas, o que não corresponde necessariamente à realidade. Além disso, cumpre destacar ainda que a cobertura das mulheres eleitas pelos meios de comunicação reforça também, de forma desigual, atributos físicos como a beleza, o penteado e a roupa escolhida, em detrimento do conteúdo das falas e do trabalho realizado por elas.

Ainda no âmbito da comunicação, cabe destacar que a visibilidade do trabalho realizado pelas mulheres à frente de prefeituras deve ser ampliada, em função de seu efeito contágio e de seu caráter inspiracional. Reforçar o papel da mulher na vida pública estimula que mais eleitores considerem votar em mulheres para ocupar diferentes cargos eletivos, bem como permite que mais mulheres e meninas vislumbrem essa trajetória como uma possibilidade em suas vidas.

Por fim, os dados revelam ainda que, para romper com o ciclo de sub-representação feminina na política, é fundamental que sejam pensados mecanismos de proteção das mulheres em postos de poder e tomada de decisão na vida pública, já que seus corpos ainda são alvos das mais diferentes formas de assédio e violência. Além das mulheres eleitas, cumpre enfocar também as mulheres que não almejam sequer disputar um pleito eleitoral, especialmente as mulheres negras e as mais pobres. Muitas delas não têm como postu-

lar uma candidatura, em função de suas condições precarizadas de vida, de ameaças cotidianas que sofrem e da sobrecarga de trabalho que enfrentam, dentre outros aspectos.

Outro aspecto salutar diz respeito às práticas sociais de responsabilização desigual de mulheres e homens pelo trabalho doméstico, que é cotidiano e necessário para a manutenção da vida, impactando diretamente o lugar que ambos assumem na esfera pública e no mundo político. Vale observar que menos de 10% das Prefeitas afirmaram compartilhar a responsabilidade pela limpeza doméstica, pela cozinha e pela lavagem das roupas com os respectivos cônjuges, o que evidencia a dupla jornada de trabalho assumida pelas mulheres, inclusive aquelas que ocupam cargos eletivos.

Nota-se, portanto, que as diferentes dimensões das desigualdades de gênero presentes em nossa sociedade (com as devidas especificidades raciais e de classes sociais) afetam diretamente as condições das mulheres de participarem da política, tais como: o machismo, o racismo, a divisão sexual do trabalho, o assédio e a violência, sendo imprescindível desnaturalizar e superar essas desigualdades para produzir avanços consistentes em termos de paridade de gênero na política.

Notas metodológicas

Optou-se pela realização de uma pesquisa descritiva por levantamento amostral, usando um questionário composto por 46 perguntas fechadas e 16 perguntas abertas e dividido nas seguintes seções: (i) perfil sociodemográfico, (ii) divisão do trabalho doméstico (iii) vida associativa, (iv) partidos políticos, (v) disputas e vitórias eleitorais, (vi) cargos não eletivos ou de confiança exercidos, (vii) familiares na política, (viii) motivação para entrada na política, (ix) discriminação, violência e assédio na política, (x) compromissos de campanha, gestão e políticas públicas, (xi) presença de organismos para mulheres, (xii) observação de acordos internacionais.

O questionário foi aplicado entre os dias 5 de maio e 18 de julho de 2018, presencial e remotamente. O período de coleta foi ampliado em relação ao planejamento inicial, para que a quantidade de respondentes atendesse ao plano amostral estatisticamente desenhado para a pesquisa.

Um total de 314 Prefeitas responderam ao questionário, gerando 298 respostas válidas, que foram tratadas estatisticamente, permitindo a extrapolação dos resultados para o Brasil todo e para suas Regiões. Além dos dados obtidos na pesquisa, também foram utilizadas informações produzidas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Tesouro Nacional.

Tratamento de dados

Essa pesquisa foi realizada por meio de uma Amostra Aleatória Simples de Prefeitas, assim distribuída:

A) sorteio dentre todas as prefeitas diretamente; e
B) calibração dos pesos para fins de contabilização com os totais de Prefeitas cada uma das 05 (cinco) regiões oficiais definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul.

Para este Plano Amostral, o valor da amostra foi calculado para o erro de 5%, para cima ou para baixo, no valor obtido pela estimativa.

Assim, considerou-se o nível de confiança e a proporção, dispostos no quadro abaixo:

QUADRO 1

NÍVEL DE CONFIANÇA	5%	1,96
PROPORÇÃO	50%	919

Para fins de cálculo da amostra para proporção, utilizou-se a fórmula a seguir:

$$n = \frac{N \cdot \hat{p} \cdot \hat{q} \cdot \left(Z_{\alpha/2} \right)^2}{\hat{p} \cdot \hat{q} \cdot \left(Z_{\alpha/2} \right)^2 + (N-1) \cdot E^2}$$

Ressalta-se que, devido ao reduzido número de Prefeitas, comparativamente ao quantitativo de Prefeitos, os valores da amostra ficaram relativamente altos, conforme mostrado no quadro abaixo.

Distribuição da Amostra Aleatória Simples

QUADRO 2

AMOSTRA ALEATÓRIA SIMPLES							
UNIDADE GEOGRÁFICA	MARGEM DE ERRO						
BRASIL	N 642	1% 602	2% 506	3% 401	4% 310	5% 240	10% 83

Processo de seleção e calibração da amostra

As entrevistadas foram selecionadas, conforme definido no plano amostral apresentado anteriormente. Para fins de calibração da amostra, utilizou-se a base de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), disponível no site http://www.tse.jus.br/, cuja consulta foi realizada nos meses de julho e agosto do referido ano.

Nos casos onde representantes do poder executivo municipal estavam respondendo algum tipo de processo que levou ao afastamento

– provisório – dos mesmos, cujas informações não se encontravam devidamente atualizadas na base do TSE, realizou-se pesquisas em outras fontes que possibilitaram o esclarecimento acerca da atual situação destes representantes.

Processo de expansão da amostra

Utilizou-se a expansão dos pesos da amostra aleatória simples para os totais de Prefeitas registrados por região. Cabe ressaltar que o desenho amostral desta pesquisa visou a possibilitar a expansão dos seus resultados para Brasil e para as Grandes Regiões. Isto posto, ressalta-se que a amostra não garante a representatividade para níveis geográficos de menor escala, tais como: unidades da federação, regiões metropolitanas, município, distrito e setor censitário.

Precisão das estimativas

A precisão das estimativas foi determinada pelo desenho amostral apresentado nas subseções anteriores, onde assumiu-se o erro de até 5% e margem de confiança de 95%.

Conciliação das variáveis

Para fins de compatibilização da variável ocupação, utilizou-se como referência a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), onde levantou-se:

→ Ocupação
→ Código da família
→ Família
→ Código de títulos; e
→ Títulos

Para tanto, agrupou-se os títulos pelas famílias.

No que se refere às áreas de formação, adotou-se procedimento metodológico semelhante, com base na classificação proposta pela Coordenação de Avaliação de Pessoal de Nível Superior (CAPES), disponibilizada no site: http://www.capes.gov.br/images/documentos/documentos_diversos_2017/TabelaAreasConhecimento_072012_atualizada_2017_v2.pdf.


INSTITUTO
Alziras